



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 67/2015:

Aprova o Plano de Operacionalização do Número Único de Emergência – 112 Cabo Verde (CV- 112) e o Plano Conceptual do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde. 1420

Resolução n° 68/2015:

Aprova o Plano de Ação Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional 2014-2016 (PANSAN 2014-2016). 1443

Resolução n° 69/2015:

Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2020 (ENSAN- 2020). 1460

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 67/2015

de 27 de Julho

A nível mundial a utilização das tecnologias de comunicação para protecção dos cidadãos em situações de emergência tem vindo a ser crescentemente dinamizada. Neste sentido, o Governo em harmonia com as recomendações e diretivas da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental – CEDEAO, institucionalizou através do Decreto-lei n.º 28/2009, de 10 de agosto, o número 112 da rede telefónica como o número nacional de emergência, permitindo assim que qualquer utilizador de um telefone, da rede fixa ou da rede móvel, possa hoje obter um atendimento e tratamento segundo parâmetros comuns, onde quer que esteja.

Considerando que, a institucionalização do número 112 requer soluções harmonizadas que permitam assegurar um elevado nível de qualidade do serviço prestado ao cidadãos pelo número de emergência, o Governo através do Resolução n.º 31/2012, de 15 de junho, criou a Comissão para a Elaboração do Estudo para Operacionalização do Número Único de Emergência, coordenada em conjunto pelos representantes do Ministério da Administração Interna e Agência Nacional das Comunicações, no sentido de elaborar o plano e operacionalização da instalação do Centro de Comunicações de Emergência 112, de modo a que várias instituições com responsabilidades diretas em matéria de emergência, unam esforços para elaborar o plano e operacionalização da instalação do Centro de Comunicações de Emergência 112.

A operacionalização do número de emergência 112, implica imperativamente que sejam adotados um conjunto de procedimentos fundamentais, que se traduz no diagnóstico da situação atual, passando pela projeção de um Centro de Coordenação e Despacho de Emergências 112, capaz de receber chamadas de emergências dirigidas ao 112, fazer a triagem e tipificação de ocorrências e despachar as chamadas para as entidades de socorro e ainda a previsão das necessidades para todo o seu funcionamento.

Neste âmbito, foi elaborado o Plano de Operacionalização do Número Único de Emergência – 112 e o Plano Conceptual do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde, em questão, com representantes com competência na matéria, o que traduz o compromisso assumido pelos membros da referida Comissão.

A monitorização da operacionalização é fundamental para o sucesso, pelo que é criada na presente Resolução a Comissão Permanente para Implementação do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência e Segurança, que terá ainda como função a implementação do Plano de Operacionalização do Número Único de Emergência – 112 e o Plano Conceptual do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde.

O Governo considera prioritária a implementação deste serviço público, em todo o território nacional, como elemento essencial para a adequação dos serviços de emergência e segurança pública às necessidades dos cidadãos.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

São aprovados o Plano de Operacionalização do Número Único de Emergência – 112 Cabo Verde (CV- 112) e o Plano Conceptual do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde, em anexo à presente Resolução, da qual fazem parte integrantes.

Artigo 2.º

Criação

1. É criado o Centro de Despacho e Coordenação de Emergências, abreviadamente designado como 112 Cabo Verde.
2. É criada a Comissão Permanente para Implementação do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência e Segurança, doravante designada Comissão.

Artigo 3.º

Centro de Despacho e Coordenação de Emergências

1. O 112 Cabo Verde integra a estrutura de operações do Serviço Nacional de Proteção Civil, e tem a seguinte composição e organização:

- a) Diretor: Responsável pelo correcto funcionamento do Centro e pela liderança dos processos de decisão, devendo ser o representante do 112-CV junto dos órgãos competentes e responsável por todo o processo de planeamento e gestão;
- b) Responsável de tecnologias de informação: Responsável pela verificação do funcionamento e manutenção dos sistemas, pela segurança da informação e do *Data Center*, em contacto permanente com o fornecedor dos equipamentos;
- c) Responsável de informações e Comunicação Pública: Responsável pela recolha de informações críticas para uma prestação adequada dos serviços de emergência e também, para a divulgação de informações fidedignas ao público;
- d) Representantes das autoridades competentes: Responsáveis pela ligação com as respetivas autoridades, que faz a integração necessária no 112 e atendimento especializado, supervisão (Triagem médica e Caracterização da Ocorrência para polícia, hospitais e bombeiros), elaboração de Planos de resposta, notificação de unidades, notificação de hospitais, *Feedback* operacional da evolução da emergência para o Centro de Atendimento e ainda a Gestão de Recursos;

- e) Postos de atendimento: Responsáveis pelo atendimento das chamadas e pela aplicação dos protocolos de localização e tipificação de ocorrências e a caracterização da emergência e ainda pela notificação das entidades de despacho; e
- f) Postos remotos: Postos de atendimento localizados nas entidades de resposta para efeitos de accionamento de meios e acompanhamento das ocorrências comunicadas pelo centro de coordenação e despacho de emergências.

2. O 112 Cabo Verde é financiado pela Agência Nacional das Comunicações - ANAC, conforme previsto no seu próprio orçamento e de acordo com as fases de implementação do projeto.

3. A execução do projeto do 112 Cabo Verde é efetuada pela Comissão.

Artigo 4.º

Atribuições do Centro

O 112 Cabo Verde, tem como principais atribuições:

- a) Atender pedidos de socorro, classificar o tipo de emergência a fim de transmitir o alarme correspondente, e acompanhar o incidente até que seja confirmada como assumida pela autoridade competente;
- b) Receber informações oportunas sobre os serviços envolvidos num incidente, e dar o respetivo tratamento tanto durante o decurso e após o término do mesmo;
- c) Apoiar a coordenação dos meios e recursos existentes e mobilizados em todos os tipos de atividades e operações de emergência.
- d) Alimentar, gerir e manter o catálogo de meios e recursos em articulação com as entidades de resposta;
- e) Estudar, planear e apoiar as atividades preventivas dos vários serviços, a fim de evitar a duplicação de esforços;
- f) Registrar todas as informações referentes às ocorrências, incluindo registo áudio das chamadas feitas pelos utentes, e desenvolver estatísticas relevantes a partir dos dados recolhidos em relação às intervenções feitas;
- g) Prestar qualquer informação relativamente ao seu funcionamento, quando exigido por órgão competente para efeitos de inquéritos, instrução ou investigação judicial;
- h) Prestar informações ao público sobre prevenção e atuação em caso de desastres e situações de contingência bem como outras informações pertinentes para a segurança e ordem pública.

Artigo 5.º

Implementação

O Plano de Operacionalização do Número Único de Emergência – 112 e o Plano Conceptual do Programa

de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde são implementados pela Comissão que é constituída designadamente por representantes das seguintes entidades e serviços:

- a) Ministério de Saúde;
- b) Ministério da Administração Interna – que coordena;
- c) Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros;
- d) Polícia Nacional;
- e) Agência Nacional das Comunicações; e
- f) Outras entidades, cujo contributo se revelar necessário em função das matérias em análise mediante convite e aprovação da Comissão.

Artigo 6.º

Missão da Comissão

1. A Comissão tem como missão coordenar a implementação do programa de sistematização das comunicações de emergência em Cabo Verde que inclui as seguintes atividades:

- a) Preparação do Plano de Comunicações de Emergência, em estreita colaboração com todas as entidades intervenientes;
- b) Coordenar a implementação do projecto do 112 Cabo Verde, dando seguimento ao trabalho já conduzido pela Comissão para a elaboração do estudo para a operacionalização do NNE 112;
- c) Coordenar os trabalhos para a implementação da rede nacional de comunicações de emergência e segurança, dando continuidade e sugerindo melhorias aos trabalhos já existentes sobre esta matéria;
- d) Acompanhar os projetos de cooperação em matéria de comunicações de emergência e segurança para que sejam integrados no programa procurando reduzir a duplicação de investimentos.

2. Preparar e apresentar ao Governo no prazo máximo de dois meses, a contar da data de entrada em vigor da presente Resolução, um Plano de Ação Geral para a Implementação do Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência, para efeito de aprovação.

3. Apresentar ao Governo para aprovação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrada em vigor da presente Resolução, a proposta de normas e procedimentos do funcionamento do 112 Cabo Verde.

4. Colaborar com as entidades de resposta de emergência na vertente operacional incluindo na implementação da emergência médica pré-hospitalar.

5. Reportar trimestralmente ao Governo os andamentos dos trabalhos informando dos avanços e constrangimentos encontrados.

Artigo 7.º

Nomeação dos membros da Comissão

Os membros da Comissão referidos no artigo anterior são nomeados pela entidade a que pertencem, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de entrada em vigor da presente Resolução.

Artigo 8.º

Mandato da Comissão

O mandato da Comissão é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, a contar da data de entrada em vigor da presente Resolução, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses.

Artigo 9.º

Responsabilidades do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros

Com a cessação do mandato da Comissão, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, assume a total responsabilidade da Comissão cessante, bem como a gestão e funcionamento do Centro de Despacho e Coordenação de Emergências.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministro de 2 de julho de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Anexo**PLANO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO NÚMERO ÚNICO DE EMERGÊNCIA -112 CV****Sumário Executivo**

A inexistência de um número único de emergência funcional que permita ao utente solicitar socorro, independentemente do tipo de ocorrência tem sido um constrangimento grande para a prestação de serviços de emergência em Cabo Verde.

Apesar de ter sido adoptado o 112 como número único há alguns anos, a sua operacionalização não se efectivou dada a complexidade do processo e devido ao défice de recursos humanos e financeiros do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros para o efeito.

O Governo criou a comissão para a elaboração do estudo para operacionalização do número único de emergência, facto que permitiu com que várias instituições com responsabilidades directas em matéria de emergência unissem esforços no sentido de tornar o 112 uma realidade.

A operacionalização do 112 passa por um conjunto de trabalhos imprescindíveis que vão desde o diagnóstico da situação actual, passando pela projecção de um centro de coordenação e despacho de chamadas de emergências e o previsão das necessidades para todo o seu funcionamento.

O centro acima referido será capaz de receber chamadas de emergências dirigidas ao 112, fazer a triagem

e tipificação de ocorrências e despachar as chamadas para as entidades de socorro e ainda fazer o seguimento das ocorrências. Terá ainda capacidade de gravação das chamadas para efeitos de arquivo.

Além de chamadas de voz, o centro deve permitir a recepção de pedidos de socorro via SMS pois estes são mais resilientes a condições adversas de sinais das redes móveis. Pretende-se ainda ir mais longe com a disponibilização de uma aplicação para dispositivos móveis que permitirá aos utentes uma interacção mais diversificada com o 112.

A comunicação também é fundamental para o sucesso do 112, pelo que é contemplado um plano de comunicação visando divulgar o número único através de spots publicitários na comunicação social, mas também através de um site próprio na internet com ferramentas de interacção com o público em geral.

No entanto, há que ter em conta que existem factores críticos que não podem ser ignorados para o sucesso do projecto, pois o país não pode desperdiçar os poucos recursos em equipamentos e instalações que depois não cumprem o papel para o qual estão destinados.

Assim sendo, impõe-se uma gestão de risco para o sucesso do projecto na qual são identificados os principais riscos, a sua probabilidade, o seu impacto e ainda as respostas para minimização ou prevenção.

Por outro lado, a monitorização da operacionalização é vital para o sucesso, pelo que se recomenda que seja criada uma comissão permanente de gestão de comunicações de emergência, que terá como função não só a implementação do presente plano, mas também a implementação de todo o programa de sistematização das comunicações de emergência.

1. Objectivo

Com o presente documento a Comissão para Elaboração do Estudo de Operacionalização do Número Único de Emergência Nacional 112, criada pelo conselho de ministros através da Resolução no 31/2012 de 14 de Junho, pretende apresentar um plano operacional visando a implementação do 112 em Cabo Verde.

O plano visa identificar as acções necessárias que devem ser realizadas, definir as fases de trabalho, atribuir responsabilidades e calendarizar o percurso até o funcionamento efectivo do 112, como um centro nacional de atendimento de emergência.

2. Motivação

As tecnologias e sistemas de comunicações, constituem uma das ferramentas básicas e fundamentais para o apoio às operações de protecção e socorro, e como tal, foi institucionalizado o número 112 da rede telefónica como número nacional de emergência através do Decreto-Lei n.º 28/2009, de 10 de Agosto, a fim de abranger num único sistema de emergência várias estruturas, designadamente as coordenadas pelas forças de segurança pública (Polícia Nacional), bombeiros, serviços hospitalares e serviços de protecção civil, de modo a garantir

que qualquer utilizador de um telefone, da rede fixa ou móvel em situação de emergência ou de catástrofe, dispor de um serviço de emergência seguro e eficiente, onde quer que seja.

A implementação do 112 é muito mais do que simplesmente atribuir um número de atendimento para chamadas de emergências, trata-se de um conjunto de elementos que permitam harmonizar procedimentos entre entidades envolvidas e que permitam a necessária disponibilização dos dados de localização das chamadas, fazer a triagem necessária por tipo de ocorrência e ainda poder prestar atendimentos preliminares à vítima à distância.

Para tal, são necessárias, medidas organizativas adequadas para a organização nacional dos sistemas de comunicações de emergência, devem ser equacionadas de forma a garantir que as chamadas que utilizem esse número tenham respostas e tratamentos adequados.

No contexto geral de desenvolvimento do país, este projecto reveste-se de extrema importância, uma vez que além de permitir salvar vidas, representa um ganho para todos os sectores de actividade, dando mais garantias aos investidores externos, nomeadamente referente ao sector do turismo considerado o principal motor da economia, uma vez que qualidade do atendimento em situações de emergência é um factor que o turista pondera na escolha de um país para visitar.

3. Diagnóstico da Situação Actual

Um breve diagnóstico da situação actual é necessário para uma melhor definição das necessidades e priorização e faseamento dos trabalhos a serem executados. Há que reconhecer que apesar do esforço que tem havido no sentido das operadoras de comunicações electrónicas encaminharem as chamadas de emergência de forma adequada, parece que o estado actual das coisas é totalmente desadequado.

Das informações existentes se conclui que a integração de sistemas de recepção de chamadas de emergência é muito reduzida e na maior parte das vezes mesmo inexistente. Existe um conjunto de números curtos de emergência para diferentes entidades, mas não existe nenhum procedimento integrador para uma resposta adequada a cada emergência.

Assim sendo, neste capítulo, além de apresentar os números existentes, a distribuição das entidades competentes pelo território nacional, pretende-se fazer um levantamento de um conjunto de problemas existentes actualmente a nível das chamadas de emergência.

3.1. Números de emergência existentes

Actualmente existem vários números de emergência aos quais o utente deve dirigir as chamadas de acordo com o tipo de ocorrência e a respectiva autoridade competente, nomeadamente Hospitais, Polícias, Bombeiros e Protecção Civil, sendo que existem números de acesso nacional e números de acesso regional ou local.

Os números de acesso nacional dividem-se em números curtos gratuitos e números da linha verde com prefixo 800 como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 1- Números de acesso nacional

Entidade	Número
Hospital	130
Bombeiros	131
Polícia Nacional	132
Polícia Judiciária	800 11 34
Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	800 11 12

Já no que se refere a números de acesso regional ou local, estão distribuídos por concelhos/localidades. A distribuição é importante no processo de reencaminhamento de chamadas mormente provenientes das operadoras móveis. Nem todos os concelhos dispõem de serviços de todos os serviços, nomeadamente de bombeiros, mas existe um conjunto de números de telefone associados às várias representações locais das autoridades que devem merecer consideração no processo de planeamento para o 112, como se pode notar na tabela seguinte.

Tabela 2 - Números de emergência de acesso regional/local

Ilha	Concelho	Cidade/Localidade	Hospital / Urgências	Bombeiro	Polícia Nacional
Sto. Antão	R. Grande	P. do Sol	2251130	2251134	2251132
		R. Grande	2211130	-	2211132
	Paul	Paul	2231130	-	2231292
	Porto Novo	P. Novo	2221130	2221223	2221132
S. Vicente	S. Vicente	Mindelo	2327355	2325231	2314631
S. Nicolau	Ribeira Brava	Ribeira Brava	2351130	-	2351132
	Tarrafal	Tarrafal	2361130	-	2361132
Sal	Sal	Espargos	2411130	2411131	2411132
		Santa Maria	2421130	-	2421132
Boa Vista	Boa Vista	Sal Rei	2511167	2511141	2511132
Maio	Maio	Porto Inglês	2551130	2551134	2551132
Santiago	Praia	Praia	2612462	2612727	2621332
	R. Grande	Cidade Velha	2671120	2671120	2671132
	S. Domingos	Várzea Igreja	2681130	2681240	2681132
	S. L. Órgãos	João Teves	2711130	-	2711185
	S.S. Mundo	Picos	2721130	-	2721060
	Sta. Cruz	Pedra Badejo	2691330	2691330	2691332
	Sta. Catarina	Assomada	2651130	2651194	2651132
	S. Miguel	Calheta	2731130	-	2731132
	Tarrafal	Tarrafal	2661130	2661116	2661132
Fogo	S. Filipe	S. Filipe	2811130	2811313	2811132
	Mosteiros	Cidade Igreja	2831034	2831038	2831073
	Sta. Catarina	Cova Figueira	2821130	2821174	2821180
Brava	Brava	Nova Cintra	2851130	2851313	2851132

Como se pode observar pela tabela 2, esse conjunto de números locais nem sempre obedece a uma lógica para que o cidadão numa situação de urgência se recorde dos mesmos. Além disso, no processo de recolha de informações, foram identificados alguns desses números que de facto estão inoperacionais, o que por vezes obriga que o utente tenha de pagar a chamada.

3.2. Diagnóstico de Comunicações

Se em relação a infraestruturas de base, hoje o país está dispõe de redes públicas de telecomunicações modernas e que dão boa resposta para o quotidiano, o mesmo não se pode dizer em matéria específica de comunicações de emergência nomeadamente entre entidades com competência na matéria.

Existe no entanto um levantamento feito em todo país que permitiu elaborar um diagnóstico dos meios existentes e a sua distribuição por ilhas e por entidades competentes. Essas informações são fundamentais para o diagnóstico das necessidades para a implementação de uma rede única e própria para emergência

Deve ser frisado que apesar da existência de redes de comunicações acessíveis ao público que cobrem quase a totalidade das áreas habitadas, existem ainda alguns problemas relacionados com os custos das chamadas de emergência.

Assim sendo, neste ponto vai-se fazer um diagnóstico da situação e os constrangimentos existente em matéria do encaminhamento de chamadas de emergência por parte dos operadores, as centrais de atendimento dos diferentes actores.

3.2.1. Estimativa do número de Chamadas de emergência

Para efeito de dimensionamento das linhas de atendimento, é necessário um diagnóstico com uma estimativa do número de chamadas efetuadas para os números de emergência.

Essa estimativa foi feita com base nas informações recolhidas junto da Polícia Nacional e da Associação Nacional de Municípios. Não foi possível fazer levantamento das chamadas de emergência para os hospitais e centros de saúde.

Relativamente ao número médio de chamadas diárias os dados recolhidos da polícia representam uma média dos primeiros 90 dias do ano de 2013. Em relação aos bombeiros e proteção civil, os dados não são muito fidedignos porque não existe uma estatística sistematizada, mas sim uma estimativa feita de uma projecção do número de chamadas feitas durante alguns dias.

Apesar de a tabela a seguir apresentar um total de 239 chamadas por dia, deve-se dimensionar o Centro de emergências com base num número bastante superior não só pela baixa fiabilidade dos números mas também porque deverá haver uma previsão de situações de pânico.

Estimativa do número médio de chamadas por dia para os três serviços.

Tabela 3 - Estimativa de chamadas de emergência por dia

Instituição	n.º de chamadas por dia
Polícia	136
Proteção Civil/Bombeiros	55
Urgências	48
Total	239

Assim sendo, é recomendável que o sistema de despacho de chamadas de emergência seja projectado para suportar pelo menos cinco vezes esses números, até porque a experiência de outras paragens diz que com a criação e divulgação do 112 aumentam as chamadas de emergência.

3.2.2. Reencaminhamento de Chamadas de Emergência

Actualmente todas as chamadas de emergência são encaminhadas através da rede fixa, que as entrega nas entidades correspondentes a cada localidade. Se o utilizador faz a chamada a partir da rede fixa, esta é entregue directamente e sem custos às entidades na representação mais próxima do local onde se encontra.

Quando um utilizador de um terminal móvel realiza uma chamada de emergência, a informação da célula em questão é enviada à central de comutação que por sua vez traduz o número curto associada à célula no número longo. A partir deste instante esta chamada é encaminhada para a rede telefónica fixa, que por sua vez reencaminha para o ponto de atendimento.

Os números longos de emergências associadas às células referem aos pontos mais próximos do utilizador em causa. Convém referir que o utilizador deverá discar o número curto de emergência, e não o número longo, pois dessa forma a chamada será interpretada como prioritária e sem qualquer custo.

Por falta de informação, muitos utilizadores têm utilizado os números longos ao invés dos números curtos, e dessa forma podem correr o risco da chamada ser taxada ou não realizada se não tiverem qualquer crédito ou em estado passivo.

A lista telefónica, alguns jornais e muitos documentos de promoção turística publicam números úteis nos quais incluem números de polícia, hospitais, bombeiros e utilizam os números longos, o que faz o utilizador menos informado fazer chamadas para estes números.

Este é de facto um dos principais problemas identificados e que será resolvido com a introdução do 112, pois tratando-se de um número único e de fácil memorização é rapidamente recordada pelos utentes.

Identificou-se também alguns constrangimentos entre os diversos operadores no que se refere a interligação de chamadas de emergência, ocorrendo por vezes a cobrança indevida. Isto acontece devido a existência de vários números de emergência e alguns destes não estarem identificados como tal.

Esta questão deverá ser resolvida com a definição clara dos números de emergência para efeitos de sinalização visando não só a priorização mas também a ausência de taxação. Isto será parte de um conjunto de regulamentação que deverá acompanhar a implementação do 112.

3.2.3. Centrais de Atendimento de Emergência Actuais

Uma questão muito importante a analisar neste processo de diagnóstico da situação actual é a forma como estão organizadas as centrais de atendimento das principais

entidades de socorro. Tal análise é muito importante para projectar o atendimento das chamadas para o 112, pois os actuais centrais de atendimento deverão manter-se, sendo que apenas deverão ser reforçados com meios que permitirão o seguimento da ocorrência.

3.2.3.1. Policia Nacional

Das entidades de socorro actuais, a Polícia Nacional é que entidade que parece melhor preparada para atendimentos de chamadas de emergências. O serviço de atendimento de chamadas de emergência na Cidade da Praia dispõe dos seguintes meios:

- **Infraestrutura de comunicações e equipamentos:**
 - Dois acessos básicos com números cedidos pela CVT;
 - Uma central telefónica Siemens (HIPATH 3350 IP) com capacidade para dois acessos básicos, quatro extensões digitais e oito analógicas, dos quais três extensões digitais estavam a ser utilizadas para o atendimento das chamadas de emergência;
 - Três telefones digitais e respectivos acessórios para os operadores;
 - Sistema de comunicações via rádio em UHF para cada operador (dois canais distintos);
 - PBX da Central de comunicações telefónicas da Direcção Nacional da PN para comunicações com as unidades e restantes entidades;
 - Aparelho Fax para o envio e recepção de mensagens;
- Um sistema de registo de dados composto pelo software de gestão das chamadas telefónicas da central e um PC/Servidor para registos de todos os dados das comunicações realizadas, 24/24 horas, de e para a central de comunicações de emergência;
- Um sistema de gestão das viaturas operacionais através do sistema GPS para o atendimento das ocorrências, isto é conforme a localização das mesmas gerir o envio da uma viatura mais próxima;
- PCs e acessórios para os três postos de atendimento dos operadores com duplos monitores (écrans) cada um para a gestão das viaturas operacionais, localização e encaminhamento em função das demandas e registos das ocorrências;
- Um monitor de 52 polegadas para projecção do mapa da divisão da zona urbana da Praia em zonas para respostas operacionais segundo os meios existentes na altura; O sistema está estruturado para o atendimento de três chamadas simultâneas e a uma quarta ficava na lista de espera para o atendimento.

Um Subchefe (chefe de Turno) e dois Agentes asseguram diariamente o atendimento das chamadas cujos dados são registados e gravados no sistema para o devido tratamento. Os operadores, para além do número do cha-

mador registado automaticamente na central, registam as identificações dos chamadores, as ocorrências, e conforme as demandas accionam os serviços da PN. Acompanham igualmente as acções desencadeadas no terreno e no final registam o resultado verificado, conforme as informações recebidas do pessoal do terreno numa base de dados.

De referir que o Subchefe, para além de fazer o atendimento e de monitorar o funcionamento do Centro, em caso de interacção com outras agencias é responsável pelas comunicações que normalmente são realizadas através do PBX ou do Fax da Direcção Nacional. Também, é responsável pela elaboração de um relatório diário de ocorrências verificadas no serviço e não só, para ser apresentado ao Chefe do Centro e presta ainda informações quando necessário aos Oficiais de Serviço do dia (Oficial Superior da Direcção Nacional e Oficial dia do Comando Regional da Praia).

Em relação aos outros concelhos apenas Sal e S. Vicente possuem centrais com as mesmas características e um acesso básico cada para as comunicações telefónicas. Possuem um operador de serviço funcionando em regime de turnos na sala de atendimento das chamadas de emergência.

Face aos meios de que dispõe a PN é a entidade de socorro melhor preparada neste momento para dar respostas a chamadas de emergência, ficando muito mais fácil a sua integração com o centro de coordenação de emergências 112.

3.2.3.2. Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros

O Serviço de atendimento do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros é neste momento deficitário face às demandas actuais, e quando comparado com o da Policia Nacional. Além de estar dotado de sistemas de comunicações desactualizados, não existe uma forma informatizada de acompanhamento de ocorrências e de coordenação de meios.

O mesmo se pode dizer em relação aos serviços de bombeiros espalhados pelo país, pois nem mesmo os que estão localizados nos centros urbanos mais importantes estão equipados de forma a integrar de forma adequada o sistema de 112.

Estes serviços deverão ser dotados de meios que os ligam directamente ao centro de coordenação de emergências e que também os permita dar seguimento às ocorrências.

Já em relação à sede do SNPCBB deverá alojar o centro de coordenação de emergência e portanto será dotado dos meios que lhe permita cumprir essa missão com as condições adequadas.

3.2.3.3. Serviço de Urgência Hospitalar

As estruturas de saúde em Cabo Verde estão categorizadas para prestação de serviços de urgência/emergência de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Os Hospitais Centrais** - São as estruturas vocacionadas para a prestação de cuidados de saúde de nível secundário e terciário. São

hospitais gerais, dispendo de serviços especializados diversos e diferindo dos Hospitais Regionais por uma maior complexidade e amplitude da oferta de cuidados. Dever ser dotada de capacidades de atendimento permanente de urgência / emergência Urgência 24/24horas, seja geral, seja de especialidades.

- **Hospitais Regionais** - São hospitais programados para garantir cuidados hospitalares de nível secundário, em função da população abrangida e da tecnologia disponível e são dimensionados na base de 1.5 camas x 1 000 habitantes e para servir uma população a partir de 35 000 habitantes. Devem ser dotados de atendimento permanente de urgência / emergência Urgência 24/24horas, seja geral, seja de especialidade (pós-triagem) em Pediatria, Cirúrgica e Gineco-obstetrícia;
- **Centros de saúde** - São instituições através da qual se presta uma atenção primária de saúde a indivíduos e famílias, considerando estas como elementos de uma comunidade com os seus problemas, necessidades e comportamentos”. Devem garantir urgências permanentes, em regime de chamada e/ou turno, garantindo também a realização de actos especializados. No caso dos Centros de Saúde Urbanos, consoante o caso, deverão oferecer urgências por períodos entre 12 a 24 horas por dia;
- **Postos Sanitários** e São instituições de saúde do nível de Atenção Primária, consideradas extensões intermediárias dos Centros de Saúde, com uma equipa residente, chefiada por um enfermeiro geral. Não dispõem de serviços de urgência;
- **Unidades Sanitárias de Base:** São instituições de saúde do nível de Atenção Primária, consideradas extensões periféricas dos CS, que estão a cargo dum Agente Sanitário de Base. Não dispõem de serviços de urgência.

Os hospitais centrais e regionais dispõem de serviços de piquetes que atendem chamadas de urgência e que podem acionar meios quando disponíveis para garantir evacuações dentro do sistema nacional de saúde, ou seja de um centro de saúde para um hospital regional ou nacional, por exemplo. Na maior parte dos centros de saúde, deve haver sempre alguém disponível para atendimento.

A ausência de um sistema integrado de gestão de atendimento para efeitos de coordenação de emergência é a grande preocupação. A outra grande preocupação mas que ultrapassa os limites do presente plano, tem que ver com a ausência de serviços de ambulância para emergências pré-hospitalares e que é abordado na secção seguinte.

Face o exposto conclui-se que pelo menos até ao nível dos centros de saúde deve haver um posto remoto de atendimento de emergências com capacidade para acompanhamento da ocorrência e coordenação com o centro nacional do 112.

3.2.3.4. Serviço de Emergência médica pré-hospitalar

Pelo que foi possível apurar, não existe nenhuma estrutura de emergência médica pré-hospitalar em Cabo Verde. Trata-se provavelmente do maior desafio para a implementação de um centro de coordenação e despacho de emergências.

No que se refere ao transporte de sinistrados, tem sido feito na maior parte das vezes pelos serviços de bombeiros ainda que de forma muito deficitária por falta de meios e pessoal qualificado.

Assim sendo, há que haver o cuidado de ao se implementar o 112, que se salguarde que numa primeira fase não haverá serviço de emergência médica pré-hospitalar uma vez que não existem meios.

Actualmente não é possível ao Ministério da Saúde disponibilizar recursos humanos para a assistência médica pré-hospitalar, considerando os défices ainda existentes para suprir as próprias necessidades do atendimento nas estruturas públicas de saúde.

Os serviços de bombeiros deverão continuar a assegurar o transporte de sinistrados, mas deverão ser criadas as condições adequadas nas ambulâncias existentes e na preparação de pessoal existente e contratação de novo pessoal.

Trata-se de um aspecto que o Governo deverá abordar com urgência, pois tratando-se de um país com vocação turística os riscos de acidentes com as diversas actividades lúdicas são elevados, e precisa-se de respostas adequadas para transmitir confiança aos visitantes.

No futuro, a criação de um instituto de emergência médica pré-hospitalar deverá ser o caminho a seguir, sendo que o recurso a privados meios não deverá ser posta de parte como forma de complemento, mas isto tudo tem que ser objecto de análise em sede própria.

É recomendado que seja feita uma planificação em termos de equipamentos e consumíveis, além de veículos que serão utilizados na assistência médica pré-hospitalar para dar resposta às exigências desse tipo de serviços.

3.2.4. Integração entre as Entidades de Socorro

Actualmente, dada a inexistência de um centro comum de despacho e coordenação de emergências, a questão da integração entre entidades de socorro tem tido constrangimentos vários. A legislação vigente dá ao SNPCB o papel de coordenação em caso de emergências, especialmente contingências e calamidade, mas os meios actuais de coordenação são insuficientes para dar uma resposta cabal.

O diagnóstico que se faz é que há uma grande necessidade de melhorar a coordenação e que isso passa pela criação de um centro de coordenação e despacho de emergências que permitirá receber chamadas de todos os tipos de ocorrência e a partir daí acionar os meios de socorro por parte das entidades correspondentes.

Deve também haver a obrigação de registo no centro de coordenação de emergências, de todos os meios disponíveis para introdução no software. Numa fase posterior ao presente projecto deve-se envidar esforços para a instalação de uma rede nacional de comunicações de emergência.

4. Concepção do Centro de Despacho e Coordenação de Emergências (112 – CV)

O diagnóstico da situação actual permite-nos identificar a necessidade de estabelecer um serviço que reúna de forma racional as atividades das autoridades e organizações locais, setores públicos e / ou privados, com responsabilidade direta ou indiretamente relacionados com a prevenção, segurança e assistência técnica ou profissional a pessoas e bens em situações de emergência, independentemente da sua natureza e fazer a sua avaliação quantitativa e qualitativa.

O Centro 112-CV deverá ser composto por um conjunto de recursos humanos qualificados e especialistas, equipamentos e meios tecnológicos compatíveis com o território e um conjunto de procedimentos para facilitar o processo de decisão, todos sob a mesma liderança, que leva superação de uma situação anómala que afeta a segurança de um indivíduo, uma comunidade ou de uma região de forma mais célere.

Devido aos constrangimentos estruturais do país, o Centro de Emergência 112 de Cabo Verde deverá ser concebido em três grandes fases distintas para facilitar a sua operacionalização:

Fase 1 – Operacionalização do Centro de Despacho

Nesta primeira fase o Centro de Emergência limitar-se-á a ser um centro cuja função principal será receber chamadas de solicitação de assistência, e após a sua classificação são transferidos para diversos serviços operacionais que podem não estar todos integrados no Centro.

Esta fase deverá durar por um período máximo de um ano, tempo necessário para a operacionalização do centro e montagem da respectiva infraestrutura tecnológica, e para as entidades de socorro irem alimentando e testando o sistema.

Pode-se considerar que esta fase já se encontra em curso, com o lançamento do concurso público internacional a operacionalização tecnológica do centro de coordenação e despacho.

Nesta fase devem começar por integrar no sistema o SNPB e a PN, devendo estes fornecer todos os dados necessários para a configuração do sistema. Outras entidades como os serviços de urgências hospitalares e possivelmente o COSMAR serão dotados de terminais remotos para seguimento de ocorrências.

Fase 2 – Evolução para um Centro de Despacho e Seguimento

Após conclusão da primeira fase e criadas as condições, o centro deve evoluir para outras funções além dos acima referidos, podendo monitorar as ações dos serviços operacionais, sem que estes não estejam totalmente integrados no Centro, com o objetivo de maximizar a coordenação da actuação, embora sem total poder de decisão sobre as ações de cada um dos serviços envolvidos.

O poder de decisão de disponibilização de meios deverá ser partilhado com os responsáveis das entidades de socorro a nível do local da ocorrência.

Em caso de gestão de situações de crise, o centro deve poder permitir integrar todas as autoridades competentes e permitir o levantamento e actualização de informações para apoio a decisão do Governo.

Esta fase deverá também ter a duração de um ano, tempo necessário para todas as entidades envolvidas se prepararem a sua evolução para um centro de coordenação integral.

Fase 3 – Evolução para um Centro de Coordenação Integral

O futuro do Centro de emergência 112-CV passa por na sua última fase evolutiva, assumir um papel muito mais abrangente, em que além das funções anteriores, assumir a capacidade e poder de decisão sobre a mobilização e acionamento dos vários serviços operacionais que passarão a estar integrados no Centro. Essa integração não terá de ser necessariamente operacionalizado com a presença física das unidades operacionais, mas também por integração das suas redes de comunicações.

No que se refere as redes de comunicação de emergência, apesar de não contemplado no presente documento, trata-se de um aspecto que já foi objecto de análise e que exige investimentos mais elevados, mas que será um ganho considerável no processo de desenvolvimento da segurança pública em Cabo Verde.

As fase 1 e 2 podem avançar de forma contínua ou até mesmo sobrepostas no tempo, uma vez que os mecanismos de financiamento já estão identificados no que se refere ao centro propriamente dito. Já a fase 3 uma vez que exige investimentos muito mais significativos, nomeadamente no que se refere à rede de comunicações de emergência, irá depender da capacidade de mobilização de financiamento.

4.1. Atribuições principais do Centro 112-CV

As principais atribuições do Centro de Emergência na primeira fase serão as seguintes:

- i. Receber pedidos de socorro, classificar o tipo de emergência a fim de transmitir o alarme correspondente, e acompanhar o incidente até que seja confirmada como assumida pela autoridade competente.
- ii. Apoiar a coordenação dos recursos existentes e mobilizados em todos os tipos de atividades e operações de emergência.
- iii. Estudar e planear e apoiar as atividades preventivas dos vários serviços, a fim de evitar a duplicação.
- iv. Receber informações oportunas sobre os serviços envolvidos num incidente, e fazer o respectivo tratamento tanto durante o decurso como após o término do mesmo.
- v. Registrar todas as informações referentes às ocorrências, incluindo registo áudio das chamadas, e desenvolver estatísticas relevantes a partir dos dados enviados em relação às intervenções feitas.

- vi. Prestação de qualquer informação no que diz respeito ao seu funcionamento, quando exigido por órgão competente para efeitos de inquéritos, instrução ou investigação judicial.
- vii. Desenvolver estudos de documentação técnica, apoiar uma operação de emergência para executar.
- viii. Prestar informações ao público sobre prevenção e actuação em caso de desastres e situações de contingência bem como outras informações pertinentes para a segurança e ordem pública.

4.2. Centro de Comunicações e Informações

O centro deve dispor de uma central automática com capacidade suficiente para gerir linhas de telefone móveis e fixas, fax, e ainda dispor de uma plataforma de comunicação de dados que permita ligação segura a Internet e troca segura de informações com as diversas entidades de socorro.

O sistema deve permitir que os pedidos de socorro possam ser feitos através de diversos meios, nomeadamente:

4.2.1. Chamadas de Voz

As chamadas de voz serão certamente as mais utilizadas para solicitação de socorro, devendo a plataforma permitir a gravação das chamadas, a identificação e localização das chamadas e a retribuição das chamadas em caso de desistência forçada.

O dimensionamento do número de linhas a serem instaladas deve ser com base na previsão de chamadas para os números actuais, devendo essa previsão incluir a expansão para o futuro.

As operadoras devem atribuir prioridade máxima nas chamadas com destino ao 112, incluindo em situações de handover no caso de comunicações móveis.

4.2.2. SMS

Além das chamadas de voz, o centro deve ter um centro de recepção de mensagens curtas, SMS. A resiliência deste tipo de mensagens às más condições dos canais de comunicação justifica uma aposta forte neste tipo de serviço uma vez que em diversos pontos ainda dispõem de cobertura limitada dos serviços móveis.

Assim sendo, na concepção do centro deve incluir sistemas multiplataformas que permitam integração de SMS com Voz e dados para localização.

Deverá ser concedida a prioridade a SMS com destino ao 112.

4.2.3. Dados

O serviço de comunicação de dados desempenha um papel fulcral no processo de prestação de socorro, pois este será essencial para o processamento e partilha de informações desde localização, coordenação e distribuição de recursos.

Isso exige que exista um robusto sistema de informação e comunicação (IT) no centro de emergência, que deverão estar alojados num centro de dados adequado pra o efeito.

Será criada uma aplicação para terminais móveis e tablets que possa facilitar a interacção com o público.

4.2.4. Web Site

O centro de emergência nacional deve ter uma plataforma de comunicação pública, pelo no contexto actual, um website é obrigatório para esse efeito, prestando informações pertinentes de prevenção e de sensibilização para educação para formas de actuação e, situações de desastres e de problemas de saúde pública.

Além da prestação de informações deverá haver uma funcionalidade no site onde seja possível a cada cidadão se registre de forma voluntária, permitindo assim a sua rápida identificação e localização em caso de emergência.

4.2.5. Rede Nacional de Comunicações de Emergência

Sabe-se que em situações de catástrofes geralmente as redes públicas de telecomunicações entram em colapso devido a excesso de demanda, pelo que para efeitos de coordenação entre entidades em situações de emergência, será necessária e fundamental a criação de uma rede de comunicações própria para emergência que interligue todas as entidades públicas e privadas com responsabilidade nesta matéria.

Nesta fase vai-se recorrer à rede pública fixa para comunicação com as entidades, através de um telefone instalado nas entidades de socorro para uso exclusivo para comunicação com o centro de coordenação de emergência 112. A rede fixa tradicional tem a vantagem de funcionar mesmo quando não há energia na rede pública, pelo que é a melhor opção nesta fase.

Uma rede de comunicações de emergência deverá entrar para a terceira fase do projecto pelo que centro nacional de coordenação de emergência e segurança deve ser pensado tendo em atenção os aspectos técnicos principais dessa futura rede, sendo que deve ter possibilidade de expansão para albergar outros equipamentos e meios que se demonstrarem necessários.

Já foi efectuado um trabalho louvável com apoio da cooperação espanhola (especificamente com a região das canárias) que permitiu fazer um levantamento de necessidades e elaborar um projecto de rede de comunicações emergências, sendo que a questão fulcral tem a ver agora com o respectivo financiamento.

4.3. Estrutura funcional do Centro de Coordenação

Numa primeira fase, para cumprir o papel essencial de um centro de despacho, o 112-CV deverá ter uma estrutura funcional adequada às actividades de um centro do tipo. Assim sendo deverá no mínimo englobar as seguintes funções:

- i. Comando e Controle;
- ii. Informação;
- iii. Tecnologias de Comunicação e Informação;
- iv. Logística;
- v. Formação e avaliação;
- vi. Informação Pública.

Tendo atenção as especificidades do país, com as dificuldades próprias, grande destas funções poderão ser exercidas ainda que provisoriamente por pessoal afecto ao Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. A seguir se descreve sucintamente a características das funções principais.

4.3.1. Comando e Controlo

Nesta função, mesmo que durante uma primeira fase não haja grandes responsabilidades em matéria de coordenação dos meios deverá englobar as seguintes subfunções:

- A avaliação da situação;
- Apoiar a decisão;
- Decisão;
- Controle e Coordenação;
- Análise da acção.

Enquanto funcionar como um centro de despacho, o 112-CV não necessitará de uma componente muito forte a esse nível, mas precisa ter um líder claramente identificado, para dar mais fluidez ao processo de decisão.

Naturalmente que este é uma função de elevada importância e deverá ser bem equacionada a quando da evolução para um centro de despacho e seguimento, e para a coordenação integral.

4.3.2. Informações

Nesta primeira fase, esta é uma das funções mais importante, pois mesmo enquanto funcionar apenas como centro de despacho, uma boa gestão de informação é crucial para uma boa resolução da situação.

Além das solicitações de ajuda, as fontes de informação podem ser as mais variadas e devem ser confirmadas as veracidades das informações através do cruzamento com outras fontes. Aqui entra um aspecto muito relevante que é a detecção de chamadas falsas que embora por vezes sejam muito difíceis de detectar, é preciso ter atenção pois há um perigo de desvio de meios para uma solicitação falsa em detrimento de uma situação real.

Nesta função, os sistemas de informação são muito importantes, pois a utilização de base de dados cruzados facilita a gestão de informação.

Devem ser identificados as seguintes subfunções:

- Recepção de informações;
- Processamento de informações;
- Transferência de informações para os serviços operacionais;
- Simulação.

A parte da simulação é importante e deve ser feita com base no histórico real das informações de situações que ocorreram e estão armazenadas nas bases de dados do Centro.

4.3.3. Tecnologias de Comunicação e Informação

As funções Tecnologias de Informação e Comunicação, são pela sua natureza, as funções mais importantes nesta primeira fase. Como já se disse anteriormente, o centro tem de estar muito bem equipado com linhas de telefone fixas e móveis, pelo menos uma linha de fax todas com redundância.

Depois de estimar as ligações necessárias e o tráfego dimensionado, é preciso deduzir o hardware necessário (central, terminais, linhas, pontos, etc...). Deve-se preparar o espaço físico para rápida expansão do sistema, por isso deve ser multiplicado por dois ou três todos os cálculos para dar flexibilidade necessária para garantir redundância.

4.3.4. Logística

O centro deve assegurar a sua própria logística para o seu funcionamento sustentável, pois deve ser capaz de gerir os recursos humanos e materiais de forma continuada. Isto inclui reabastecimento, manutenção dos equipamentos, das instalações e de todos os meios necessários.

4.3.5. Formação e Avaliação

A formação do pessoal afecto ao centro deve abranger fases de capacitação e de formação contínua e reciclagem, pelo que deve haver uma função que terá essa tarefa.

O treinamento deve ser um processo constante para que todos os procedimentos se tornem rotinas para que numa situação real se saiba exactamente como se proceder. Após o processo de treinamento deve haver avaliação que permita verificar cumprimento dos objectivos de formação.

A formação do pessoal deve sempre salvaguardar a componente moral e ética, uma vez que serão pessoas que irão lidar com informações sensíveis dos cidadãos.

4.3.6. Informação Pública

É fundamental haver um serviço de comunicação com o público, para passar as informações necessárias ao público. Este serviço pode ser introduzido na imagem e serviço de relações públicas da instituição a que o Centro se submete, mas deve ser sempre haver um espaço próprio de comunicação para projectar a imagem do Centro 112-CV.

Na fase de implementação deve haver uma campanha massiva de comunicação para levar ao público a conhecer a existência do 112 e fazê-lo memorizar para em situação de emergência o tenha presente de forma natural.

4.3.7. Organograma

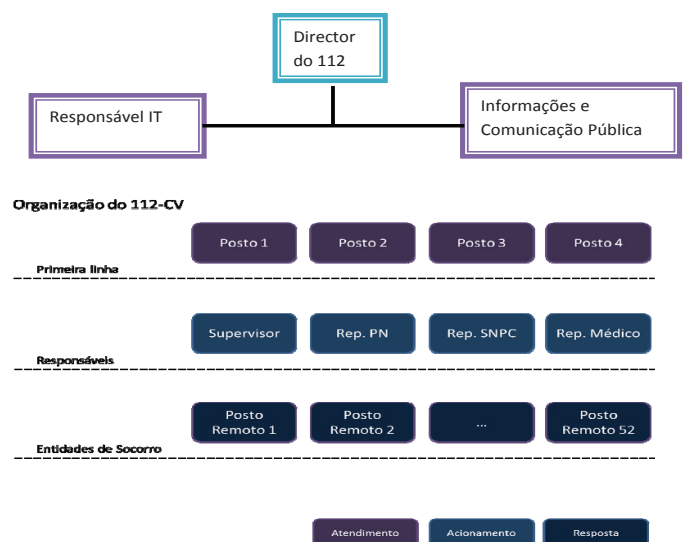


Fig.1- Organograma provável do Centro de Coordenação e Despacho

O organigrama proposto visa dar resposta às funções mínimas que deverão ser desempenhadas no centro. Numa fase inicial, e dada a dimensão do 112-CV nessa fase é natural que haja acumulação de funções, sendo que os principais cargos serão os seguintes:

- i. **Director** que será o responsável pelo correcto funcionamento do Centro e pela liderança dos processos de decisão. Deverá ser ao representante do 112-CV junto dos órgãos competentes e responsável por todo o processo de planeamento e gestão do centro.
- ii. **Responsável de IT:** Devido à grande componente tecnológica é conveniente que haja um responsável de Tecnologias de Informação, que tem a seu cargo a verificação do funcionamento e manutenção do sistema, pela segurança da informação e do Data center.
- iii. **Responsável por informações e pela comunicação pública:** Devido ao grande componente de comunicação e divulgação do 112, e da necessidade de constante passagem de informação, é necessária a existência de tal cargo.
- iv. **Representantes das Autoridades Competentes:** deverá haver no mínimo os representantes da PN, do SNPCB e um responsável médico cuja função será a ligação com as respectivas autoridades, para poder fazer a integração necessária no 112-CV.

Fazem o atendimento especializado e supervisão (Triagem médica e Caracterização da Ocorrência para polícia, hospitais e bombeiros), elabora Planos de resposta, notificação de unidades, notificação de hospitais, faz o Feedback operacional da evolução da emergência para o Centro de Atendimento e ainda a Gestão de Recursos.
- v. **Chefe de turno/supervisor:** Responsável pelas actividades durante o seu turno. É um cargo rotativo, e é responsável do Centro nas suas actividades de rotina, na ausência do Director. Pode fazer parte da linha de atendimento.
- vi. **Primeira Linha de Atendimento:** Postos de atendimento com responsabilidades de localização da ocorrência e tipificação, aplicar protocolos e caracterização da emergência e notificação das Entidades de Despacho.
- vii. **Postos Remotos:** Em cada concelho e por cada entidade de socorro haverá um posto remoto para respostas e mobilização de meios. O atendimento nesses postos é da responsabilidade dessas entidades. Poderão ser acrescentadas mais postos remotos a medida de necessidade e de acordo com a introdução de outras entidades de socorro, tais como a Guarda-Costeira por exemplo.

4.4. Recursos humanos

A questão dos recursos humanos necessários à instalação do Centro de Coordenação de Emergência é

crítica, pois requer despesas significativas que devem ser sustentáveis a longo prazo. Além disso, a qualificação do pessoal deve ter uma atenção especial, não só na formação inicial, como em treinamento permanente e avaliação dos operadores.

A longo prazo devem ser estudados dois cenários distintos:

- (i) um que passa pela contratação de pessoal de pessoal que será afecto ao Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e que estas pessoas sejam devidamente enquadrados para que haja motivação para um trabalho que é sensível do ponto de vista físico e psicológico; e
- (ii) outro que passa pela terceirização do pessoal de atendimento a empresas especializadas em recursos humanos e sobre o qual não o SNPCB não teria responsabilidades laborais.

Para curto prazo, sugere-se a utilização de agentes da PN que actualmente prestam serviço no 132, por um lado devido a experiência em atendimento do pessoal da polícia nacional e por outro lado dadas as vantagens que o centro de coordenação trará em relação ao centro 132, dando-lhe uma abrangência nacional. No entanto este cenário deve ser de curta duração, uma vez terá custos de pessoal para a PN.

Em caso de contratação de pessoal para dotar o centro de despacho e coordenação com pessoal capaz de dar resposta às ocorrências estimadas, admite-se os seguintes cenários:

1. Quatro postos a funcionarem 24 horas por dia: Neste caso são necessárias no mínimo 12 operadores se forem três turnos de 8 horas (que é excessivo para um trabalho considerado de alto nível de stress). Neste cenário recomenda-se a contratação de no mínimo 18 funcionários para ser possível dar folgas, férias e substituição por baixa ou outra causa. Estes turnos de 8 horas teriam que ser subdivididos em sub-turnos de quatro.

2. Três postos a funcionarem 24 horas por dia: Neste caso ficava um posto vago como reserva e seriam necessárias no mínimo 12 pessoas a funcionarem em 4 turnos de 6 horas. Neste cenário seria necessária a contratação de 16 funcionários no mínimo para ser possível dar folgas, férias e substituição por baixa ou outra causa.

3. Três postos por um período de 12 horas (Turno de dia) e 2 postos para o turno da noite (12 horas): Neste cenário, com turnos de 6 horas seriam necessárias 10 pessoas para as 24 horas. Para ser possível haver folgas, férias e substituição por baixa recomenda-se a contratação de no mínimo 14 funcionários.

Só após o início de funcionamento do centro e com a recolha de dados em relação às chamadas é que se poderá encontrar o número ideal de funcionários atendedores. No entanto pode-se considerar que o cenário mais adequado seria o segundo pois a prática internacional recomenda turnos de 4 a 6 horas porque os operadores passam muito tempo sentados e com elevado nível de concentração. Ainda assim, numa fase inicial podia-se iniciar com o cenário 3 e depois ir aumentando o pessoal de acordo com o número de ocorrências e as horas de pico de mais chamadas.

Para efeitos de orçamento deve ser integrado o transporte de pessoal e ainda os subsídios de turno que a lei laboral prevê.

Face a estes cenários parece ser evidente que a longo prazo seria mais adequado a terceirização do atendimento.

No que se refere ao perfil dos operadores, estes terão de ter habilitações de no mínimo 12º ano ou equivalente, ter bons conhecimentos pelo menos de inglês, devendo passar por um rigoroso processo de selecção e de treinamento que terá que ter em consideração a componente moral e ético tendo em conta a sensibilidade das informações pessoais a que terão acesso.

Nos postos remotos além da preparação do pessoal afecto às entidades de socorro poderá ser preciso o reforço em alguns casos para dar uma melhor resposta. Esta será uma situação a analisar caso a caso por parte das entidades de socorro.

4.5. Infraestrutura física

O Centro de Emergência 112-CV deverá cumprir com um conjunto de normas mínimas para garantir a sua continuidade em caso de catástrofes. Uma das principais características que a deverá satisfazer é a robustez física das instalações devendo ser concebido para sobreviver a qualquer contingência, porque desta depende a própria sobrevivência de uma população ou uma de uma extensão territorial.

Seria extremamente grave que por exemplo uma tempestade, uma inundação, deslizamento de terra ou outro desastre natural deixasse o centro inoperacional, pelo que a construção deve ser deve estar pensado para sobreviver a qualquer evento potencialmente catastrófico provável de ocorrer no local área, por isso é muito importante que há um investimento nesse sentido, mesmo que se trata de um espaço a ser adaptado para acolher o centro.

4.5.1. Principais características físicas

É recomendável que o centro, atenda às seguintes condições físicas para cumprir o seu papel de forma adequada:

- i. **Flexibilidade:** Apesar do desenho inicial dever prever um conjunto de características e necessidades, o centro deve permitir a adaptabilidade a novas necessidades.
- ii. **Ergonomia:** De acordo com seu funcionamento, geralmente 24 horas 365 dias e o número de horas que as equipas podem permanecer no centro, em caso de qualquer emergência, é necessário que tenha o conforto e serviços suficientes.
- iii. **Expansão:** Numa primeira fase é impossível prever todas as necessidades de espaço, pelo que a sua estrutura deverá permitir a possibilidade de extensões.
- iv. **Estrutura e organização modular:** sua extensão deve ser possível sem a necessidade de alterar as configurações iniciais, por isso a importância de uma estrutura modular.

- v. **A resistência às condições ambientais:** Ter que ficar completamente protegido contra as condições ambientais, de modo que uma descarga eléctrica, inundações, ventos fortes, etc., não o afectam significativamente.
- vi. **Operação contínua:** Com um design que permite a operação de 24 horas, 365 dias por ano.
- vii. **Sobrevivência:** Deve de ser considerado o lugar melhor protegido, e deve continuar a funcionar mesmo quando as condições são desfavoráveis.
- viii. **Resistência a interferências:** Uma das ferramentas fundamentais para o bom trabalho de um centro deste tipo são as comunicações e fluxo de informações, assim as comunicações e sistemas de computador devem ser protegidos de qualquer interferência.
- ix. **Acesso à informação:** Em resposta à quantidade e ao tipo de informações tratadas, este deve ser protegido e restringido pelos sistemas de segurança específicas.
- x. **Redundância:** Um Centro de Coordenação Operacional não pode parar de trabalhar para uma contingência em qualquer dos seus sistemas, de modo que deve ter sempre planos de contingência e redundância através de subsistemas e unidades duplicadas.
- xi. **Segurança:** O Centro deve ter um sistema de segurança no local e no perímetro, deve ser dotado de um circuito fechado de televisão, sistema de controlo de acesso, detecção de intrusão e detecção de incêndio.

Naturalmente que numa fase inicial nem todas estas características serão possíveis, mas deverá haver um plano faseado para o cumprimento de todas estas recomendações.

4.5.2. Principais áreas que devem existir

O Centro de Emergência de Cabo Verde numa fase inicial, tendo em contas as suas características, deve ser ter integrado as seguintes áreas ou salas:

4.5.2.1. Entrada Principal

Deve ter um controle de acesso, com pessoal de segurança e ou sistemas de segurança, como controle de acesso ao cartão magnético, segurança biométrica, CCTV ou similar.

4.5.2.2. Área de recepção e despacho de chamadas e informação

Tem como função principal a recepção de chamadas tanto de pedido de socorro como de cidadãos ou de diferentes organizações e instituições públicas e privadas. A partir desta área são registados e classificados as diferentes chamadas recebidas, descartando aqueles que procuram informações não urgentes ou maliciosos por natureza ou falsos alertas.

Também nesta área em que se costuma denominar de primeiro filtro, deverá existir os equipamentos de monitoramento, de controlo e serviços de alarme que ajudem no processo seguimento dos incidentes.

Nesta área estão integrados:

- Operadores de recepção de chamadas – primeira linha de atendimento;
- Os operadores recebem informações dos vários sensores de catástrofes naturais;
- Os operadores de processamento de informações – 2ª linha de atendimento .
- Analistas de Informação.
- Supervisor ou Coordenador de Área (Chefe de turno).

4.5.2.3. Espaço para Data Center

Nesta área vai se integrar diferentes áreas relacionadas com telecomunicações, sistemas de informação, rádio e energia.

O acesso a esta área deve ser restrito apenas ao pessoal técnico do centro e vai-se instalar servidores, painéis de comando, Sistema de gravação, sistemas de segurança, comunicações de rádio, UPS, caixas eléctricas, etc.

Além dos sistemas de segurança (controle de acesso e CCTV) deve ter um sistema de detecção e extinção de incêndio por sectorização e gás inerte para evitar mais danos ao equipamento, no caso de activação.

4.5.2.4. Área de Manutenção

Deverá se possível ser reservada uma área de manutenção para as manutenções de primeiro escalão. O acesso a esta área é restrito aos funcionários e responsáveis de manutenção.

4.5.2.5. Casa de Geradores

Uma das premissas de um Centro de Coordenação Operacional é para assegurar o seu funcionamento por 24 horas e 365 dias por ano, sem interrupção, assim, uma falha de energia não deve ser motivo para a inoperacionalidade parcial ou total do mesmo.

Assim, deve possuir equipamentos de geração de energia suficiente operar automaticamente entrar para ir comercial de energia, com um mínimo de dois grupos electrógenos.

4.5.2.6. Outras áreas Importantes

Além das áreas principais referidas acima, deve haver um esforço no sentido de haver as seguintes áreas:

- Salas de reunião
- Salas de Formação
- Sala de imprensa,
- Salas de apoio, e de lazer etc.

Estas áreas podem ser as já existentes onde o centro vier a ser instalado, sendo preferencial que haja salas multi-usos.

Sabe-se ainda que na sua evolução para um centro de coordenação integral virá ser necessário a criação de uma sala de gestão e coordenação de operações e ainda uma sala de gestão de crises. Estas infra-estruturas poderão vir a ser optimizadas e co-existirem num mesmo espaço físico.

4.6. Infraestrutura Tecnológica

Neste capítulo vai se debruçar sobre as necessidades tecnológicas para o funcionamento do Centro que respeite as normas internacionais e ponha Cabo Verde ao nível das ilhas da Macromelia.

Assim sendo, fim de dar uma solução mais completa possível, também está incluído quadro de gestão utilizado para a manutenção e evolução da plataforma proposta do ponto de vista da gestão de TI com base em padrões reconhecidos de qualidade e eficiência como o ITIL na sua última revisão (ITIL edição de 2011).

4.6.1. Catálogo de meios e recursos

A plataforma tecnológica deve englobar tanto a gestão de meios e recursos de comunicação, conforme necessário para tratar os incidentes de âmbito territorial e de objectivos importantes, incluindo:

- Dimensionar e planear o dispositivo de intervenções necessárias para cada situação de emergência caracterizada.
- Identificar, localizar e caracterizar todos os riscos previsíveis.
- Identificar, localizar e catalogar todos os meios e recursos disponíveis.
- Apoiar a gestão sobre uma plataforma unificada de comunicações VoIP para otimizar os tempos de resposta às emergências.
- Unificar o acesso aos meios e recursos de gestão de emergência necessários, a integração com uma plataforma de comunicação que proporciona uma resposta abrangente para emergências.
- Utilizar um sistema de Comunicações flexível e económico que permita optimizar os recursos disponíveis.

4.6.2. Características

A plataforma tecnológica deve ter as seguintes

Características gerais:

- Acesso rápido e utilização.
- Facilidade de consulta.
- Facilidade de actualização.

Critérios de busca

- Tipo / recurso de média.
- A localização geográfica.
- Órgão ou entidade que possui o recurso.
- Horário de disponibilidade

Integração

As bases de dados estarão integradas com o sistema de mapeamento digital irá permitir a visualização dos recursos existentes georreferenciados.

Os dados a serem incluídos:

Segue abaixo um resumo dos fatos básicos a serem considerados:

- Informação Básica:
 - Cartografia básica Vectorial ou Raster.
 - Cartografia temática: toponímia e .
 - Ortofotomapa.
 - Rede rodoviária.
 - Camadas de informação temática.
- População infantil: centros de ensino.
- Assistência sanitária
- Serviços de combate a incêndios.
- Serviços de polícia locais e respectivos equipamento;
- Serviços de polícia, vigilância e salvamento.
- Serviços marítimos.
- Programas e recursos de informação.
- Infra-estruturas críticas;
- Recursos hídricos.

Equipamento:

- Servidor de base de dados centralizada: Oracle, PostgreSQL na versão mais recente.
- Web Server.
- Agentes locais

4.6.3. Data Center.

Toda infra-estrutura tecnológica (servidores, equipamentos de rede, telefonia, armazenamento, e outros projetadas para atender a grandes organizações ou entidades que exigem altos níveis de disponibilidade de serviços concentra-se no Centro de Processamento de Dados ou Data center.

A plataforma de tecnologia que atenderá um Centro de Processamento de Dados (CPD a seguir) deve consistir de uma série de elementos que irão proporcionar as condições mínimas necessárias para garantir os serviços que hospeda.

As características técnicas específicas do Data Center devem respeitar as normas de segurança próprias que serão definidas no Caderno de Encargos para fornecimento da plataforma.

4.6.4. Outras aspetos importantes da plataforma tecnológica.

Deve-se levar em conta ainda um conjunto de necessidades tecnológicas que deverão ser levadas em conta no Caderno de encargos, nomeadamente em relação aos seguintes aspectos:

- Equipamentos de trabalho (Computadores, monitores, teclado, rato, impressoras, fotocopiadoras, etc.)

- Plataforma de Informações (chamadas atendidas, chamadas em espera, tempos médios de atendimento, etc.);
- Infra-estrutura de Comunicação de dados (Rede LAN, WAN);
- Infra-estrutura de Radiocomunicações;
- Integrador de Comunicações (a fim de integrar as diferentes plataformas de comunicações que interligam com o centro);
- Cartografia e geoposicionamento;
- Plataforma telefónica;
- Armazenamento e processamento de dados;
- Equipamentos necessários para um modelo unificado de comunicações de emergência;
- Servidores ORACLE, PostGreSQL e servidores Web baseado em TOMCAT;
- Gestão de utilizadores;
- Manutenção do sistema.

4.7. Autoridades envolvidas

Existe um vasto leque de entidades envolvidas no sistema nacional de emergência e devem constar do presente plano para que conheçam bem as suas responsabilidades. Além destas aqui mencionadas, deve haver a possibilidade de sempre que necessário a intervenção de alguma entidade, esta possa ser envolvida sem grandes constrangimentos.

4.7.1. Entidades com Intervenção Directa:

Já foram várias vezes mencionadas as principais entidades que tem intervenção directa que são as seguintes:

- i. Policia Nacional;
- ii. Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros Bombeiros;
- iii. Hospitais e respectivos serviços de urgência;
- iv. Serviços de emergência médica pré-hospitalar (a ser criado)
- v. Guarda Costeira;
- vi. COSMAR;
- vii. Guarda Nacional;
- viii. Operadores de Comunicações electrónicas;

Neste Cada uma destas entidades, que são muitas vezes referidas como entidades de socorro ou de respostas, tem um conjunto de responsabilidades que devem ser claramente definidas pelas normas e procedimentos de emergência.

4.7.2. Entidades com Intervenção Indirecta:

Existe um conjunto de entidades cuja intervenção não é directa, mas que terão um papel extremamente importante no funcionamento efectivo do 112. Entre essas entidades destacam-se:

- i. Aeroportos e segurança aérea;

- ii. Câmaras Municipais;
- iii. Agência Nacional das Comunicações;
- iv. Polícia Judiciária;
- v. Instituto de Meteorologia e geofísica
- vi. Empresas de electricidade e águas;
- vii. Agência de Aviação Civil;
- viii. Agência Marítimo e portuário;
- ix. Administração Portuaria;
- x. Cruz Vermelha de Cabo Verde.

4.7.3. Regulamentação

Além de toda a regulamentação da lei sobre que institui o 112 como número de emergência, será necessária a elaboração de um conjunto de procedimentos ou normas de execução permanente, com todas as regras de engajamento das diferentes entidades.

Estas normas irão garantir a integração das actividades dos diferentes intervenientes de modo a estes estarem cientes de o que fazer quando for solicitada a sua intervenção.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros deve liderar este processo e procurar junto de parceiros internacionais as melhores práticas nestas matérias e adapta-las a realidade local.

Toda essa regulamentação deverá atribuir obrigações e responsabilidades a todas as entidades intervenientes de modo a que todos os procedimentos sejam seguidos a bem da segurança pública.

Além das responsabilidades das entidades também devem ser regulamentados os direitos das mesmas de forma a dar sustentabilidade de longo prazo aos serviços de emergência.

5. Operacionalização do Plano

5.1. Calendário

A seguir apresenta-se o calendário No documento final do presente plano será redigido os principais marcos.

Tabela 4 - Calendário de operacionalização do 112

FASE 0 - Trabalhos da Comissão para elaboração do estudo para implementação do 112			
Actividade	Previsão de conclusão	Responsáveis	Observação
Concurso público para Contratação de empresa para operacionalização do Centro de Despacho e Coordenação de emergências.	Processo Concluído em Dezembro de 2014	Comissão 112	Os elementos do júri foram seleccionados dentro da Comissão e esta homologou a os relatórios.
Finalização do Relatório de trabalhos da Comissão e do Plano de Operacionalização do 112.	Maior de 2015	Comissão 112	Documentos aprovados em Comissão
Entrega da documentação ao Governo	Junho de 2015	Comissão 112	
Criação de uma Task Force de implementação	Junho de 2015	Governo	
FASE 1 - Operacionalização do Centro de Despacho			
Actividade	Previsão de conclusão	Responsáveis	Observação
Assinatura do contrato com a Intergraph	Fevereiro de 2015	ANAC	Contrato Assinado
Início de configuração de equipamentos e aplicações	Abril 2015	ANAC/SNPCB/MAHOT/ANMCV	Trabalho a ser realizado pela empresa executora do projecto, mas deve ter a colaboração das entidades de socorro na prestação de informações.
Trabalhos de preparação da Sala nas instalações do SNPCB (Trabalhos de Construção Civil)	Junho de 2015	SNPCB e ANAC	Trabalho a ser realizado antes do início dos trabalhos de preparação técnica da sala para instalação de equipamentos e mobiliários.
Chegada dos equipamentos para o centro de despacho e para os postos remotos.	Junho de 2015	ANAC/MAI/SNPCB	
Início de preparação de Pessoal		Polícia Nacional/SNPCB	
Trabalhos de Preparação Técnica da Sala (Cablagens, electricidade, pisos falsos e preparação da sala técnica)	Junho 2015	ANAC/SNPCB	Trabalho a ser realizado pela empresa executora do projecto.
Instalação de equipamentos	Julho/ Agosto 2015	ANAC/SNPCB	Trabalho a ser realizado pela empresa executora do projecto.
Instalação de mobiliários	Agosto/Abril 2015	ANAC/SNPCB	Trabalho a ser realizado pela empresa executora do projecto.

Interligação dos operadores de telecomunicações	Agosto 2015	ANAC /Operadores	Trabalho a ser realizado pela empresa executora do projecto.
Início do processo de instalação dos equipamentos nos postos remotos	Agosto de 2015	Intergraph /SNPCB	Todas as entidades devem colaborar para receber os equipamentos e disponibilizar atendedor.
Treinamento de pessoal de atendimento	Julho a Setembro 2015	SNPCB/Polícia Nacional	Necessário iniciar o processo de forma atempada. Na fase inicial a Polícia Nacional disponibilizará o pessoal afecto ao 132 e o SNPCB disponibilizará pessoal possível.
Finalização da regulamentação e definição de procedimentos.	Setembro de 2015	Task Force	
Início da fase inicial da formação de pessoal das entidades de resposta nos postos remotos.	Maió/Junho de 2015	SNPCB/MAI/Min Saude	Todos devem colaborar com pessoal para lidar com os equipamentos
Início de Testes de funcionamento	Outubro de 2015	ANAC/SNPCB	
Início do plano de Comunicação	Outubro de 2015	Task Force	Deve ser dado inicio a um processo de comunicação do 112, com o devido cuidado
Go live	Outubro de 2015		Dependente dos testes
Inauguração do Centro de Despacho	Outubro de 2015		
Fase 2 – Evolução para um Centro de Despacho e Seguimento			
Actividade	Previsão de conclusão	Responsáveis	Observação
Elaboração de um Plano de acção para implementação para evolução para um centro de seguimento	Dezembro de 2015	Task Force	Tecnologicamente o centro estará já pronto. A evolução para a fase 2 dependerá de pessoal disponível para atendimento e prestação de socorro
Processo de contratação de pessoal especializado para atendimento (ou terceirização do pessoal)	Dezembro de 2015	SNPCB/MAI/	A opção de utilizar pessoal afecto a PN deve ser limitada no tempo pelo que os custos da contratação desse pessoal deve constar do Orçamento para 2016
Plano de acção para operacionalizar o Serviço de Emergência médico pré-hospitalar.	Janeiro de 2016	Task Force	Deve ser tratado de forma holística por todos os stakeholders.
Contratação de pessoal para Emergência Médica pré-hospitalar	Janeiro a Fevereiro de 2016	SNPCB/MAI	Introduzir no Orçamento para 2016 do SNPCB
Formação do pessoal para Emergência Médica Pré-hospitalar	Março de 2016	SNPCB/MAI	Introduzir no Orçamento para 2016 do SNPCB. A colaboração do Ministério da Saude é fundamental para a definição de perfis. A cooperação internacional também deve ser acionada.
Finalização da integração do pessoal no sistema informático	Março de 2016	SNPCB/MAI	Deve ser disponibilizada informações de todos para criação de perfis para integração.
Conclusão dos trabalhos técnicos e humanos para seguimento de ocorrências	Abril de 2016	SNPCB/MAI	Embora a aplicação adquirida já é adequada, podem ser necessários alguns ajustes
Elaboração de um Plano de acção para implementação para evolução para um centro de seguimento	Dezembro de 2015	Task Force	Tecnologicamente o centro estará já pronto. A evolução para a fase 2 dependerá de pessoal disponível para atendimento e prestação de socorro
Processo de contratação de pessoal especializado para atendimento (ou terceirização do pessoal)	Dezembro de 2015	SNPCB/MAI/	A opção de utilizar pessoal afecto a PN deve ser limitada no tempo pelo que os custos da contratação desse pessoal deve constar do Orçamento para 2016
Plano de acção para operacionalizar o Serviço de Emergência médico pré-hospitalar.	Janeiro de 2016	Task Force	Deve ser tratado de forma holística por todos os stakeholders.
Contratação de pessoal para Emergência Médica pré-hospitalar	Janeiro a Fevereiro de 2016	SNPCB/MAI	Introduzir no Orçamento para 2016 do SNPCB

Formação do pessoal para Emergência Médica Pré-hospitalar	Março de 2016	SNPCB/MAI	Introduzir no Orçamento para 2016 do SNPCB. A colaboração do Ministério da Saúde é fundamental para a definição de perfis. A cooperação internacional também deve ser acionada.
Finalização da integração do pessoal no sistema informático	Março de 2016	SNPCB/MAI	Deve ser disponibilizada informações de todos para criação de perfis para integração.
Conclusão dos trabalhos técnicos e humanos para seguimento de ocorrências	Abril de 2016	SNPCB/MAI	Embora a aplicação adquirida já é adequada, podem ser necessários alguns ajustes
Fase 3 – Evolução para um Centro de Coordenação Integral			
Plano de acção para Instalação do centro operacional de coordenação Integral e da Rede de Comunicações de Emergência	Junho de 2016	SNPCB/MAI	Deve ser disponibilizada informações de todos para criação de perfis para integração.
Criação de Condições físicas para instalação de pessoal das entidades de socorro do centro	Julho de 2016	SNPCB/MAI	Do ponto de vista técnico, tanto as aplicações como o hardware já é preparado para a evolução para um centro de coordenação Integral. Há que ter em atenção que o Centro de Coordenação Integral só será eficiente com a concretização da rede nacional de comunicações de emergência e Segurança.
Definição de Normas Procedimentos para o Centro de Coordenação Integral		Task Force	

5.2. Engajamento das Entidades envolvidas

O engajamento de todos é vital para a concretização da operacionalização efectiva do número único de emergência. Uma vez todas as entidades envolvidas estão representadas na comissão, deverão envidar esforços para se preparar internamente para cumprir o seu papel no serviço nacional de emergência em todo o serviço nacional de emergências.

Deve ser elaborado um quadro jurídico adequado que permita definir de forma objectiva o papel dos diferentes actores com responsabilidades em matéria de emergência, mas o engajamento de cada entidade é fundamental para que o 112 CV funcione na sua plenitude e contribua para uma melhor sistema de emergências que possa fazer a diferença e salvar vidas.

De forma resumida apresenta-se a seguir os principais esforços que esperados das entidades principais, com responsabilidades directas no 112 CV:

5.2.1. Governo de Cabo verde

Do Governo espera-se em primeiro lugar, uma liderança global, no sentido de servir de facilitador da integração de todas as entidades. Além dessa liderança natural, espera-se que o governo, através do Ministério de Administração Interna, do Ministério das Infraestruturas e Economia Marinha e ainda do Ministério da Saúde, seja responsável pelos seguintes aspectos:

- Aprovação de legislação e políticas de emergência;
- Contratação do pessoal para o centro de coordenação e despacho;
- Cooperação Internacional;
- Manutenção da operacionalidade dos equipamentos dos postos remotos, como por exemplo a ga-

rantia de comunicações (manutenção das ligações de Internet e telefone dedicados ao 112 nos hospitais e centros de saúde, por exemplo);

- Preparação de um sistema de emergência médica pré-hospitalar;

De igual modo, através do MAHOT, o Governo tem um papel fundamental na prestação de informações para a alimentação da base de dados das aplicações de gestão de ocorrências.

5.2.2. Camaras Municipais

As Camaras municipais, tendo em conta as suas responsabilidades em matéria de Protecção Civil têm, devem ser proactivas no sentido de garantir que o 112 funcione dentro do seu município.

Devem os municípios apoiar na prestação de informações de toponímia e de outro tipo, dentro do seu município para alimentação da base de dados das aplicações de gestão de ocorrências.

Deve ser também papel das Camaras Municipais, a manutenção da operacionalidade dos equipamentos dos postos remotos, como por exemplo a garantia de comunicações nos serviços de bombeiros (manutenção das ligações de Internet e telefone dedicados ao 112 nos quartéis de bombeiros).

5.2.3. Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros

O SNPCB tem um papel centralizador em todo este processo. Além de ser a entidade que irá gerir o funcionamento do centro e garantir a sua manutenção e continuidade de operação, deve ser aquela que faz a integração do projecto com todo o sistema de protecção civil em cabo Verde.

Tem o papel de conduzir o processo de contratação e formação de pessoal, e de propor regulamentação que se mostre necessária para o devido funcionamento do 112.

Além disso, cabe ao SNPCB acompanhar a evolução do centro de coordenação e de despacho, identificar problemas de funcionamento do sistema e propor soluções para correções.

5.2.4. Agência Nacional das Comunicações

O Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro no n.º 1 do artigo 49º garante que Constitui direito dos utilizadores finais de serviços telefónicos acessíveis ao público, incluindo os utilizadores de postos públicos, aceder gratuitamente aos serviços de emergência utilizando o número único de emergência nacional, devidamente identificado no Plano Nacional de Numeração, neste caso o 112.

Sendo que é atribuição da ANAC garantir esse direito aos cidadãos, esta tem atribuições importantes nesa matéria, sendo responsável pela definição de normas a serem cumpridas pelos operadores para o funcionamento do 112, bem como assistir tecnicamente as autoridades nesta matéria.

No contexto da operacionalização do 112, a ANAC como representante do Estado no Sector das Comunicações electrónicas, é a responsável pela infraestruturização tecnológica e operacionalização do centro de coordenação e despacho de emergência, incluindo o seu financiamento.

O financiamento de toda a operacionalização do número único de emergência está a cargo da ANAC, em representação do Estado, como contribuição para o desenvolvimento integrado das comunicações e num contexto de regulação social, ou seja do serviço universal. Tal se justifica com as competências da ANAC em matéria de desenvolvimento do sector das Comunicações electrónicas, no sentido de preencher uma lacuna crítica é a ausência de um número único de emergência a funcionar.

5.2.5. Entidades de Socorro

No grupo das Entidades de Resposta estão os Bombeiros, a Polícia, os Serviços de saúde (nomeadamente serviço de ambulâncias), as Forças Armadas e todos as que forem identificadas como tal para acções de socorro a vítimas de ocorrências.

Estas entidades terão um posto remoto composto por um telefone exclusivamente dedicado a atendimento de chamadas do Centro de Coordenação e de despacho e

ainda um computador ligado a Internet no qual corre a aplicação de gestão de ocorrências. O telefone poderá ser dispensado nos casos onde já exista uma central de atendimento devidamente equipado.

Devem atender a todas as chamadas dirigidas a si e dar sempre respostas a estas ocorrências e processá-las na aplicação que corre no computador. Devem comunicar imediatamente quaisquer avarias nos mesmos e zelar para a sua manutenção.

Um dos papéis muito importantes é a alimentação da base de dados da aplicação com as unidades e equipamentos disponíveis, actualizando sempre o seu estado de operacionalidade para que se saiba sempre com que meios se pode contar numa determinada ocorrência.

5.2.6. Operadores de Comunicações Electrónicas

Os operadores de Comunicações electrónicas têm um papel vital no processo de operacionalização do 112.

Cabe aos operadores numa fase inicial interligarem de forma adequada com o Centro de Coordenação e despacho e ainda de dar prioridade ao tráfego de e para o 112CV.

Os operadores devem ainda nesta fase inicial facultar informações fundamentais para a prestação de socorro, tais como identificação e localização das chamadas de rede fixa, e localização das células de onde se faz a chamada por móvel.

Numa segunda fase, e após definição das configurações necessárias, devem os operadores móveis criar condições para enviar dados de localização de chamadas dos terminais móveis.

Os operadores de comunicações electrónicas, ao abrigo da lei, e sem prejuízo dos seus direitos, devem continuar a ter uma atitude de colaboração com o 112, no sentido de prestar as assistências necessárias à sua operacionalização.

5.3. Custos e Financiamento

O custo de instalação de um projecto desta natureza devem englobar não só todo o equipamento tecnológico necessário para o centro de coordenação e despacho, mas também de outros aspectos relacionados com o funcionamento diário do mesmo.

De uma forma geral os custos principais estimados para operacionalização e funcionamento do do 112 CV são os seguintes.

Tabela 5 - Custos de operacionalização do 112

Item	Descrição	Valor (Contos)	Obs.
Centro de Coordenação e despacho	Infraestruturização tecnológica que inclui equipamentos, mobiliários, aplicações, etc.	126.000 em 3 anos	Inclui 3 anos de manutenção e de garantia e assistência técnica.
Custos com pessoal	Custos com contratação de pessoal e salários de 12 pessoas.	6.500	Custo anual aproximado anual estimado no caso de contratação
Custos de Funcionamento	Telecomunicações, eletricidade, água e consumíveis.	2.500	Custo anual estimado
Total		135.000	

Os custos aqui apresentados são aproximações baseados em pressupostos de que no primeiro ano de funcionamento, o Centro de Coordenação e despacho funcionará de forma integrada na direcção de operações do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e Bombeiros, com pessoal afecto a Polícia Nacional.

O financiamento do centro de coordenação e despacho bem como de todo o processo de operacionalização do número único de emergência estará a cargo da ANAC no âmbito das suas competências em matéria de comunicações de emergência e desenvolvimento do sector das Comunicações electrónicas.

Já no que se refere aos custos com pessoal e de funcionamento deverão ser garantidas pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, devendo ser devidamente orçamentado pelo Governo.

5.4. Análise de Riscos

Existem factores críticos que não podem ser ignorados para o sucesso do projecto. O país não pode desperdiçar os poucos recursos em equipamentos e instalações que depois não cumprem o papel para o qual estão destinados.

Assim sendo, impõe-se uma gestão de risco para o sucesso do projecto, ainda que de forma qualitativa, na qual são identificados os principais riscos, a probabilidade de acontecer, o seu impacto e respostas para minimização ou prevenção.

São definidos cinco níveis de probabilidade, a saber: Alto, Médio-alto, Média, Médio-baixo e baixo.

Tabela 6 - Tabela de Riscos

Risco	Probabilidade	Impacto	Minimização
Não contratação de Pessoal adequado e utilizar pessoal não treinado	Médio-alto	Ineficiência de funcionamento do 112: <ul style="list-style-type: none"> • Chamadas não atendidas; • Ocorrências mal tipificadas; • Socorro não prestado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação por concurso público com testes psicotécnicos e entrevista; • Caso ocorra, não cair na tentação de utilização de soldados em Serviço Militar Obrigatório;
Ausência de Manutenção e evolução de longo prazo	Médio-alto	Meios ficam inoperacionais e obsoletos e o “112 CV” deixa de funcionar adequadamente, com consequências graves.	<p>Deve haver um plano de manutenção e de evolução de médio longo prazo, revisto anualmente e introduzido no orçamento anual do SNPCB.</p> <p>Fazer um contrato de manutenção com uma empresa qualificada.</p>
Não engajamento das entidades de socorro.	Médio/alto	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento das chamadas que lhes são destinadas; • Não prestação de socorro 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação adequada; • Sensibilização; • Criação de condições adequadas.
Inexistência de meios de Socorro, especialmente no que se refere a emergência médica pré-hospitalar	Alto	Grave: Não prestação de socorro após solicitação.	<p>Deve haver uma aposta forte na aquisição de meios, especialmente ambulâncias e na qualificação de pessoal;</p> <p>Definir políticas de serviço de ambulância que permitam a concessão de serviços a privados como complemento.</p> <p>Deve também ter o cuidado de não criar falsas expectativas ao cidadão.</p>
Destruição do Centro de Coordenação por desastres naturais	Baixo	Severo. Grave défice na prestação de socorro.	<ul style="list-style-type: none"> • O centro deve ser construído com as melhores práticas em matéria de segurança contra desastres naturais; • Deve ser pensado a longo prazo a criação de um outro centro de despacho em outra ilha que sirva de redundância.

A não contratação de pessoal adequado poderá ocorrer por razões de dificuldades orçamentais, daí o risco ser qualificado como médio-alto em termos de probabilidade. Este risco deve ser evitado, porque pode acontecer que se instale o centro, e este fique inoperacional por falta de pessoal, enquanto equipamentos se deterioram.

Num país onde a falta de recursos é crónico, também o risco de se descurar na manutenção é grande. Nos

primeiros anos, a manutenção ainda é garantida pela empresa executora do projecto, mas é necessário que se prepare desde já para quando esse período terminar, e correr o risco de voltar a estaca zero no que se refere a atendimento de emergências.

A falta de engajamento das entidades de resposta é um risco médio devido as condições de que algumas entidades dispõem. Este risco põe em causa todo o projecto

e se não for acautelado de nada valerá a existência de um centro de coordenação. Deve haver uma liderança do Governo e dos municípios nesta matéria de forma a minimizar esse risco.

A inexistência de meios de prestação de socorro, especialmente no que se refere a emergência médica pré-hospitalar, é um risco externo ao projecto em si, mas não deixa de ter um impacto profundo. Se é feita uma divulgação do 112 como número único de emergência, o utente espera que ao fazer uma chamada vai-lhe ser prestado o socorro.

Há que haver um esforço no sentido de aquisição de meios para as entidades de socorro, com destaque para ambulâncias. As ambulâncias existentes são insuficientes e muitos estão inoperacionais, e não existe pessoal com qualificação de paramédico.

É recomendado que junto da cooperação internacional se encontre soluções para capacitação de pessoal e aquisição de meios de socorro, desde ambulâncias a meios de extinção de incêndios, passando por meios de busca e salvamento.

Deve haver uma regulamentação de serviço de ambulância e permitir que privados possam entrar na prestação deste tipo de serviços através de contratos com caderno de encargos bem definidos.

Por fim, existe o risco de o centro de coordenação ficar totalmente inoperacional devido a condições extremas da natureza. Este risco não é grande porque Cabo Verde, especialmente a ilha de Santiago não tem histórico de grandes catástrofes como sismos ou grandes tempestades, mas deve ser minimizado com a uma boa localização e construção de forma adequada de forma a resistir a determinados níveis de intempérie.

A longo prazo deve ser pensada a construção de um espelho em outra ilha para efeitos de redundância e recuperação de desastre.

5.5. Monitorização

A monitorização da implementação do plano é um factor crítico de sucesso. Para que esta seja eficiente é preciso que seja integradora e conte com a colaboração de todos os actores com responsabilidade na matéria.

A recomendação é que seja criada uma task force permanente de gestão de comunicações de emergência. Essa comissão terá como função não só a implementação do presente plano, mas também a implementação de todo o programa de sistematização comunicações de emergência para o país.

Para implementação do referido programa esta task force de acompanhamento das comunicações de emergência deverá realizar reuniões periódicas no mínimo semestrais e extraordinárias sempre que justifique.

Enquanto essa comissão que terá um permanente não é criada, caberá à Comissão para elaboração do estudo para implementação do 112, a monitorização do processo de operacionalização.

Programa de Sistematização das Comunicações de Emergência de Cabo Verde

“Concept Paper”

1. Enquadramento

Cabo Verde é um país que pela sua natureza arquipelágica de origem vulcânica, está sujeito a riscos de catástrofes naturais com potencial para causar sérios danos. Em tais situações não deve haver espaços para improvisos, pois quanto melhor estiver organizado o sistema de resposta a situações de emergências mais vidas humanas podem ser salvas e menor poderá ser o seu impacto.

As comunicações de emergência revestem-se de um papel vital na gestão de situações de crise, sejam de que natureza for, pois são estas que garantem a unidade de comando e controlo das operações de evacuação, busca e salvamento e de segurança das pessoas e bens.

Hoje, em Cabo Verde sabe-se que as entidades com responsabilidade em matéria de resposta a situações de crise deparam-se com grandes deficiências a níveis de comunicações, recorrendo a maior parte das vezes as redes públicas que como se sabe não dão garantias uma vez que as infraestruturas podem ser destruídas ou as redes podem ficar saturadas por elevada utilização causada pelo pânico colectivo.

As diferentes entidades vão adquirindo alguns meios a medida das suas possibilidades, pelo que muitas vezes se depara com situações em que não conseguem comunicar entre si, por falta de interoperabilidade entre os diferentes equipamentos, o que cria sérios problemas de coordenação e unidade de comando.

Por outro lado, actualmente existem vários números de emergência aos quais o utente deve dirigir as chamadas de acordo com o tipo de ocorrência e a respectiva autoridade competente, nomeadamente Hospitais, Polícias, Bombeiros e Protecção Civil, Guarda Costeira, sendo que existem números de acesso nacional e números de acesso regional ou local.

Esta situação é totalmente desaconselhável e exige uma resposta imediata, pois numa situação de crise, o utente nem sempre tem discernimento para estar a recordar qual o número indicado para a sua situação. Há vários relatos de situações em que o utente terá ligado à polícia para comunicar uma situação de ataque cardíaco, o que eventualmente terá causado o atraso na prestação de socorro à vítima.

É neste sentido que surge o programa de sistematização das comunicações de emergência e segurança de Cabo Verde que visa por um lado, dotar o país de um sistema de comunicações de emergência que respondem aos constrangimentos existentes hoje, e por outro lado estabelecer um plano de comunicações de emergência que deverá ser anexado ao plano de contingência do Serviço Nacional de Protecção Civil.

O presente programa é na verdade a sistematização de forma integrada de todos os trabalhos em curso e em fase de projecto que visam desenvolver as comunicações de emergências em Cabo Verde, propondo um faseamento objetivando definir um plano sequencial desses trabalhos para um melhor processo de operacionalização.

2. Objectivos do Programa

O programa visa dotar o país de um sistema integrado de comunicações de emergência que sirva tanto para situações de normalidade como para situações de crise. Para tal são definidos os seguintes grandes objectivos:

Objectivo 1 - Garantir a coordenação e a unidade de comando e controlo de operações de protecção civil em situações de emergência, contingência e crise;

Objectivo 2 - Garantir a fluidez das Comunicações entre entidades de resposta a situações de emergência, tais como evacuações, busca e salvamento em todo o território nacional e Zona Económica Exclusiva;

Objectivo 3 – Garantir a eficiência na resposta a chamadas de emergências do quotidiano de forma a transmitir segurança aos cidadãos que sejam vítimas de qualquer incidente que afectem a sua segurança física e dos seus bens.

3. Eixos de Actuação

Para atingir o cumprimento de tais objectivos é necessário actuar em três grandes frentes que para efeito de planeamento e execução do projecto se designa de Eixos de Actuação e que são os seguintes:

Eixo 1 – Planeamento

As comunicações de emergência não devem ser deixadas ao acaso, e é neste sentido que as acções deste eixo se devem orientar.

É necessário que cada actor do sistema nacional de protecção civil conheça o seu papel e responsabilidades em matéria de comunicações de emergência e quais os meios de que necessita e de que dispõe para o cumprimento da sua missão.

De igual modo é necessário que existam normas e procedimentos que harmonizem os modos de actuação em matéria de comunicações, a definição de redes de comando, controlo e operações, indicativos de chamada e códigos de unidades.

Assim sendo, é necessário que o país seja dotado de um plano de comunicações de emergência que abranja todas estas questões de forma integrada e que seja acoplado ao plano nacional de contingência do serviço Nacional de Protecção Civil. Esta será então a principal acção a ser desenvolvida a curto prazo no âmbito do eixo "Planeamento".

Eixo 2 – Legislação

O Eixo Legislação é fundamental para criar um quadro jurídico para dar força legal às normas e procedimentos a serem executados por todas as entidades com responsabilidade em matéria de emergência.

A legislação deve focalizar no estabelecimento de normas claras que identificam de forma inequívoca quais as entidades com responsabilidade nestas matérias, quais as atribuições de cada uma destas entidades e que medidas devem ser tomadas no sentido de fazer com que cada uma cumpra a sua parte.

A experiência mostra que quanto mais clara for a legislação nestas matérias, maior a possibilidade de salvar vidas humanas e reduzir os impactos de catástrofes.

Assim sendo, no eixo "Legislação" as acções a serem desenvolvidas devem orientar no sentido analisar o quadro legal actual sobre estas matérias, propor legislação e regulamentação urgente e envidar esforços no sentido de o Estado de Cabo Verde ratifique as convenções internacionais nesta matéria, nomeadamente a Convenção de Tampere.

Eixo 3 – Resposta

O eixo "Resposta" tem duas vertentes que é por um lado a resposta em situações de emergências do quotidiano, ou seja, aquela que é dada aos cidadãos que sejam vítimas de uma situação em particular que põe em causa a sua segurança e a dos seus bens e que precisam de socorro, e por outro lado a resposta a situações de crise que obrigam a acionar planos de contingência local, regional ou nacional.

É com esta visão que se projecta por um lado a criação de um Centro de Controlo e Coordenação de Emergências que terá uma componente de coordenação e outra de despacho de chamadas para o número único 112, e por outro lado a implementação de uma rede nacional de comunicações de segurança e emergências a nível nacional que permita que todos os intervenientes possam comunicar em segurança num único sistema.

Neste eixo são identificados como acções a desenvolver a curto e médio prazo, os seguintes projectos âncora:

Projecto 112 CV – Centro de coordenação e despacho de chamadas de emergências.

Projecto de Rede de Comunicações de Emergência e Segurança – Uma rede única integrada para utilização por parte de todos os actores com responsabilidade em matéria de emergências.

4. Projectos-Âncora

São designados projectos-âncora no âmbito do presente concept paper, aqueles que além de serem projectos-chaves que constituem marcos para o cumprimento dos objectivos de dotar o país de um verdadeiro sistema de comunicações de emergência, são aqueles que também exigirão grandes recursos financeiros e humanos para sua execução. Passemos então a um resumo dos dois projectos.

4.1. Projecto 112 CV

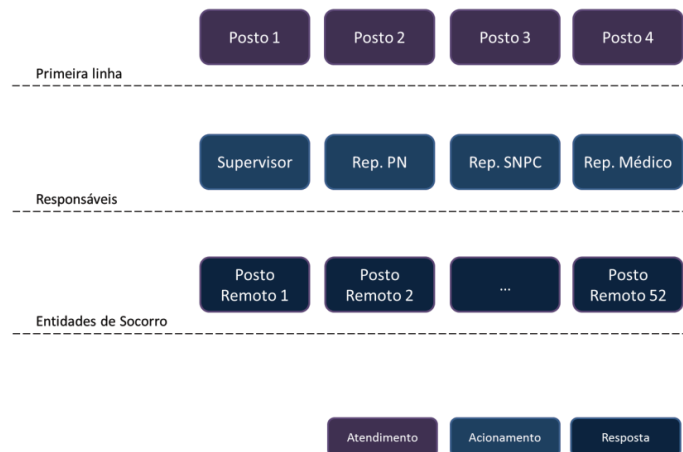
O projecto 112 CV é um projecto que visa dotar o país de um centro nacional de coordenação e despacho de emergências. Consiste num centro localizado na Cidade da Praia, com ramificações em todos os concelhos do país através das entidades de socorro em todo o território nacional, com os seguintes objectivos:

- Operacionalizar o número único de emergência (112) através da criação de um centro de despacho na qual são recebidas as chamadas de emergência, são feitas as triagens e acionadas as entidades de socorro e acompanhadas as respostas destas entidades.
- Centro de Coordenação de emergências, na qual podem ser coordenadas a alto nível as operações das unidades de resposta em situações de crise onde são activados os planos de contingência.

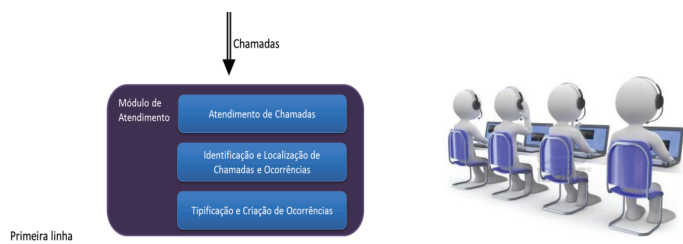
O centro deverá ter todas as tecnologias necessárias para localização de incidentes, incluindo sistemas de informação geográfica, sistemas de gravação de chamadas e sistemas de acompanhamento dos estados dos meios disponíveis.

A figura seguinte mostra o organograma do futuro centro de coordenação e de despacho.

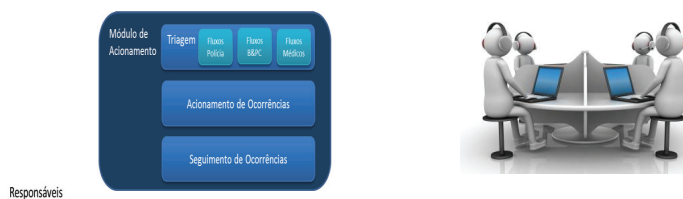
Organização do 112-CV



A primeira linha de atendimento consistirá em operadores formados e equipados para o atendimento das chamadas e fazer a primeira triagem, fazer a criação e tipificação de ocorrências e consoante o caso encaminhar para as entidades de resposta competente.



Os responsáveis são representantes de entidades de Socorro presente no Centro que supervisionam os operadores e validarão o acionamento das ocorrências e farão o seguimento das mesmas.



As entidades de Socorro serão equipadas com um terminal onde corre a aplicação de gestão de ocorrências e um telefone exclusivamente para recepção de chamadas do centro 112. Tais equipamentos serão distribuídos para todas as entidades em todos os concelhos.



Estão previstas também plataformas de comunicação com o público para informação de utilidade pública em matéria de emergência.

O custo estimado do projecto ronda os cento e vinte milhões de escudos cabo-verdianos e deverá ser concluído até meados de 2015.

Deverão ser acauteladas todas as questões necessárias ao seu funcionamento, tais como o recrutamento e treinamento de pessoal para o centro. Recomenda-se que sejam evitados improvisos numa matéria onde poderá estar em jogo a salvação de vidas humanas.

4.2. Rede de Comunicações de Segurança e Emergência

O centro de coordenação e de despacho de emergência nunca terá um funcionamento seguro sem que haja uma rede exclusiva para comunicações de emergência, uma vez que em caso de catástrofes, as redes públicas têm tendência a falhar ou por motivos de congestionamento ou porque também são afectadas.

Por outro lado, a unidade de comando e controlo é vital para o sucesso das operações em situações de emergência, pelo que uma rede única e integrada que interligue todas as entidades de socorro poderá constituir um factor determinante no sucesso das operações.

É neste sentido que surge o projecto de Rede de Comunicações de Emergência e Segurança, com os seguintes objectivos:

- Interligar o SNPC com as diferentes entidades, de forma a garantir a coordenação e a unidade de;
- Fluidez das Comunicações entre entidades de resposta a situações de emergência, tais como operações de evacuações e busca e salvamento em todo o território nacional e Zona Económica Exclusiva;
- Interligar o Centro de Coordenação de Emergência com as entidades de Socorro de forma a garantir rapidez e eficiência na resposta a chamadas efetuadas para o 112, para qualquer tipo de incidente.

O projecto consiste em implementar uma rede em cada ilha e de seguida interliga-las entre si. Existem dois cenários possíveis para a tecnologia a utilizar na implementação da rede:

Cenário 1 - Rede Tetra:

Trata-se de uma rede rádio composta por um conjunto de estações base fixas e móveis que permitem obter os níveis de cobertura exigidos para uma rede de segurança e Emergência em todo o território nacional.

As Estações Base (SBS) proporcionam coberturas radioelétricas e tem capacidade de se interligarem com o controlador central do sistema através de uma rede Ethernet ou também através de outro tipo de redes síncronas e assíncronas.

Este tipo de tecnologias permite que se crie redes segmentadas para cada instituição, e quando necessário para coordenação, a rede pode ser transformada numa única na qual se pode dispor dos seguintes serviços:

- Chamada de voz TETRA semi-duplex e duplex, individual e de grupo;
- Envio de estados e dados;
- Serviço de dados por pacote (PDP);
- Chamada de dados.

Cenário 2 – Rede DMR

O segundo cenário proposto é uma rede DMR baseado em equipamentos Motorola. Consiste numa rede de terminais móveis e portáteis, estações fixas e de repetidores interligados que permitem às diferentes forças de segurança, rápidas trocas de comunicações com várias funcionalidades. Está desenhado para funcionar em canais de 12.5 kHz em TDMA, substituindo sistemas analógicos, e ao mesmo tempo duplicando a eficiência espectral.

Este tipo de redes além de não dispor de várias funcionalidades de as redes Tetra dispõem, não permitem a versatilidade de introdução de entidades que possam dar sustentabilidade a rede pois estão limitadas em termos de dimensão.

Potenciais utilizadores da Rede

O potencial de utilizadores possíveis varia do tipo de cenário que for escolhido, sendo que o cenário 1 apresenta vantagens face ao cenário 2, uma vez que se trata de uma solução mais versátil e configurável.

A rede deverá ter como papel central, servir as comunicações de emergência e segurança, não podendo prestar serviços acessíveis ao público. No entanto e para o rentabilizar e dar sustentabilidade de longo prazo, podem ser admitida a inclusão de outros utilizadores, de acordo com a sua capacidade.

Assim, os potenciais utilizadores podem ser divididos em vários tipos de acordo com as funções das entidades.

• Principal grupo de utilizadores ou utilizadores nucleares:

- a. Serviço Nacional de Protecção Civil;
- b. Polícia Nacional;
- c. Polícia Judiciária;
- d. Forças Armadas (Guarda Costeira e Guarda Nacional);
- e. Bombeiros e Protecção Civil Municipal;
- f. Serviços penitenciários;
- g. Serviços de Saúde (Incluindo serviço de ambulâncias);
- h. Polícias ou Guardas Municipais (nos municípios aplicáveis).

• Outros potenciais utilizadores (Que possam querer aderir à rede por conveniência própria)

- a. Direcção geral de Viação e Transportes Rodoviários;
- b. Aeroportos de cabo verde (ASA);
- c. TACV;
- d. Portos de Cabo Verde (ENAPOR);
- e. Agências Marítima Portuária;
- f. Serviços de transporte público.

Custo estimado da Rede de Comunicações de Emergência

O custo estimado do projecto depende dos cenários tecnológicos, sendo que para o cenário de rede Tetra, aproxima-se dos setecentos mil contos e no cenário DMR ronda os 350 mil contos.

Recomenda-se no entanto o cenário da Rede Tetra porque apresenta grandes vantagens tecnológicas e é a única que poderá abranger as várias instituições, em redes segmentadas.

5. Faseamento do Programa

O desenrolar do programa encontra-se em curso desde que se despertou para a necessidade vital de organizar as comunicações de emergência no país. O faseamento visa essencialmente definir de forma integrada e sequencial esses trabalhos para um melhor processo de planeamento.

Assim sendo, para fins de planeamento e seguimento, identificam-se três grandes fases, os quais se apresentam na tabela seguinte:

Fases	Descrição	Início	Fim
Fase 1 – Plano de Comunicações de Emergência	Elaboração do Plano Nacional de Comunicações de Emergência: <ul style="list-style-type: none"> • Teve início com uma consultoria da União Internacional das Comunicações sobre a pertinência de Planos de Comunicações de Emergência. • Termina com a aprovação do plano e sua anexação ao plano de Contingência Nacional. 	2012	1º Sem 2015
Fase 2 – 112 CV	Planeamento e operacionalização do número único de Emergência 112. <ul style="list-style-type: none"> • Iniciou-se com a criação da Comissão para a elaboração do estudo de operacionalização do 112. • Termina com a entrada em funcionamento do 112. 	2013	Outubro de 2015
Fase 3 – Rede de Comunicações de Emergência	Planeamento, concepção e implementação de uma rede de comunicações de segurança e emergência. <ul style="list-style-type: none"> • Iniciou-se com os trabalhos no terreno para levantamento das necessidades e estudo de situação em todo o território nacional. • Termina com a implementação da rede. 	2013	2016/2017
Fase 4 – Consolidação e Redundância	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos na rede comunicações e na melhoria do Centro de Coordenação; • Construção de um Centro em outra ilha para efeitos de redundância. 	2016	2018/2019

Paralelamente a estas fases definidas, existem dois aspectos a considerar que são por um lado as iniciativas legislativas para completar e modernizar o quadro jurídico e por outro lado o planeamento da continuidade de operações.

Neste contexto, é necessário que haja garantias de sustentabilidade de longo prazo, o que inclui manutenção, modernização de equipamentos e formação contínua de pessoal.

6. Estimativa de custos de implementação do Programa

Para a estimativa de custos de implementação do programa levou-se em conta não só o custo estimado dos projectos-âncora, mas também a previsão de custos necessários para os processos de planeamento, preparação do quadro legal e ainda de logística de socialização prevista. Os custos estimados para a implementação do programa são os seguintes:

Item	Descrição	Valor estimado (contos)
Projecto 112 CV	Aquisição e Instalação de toda a infraestrutura tecnológica do Centro de Coordenação, e respectivo equipamento.	120.000
Projeto RCSE	Aquisição e instalação de toda a rede a nível nacional.	700.000
Planeamento, legislação e Socialização	Inclui eventuais consultorias ou colaborações para elaboração do plano de comunicações de emergência e elaboração de alguma legislação, e despesas de realização de pelo menos dois workhops sobre comunicações de emergência.	8.000
Redundância	Instalação de uma réplica do centro de coordenação e despacho numa outra ilha. (estimativa)	70.000
Total		898.000

Como se pode notar, trata-se de um investimento significativo para o qual é preciso mobilizar financiamento, especialmente no que se refere ao projecto da rede de comunicações e à réplica do centro de coordenação e despacho.

7. Resultados Esperados

No final da implementação de todo o programa espera-se que este venha a contribuir de forma significativa para a melhoria na resposta a situações de catástrofes e desastres, mas também na prestação de socorro e operações de busca e salvamento.

Concretamente, a implementação do programa deve dotar o país com o seguinte:

- Um Plano de Comunicações de Emergência, com definição de responsabilidades, procedimentos e normas para situações de contingência e que fará parte do plano nacional de contingência;
- Um Centro de Coordenação e despacho de emergências que receberá as chamadas efectuadas para o número 112, permitindo que os cidadãos tenham confiança na comunicação de incidentes que perigam a sua saúde, segurança pessoal e dos seus bens;
- Uma rede de comunicações de emergência que permitirá que todas as entidades de socorro comuniquem entre si sem problemas de interoperabilidade, possibilitando unidade de comando e controlo das operações.

8. Considerações para a implementação do programa

Tratando-se de um projecto de extrema utilidade para o país, é necessário e vital que o mesmo seja adoptado por todos os intervenientes e sempre em concertação entre todos.

A ANAC tem competências em matéria de comunicações de emergência, pelo que deve procurar com que todas as acções levadas a cabo em Cabo Verde nesta matéria levem em conta as necessidades específicas para comunicações eficientes em situações de desastre.

Para efeito da elaboração do plano de Comunicações de Emergência, muita informação encontra-se já disponível, pelo que o SNPC e a ANAC devem trabalhar sempre em grande coordenação para auscultar todos os intervenientes para que o plano abarque todas as vertentes possíveis.

O engajamento do Governo é absolutamente fundamental para que haja sempre a liderança necessária para a implementação do programa especialmente no que se concerne à preparação do quadro jurídico e na ratificação de convenções internacionais essenciais nesta matéria.

Face a todo o conjunto de desafios propõe-se a criação de uma comissão permanente ou uma task force para a implementação do presente programa, incluindo a operacionalização do 112 e o plano de comunicações de emergência.

Resolução n.º 68/2015

de 27 de Julho

O Plano de Acção Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN) visa de forma geral, assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas.

Como objetivos estratégicos o presente plano visa reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e assegurar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico entre outros, aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável aprimorando os mecanismos disponíveis, melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos, desenvolver ações de controlo sanitário, prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovado o Plano de Acção Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional 2014-2016 (PANSAN 2014-2016), constante em anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 2 de julho de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Anexo**PLANO DE AÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2014 - 2016****Resumo executivo**

O Plano de Ação Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN - período 2014 a 2016) é o instrumento orientador da execução da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN - horizonte 2020), devendo, portanto, ambos os documentos serem sempre analisados de forma conjunta, em face de sua complementaridade.

A ENSAN está organizada em cinco objetivos estratégicos a partir dos quais foi elaborado o PANSAN, detalhando as ações prioritárias e as linhas de intervenção a serem desenvolvidas para o alcance dos resultados previstos, voltados para a realização do DHAA, reconhecendo a importância da participação da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional da população cabo-verdeana.

O PANSAN agrupa programas e projetos que tem importante relação com a segurança alimentar e nutricional e proporcionam a ampliação do acesso ao saneamento básico, água potável e demais condições básicas necessárias para o acesso aos alimentos e o pleno alcance da SAN. Em geral, os programas e projetos relacionados são parte integrante do Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza – DECRP III (2012 – 2016) e sua execução na totalidade requer a mobilização de recursos da ordem de 58.6 milhões de contos.

Visando apoiar a implementação do PANSAN este documento apresenta um conjunto de indicadores, resultados e metas, os orçamentos indicativos, além dos mecanismos propostos para o seguimento e avaliação. Com relação a arquitetura institucional requerida para que possa ser executado, aponta a necessidade de que seja implementada a Rede SAN e o SISAN, a base de dados capaz de fornecer as informações necessárias para avaliação da situação de SAN em Cabo Verde, nos seus elementos estratégicos. Além destes, aponta para a importância do bom funcionamento do CNSAN e do SNSAN, dando curso a uma agenda propositiva, respaldada e consistente.

O quadro lógico do PANSAN contempla para cada um dos objetivos estratégicos os indicadores, as metas, os meios de verificação e as hipóteses de risco. A superação destas, requerem em regra, a existência de estabilidade macro-económica, vontade política, capacidade institucional, técnica e logística, mobilização de recursos e o engajamento de parceiros técnicos.

Um processo de reflexão ampliado e participativo sobre o PANSAN foi realizada em abril de 2014 numa série de 4 ateliers realizados em Mindelo, Porto Novo, Fogo e Praia. Este processo de participação contribuiu para o aprimoramento do seu conteúdo.

1 – Contextualização

O PANSAN 2014 - 2016 foi construído após a avaliação do seu predecessor, o PNSA 2007 - 2011 e da atualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) que passa a designar-se Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), projetada para o horizonte 2020. A mudança na designação é resultado da recente estruturação orgânica do MDR, com a reformulação das designações e competências dos órgãos intervenientes no domínio da segurança alimentar e a incorporação da componente nutricional.

A atualização da ENSAN está voltada principalmente para a inclusão do direito humano à alimentação adequada (DHAA), de modo a torná-la mais consentânea com as preocupações atuais em relação ao tema da gestão da segurança alimentar e nutricional à escala global, regional e local. A atualização considera ainda a necessidade de reconhecimento do papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional, como principal instrumento para aumentar a disponibilidade local de alimentos, sem desconhecer a importância do setor da pesca, e ressaltando que o aumento da produção de alimentos não se traduz de forma mecânica em acesso: é necessário que os grupos mais pobres disponham de recursos financeiros para a aquisição de alimentos.

Os desafios da ENSAN têm em conta, essencialmente, as condições das populações sujeitas a maiores riscos de insegurança alimentar e nutricional, como as famílias do meio rural, cuja subsistência depende da variabilidade da produção agrícola, o que as coloca em risco permanente de insegurança alimentar. Por outro lado, considera as condições das populações das zonas urbanas vulneráveis, também em risco de IA, por não terem os rendimentos necessários para aceder à alimentação. Em geral, os segmentos vulneráveis não dispõem de acesso ao saneamento básico e água potável, fatores que põem em causa a sua saúde nutricional e potencializa os riscos de enfermidades.

A ENSAN 2020 tem por objetivo geral “Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, por forma a realizar seu direito humano à alimentação adequada”.

Os objetivos estratégicos da ENSAN, que representam a base das linhas de intervenção do PANSAN (consubsanciadas em programas e projetos) são os seguintes: i) reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA; ii) contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares; iii) aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas

inovadoras e ampliando a participação dos jovens; iv) melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos; v) desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.

2 – Estruturação do PANSAN

O PANSAN está estruturado a partir de cinco objetivos estratégicos capazes de responder de forma complementar aos desafios que se colocam para o alcance do objetivo geral definido pela ENSAN 2020.

No âmbito do objetivo estratégico que trata do reforço do quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA, as ações contribuirão para a garantia do direito à alimentação, e institucionalmente estão voltadas ao empoderamento do Secretariado Executivo do CNSAN e ao funcionamento cabal deste órgão consultivo e propositivo.

No objetivo estratégico voltado a melhoria das condições de acesso à água, saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares, as ações visam a massificação e a melhoria das infraestruturas de saneamento (casas de banho, tratamento de resíduos, recolha de lixo), de acesso à água, à energia elétrica e aos cuidados de saúde. Quanto ao terceiro objetivo estratégico de aumento da produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar as linhas estabelecidas visam incorporar a agricultura familiar e a pesca artesanal cabo-verdeana técnicas inovadoras, com a ampliação da participação dos jovens, o aumento da produção e diversificação das atividades, mitigando o ritmo do êxodo rural. Com este objetivo visa-se ainda construir mercados locais mais dinâmicos, circuitos de distribuição melhor organizados, com maior participação da produção local.

O quarto objetivo estratégico é o de melhorar o rendimento das populações vulneráveis para lhes facilitar o acesso financeiro aos alimentos. A preocupação mais marcante é com os grupos vulneráveis, razão pela qual se busca nas ações, ampliar a cobertura pelas políticas de proteção social. As ações devem ter foco nos jovens, que predominam na pirâmide populacional e representam uma oportunidade de desenvolver ações criativas para o desenvolvimento humano, social e económico de Cabo Verde, principalmente nas áreas de saúde e desenvolvimento rural.

Por último, mas não menos importante, o quinto objetivo estratégico trata da incorporação da questão nutricional e das formas de enfrentar os desafios de prevenção e tratamento dos distúrbios e de adoção de hábitos alimentares saudáveis, que melhorem a qualidade de vida da população. Neste contexto, as ações de combate a anemia, nomeadamente nas crianças, assume elevado grau de prioridade.

Uma representação sistémica da interação entre os objetivos que compõem a ENSAN e consequentemente o PANSAN, pode ser visualizada na figura 1, a seguir.

Figura 1. Objetivos estratégicos da ENSAN e do PANSAN



O PANSAN tem subjacente um conjunto de políticas que se pretende sejam articuladas de forma a otimizar os impactos na SAN. Importante destacar as necessárias e fundamentais coesão e complementaridade com os eixos definidos no DECRP III que são: infraestruturação; capital humano; boa governação; reforço do setor privado; e, afirmação da nação global, envolvendo a diáspora cabo-verdeana nas estratégias de desenvolvimento do país. Estes eixos contêm programas e projetos que possibilitam estruturar os objetivos estratégicos e ações prioritárias constantes da ENSAN e que estruturam o PANSAN 2014 - 2016.

3 – Implementação e aspectos institucionais

Na implementação do PANSAN intervirão, conforme já definido no ENSAN, as entidades com responsabilidades nas áreas de agricultura, pecuária, pescas, comércio, transportes, educação, saúde, proteção social, emprego, juventude infraestrutura, gestão de recursos hídricos, investigação, estatísticas, finanças entre outras. A garantia da SAN requer uma ampla base de concertação e de sinergias, articulando o Governo, agências de regulação, as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o setor privado. Os quadros 3 e 4, em anexo neste documento, destacam as instituições intervenientes, por objetivos específicos, na implementação do PANSAN.

A arquitetura institucional para a implementação das estratégias de SAN deve contemplar necessariamente cinco aspectos fundamentais: i) o funcionamento ativo de um mecanismo para a coordenação política das ações de SAN, do tipo intersectorial – o CNSAN; ii) a participação efetiva de diferentes atores sociais nesse mecanismo de coordenação política (governamentais, não governamentais e privados); iii) a evolução e o efetivo empoderamento da atual estrutura de coordenação técnica da SAN (o SNSAN), de modo que esteja associada ao CNSAN; iv) a implantação de um instrumento descentralizado capaz de coordenar e contribuir para a existência de espaços de ação local, que deve ser a Rede SAN; e, v) a existência de um sistema que possibilite o seguimento e a avaliação das ações de SAN em suas diferentes dimensões, o SISAN.

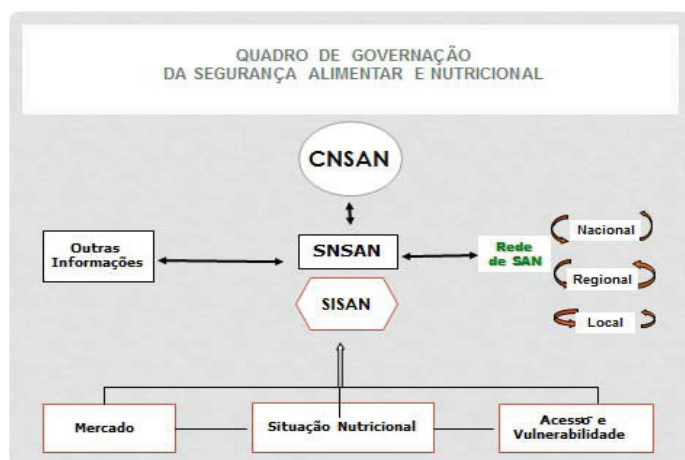
A estruturação destes eixos é necessária para a execução do PANSAN. O primeiro pilar para a boa governança da SAN é que o CNSAN seja efetivo e funcional, o que destaca a necessidade de construir uma agenda capaz

de assegurar a mobilização dos participantes, promover a articulação institucional e proporcionar a disseminação de informações de modo a tornar mais eficientes as ações empreendidas por cada instituição.

Um elemento fundamental para assegurar participação efetiva é que o Secretariado Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional disponha de equipa e estrutura adequadas ao desempenho de suas novas atribuições, no funcionamento do CNSAN. O exercício da coordenação técnica pelo SNSAN requer o reforço do sistema de informações de seguimento das diferentes dimensões da SAN, o SISAN.

O instrumento descentralizado capaz de coordenar e contribuir para a existência de espaços de ação local, a Rede SAN, deverá congrega instituições representantes dos ministérios com responsabilidades nas áreas da saúde, agricultura, ambiente e recursos naturais, órgãos municipais e outros que integram o CNSAN. O envolvimento da sociedade civil na implementação e articulação das ações é ainda considerada uma exigência fundamental. Para que a Rede SAN seja implementada e adquira dinâmica, sugere-se seja constituído um grupo de trabalho no CNSAN, capaz de discutir e atualizar sua concepção e reunir os meios para viabilizar a sua implementação.

Figura 2. Quadro de governação da SAN para a execução do PANSAN



3.1 – Sobre o SISAN

O SISAN comporta três subsistemas descritos a seguir em traços gerais, sem prejuízo de posteriormente se efetuar uma caracterização de forma detalhada de cada componente. A operacionalização do SISAN implica em definir as formas de articulação entre os subsistemas e as responsabilidades dos intervenientes nos processos de recolha, alimentação, tratamento e divulgação dos dados.

O sistema voltado para o mercado contempla os dados e informações sobre a produção agrícola, pecuária e pesqueira, os centros de coleta, preços no produtor e no consumidor complementados com dados sobre as importações, os stocks dos produtos de maior consumo, entre outros. Visam prevenir precocemente situações de baixa disponibilidade de produtos no mercado ou alta exagerada dos preços que dificultem o acesso aos alimentos pelos segmentos mais vulneráveis.

O subsistema que trata da situação nutricional deverá caracterizar a condição da população quanto as suas condições com base em inquéritos periódicos capazes de avaliar a incidência das doenças relacionadas a ingestão inadequada de alimentos e as deficiências calóricas, proteicas e nutricionais.

O subsistema de acesso e vulnerabilidade decompõe-se no sistema de seguimento atual do ano agrícola e riscos de IA nas famílias cujos meios de subsistência dependem da agricultura, e tem uma outra componente a implementar, que deverá tratar dos indicadores de acesso à água, ao saneamento básico e a proteção social (contributiva e não contributiva), o nível de renda das famílias, desemprego e outros elementos que permitam caracterizar a condição de acesso aos alimentos, nomeadamente pelos segmentos mais vulneráveis.

No sistema de informação, há que se definir os processos, recursos técnicos, humanos e materiais necessários para a estruturação de cada um dos subsistemas, bem como alguns princípios a serem tidos em conta nos processos de recolha de informações, seleção de dados mais relevantes e metodologias a serem utilizadas nos processos de recolha e análise dos dados. Isto deve ser feito com base na articulação e interação das competências das instituições em domínios especializados. O tratamento e análise de dados devem ter oportunidade e utilidade para que o SNSAN possa efetuar o seguimento da condição de SAN da população, como instrumento do CNSAN e das demais instituições intervenientes, doadores e parceiros técnicos para atuação articulada e efetiva.

A participação de intervenientes no processo de fornecimento dos dados deve ser estimulada, mediante o retorno dos dados em análises e relatórios, o que deverá dar credibilidade, transparência e uma melhor percepção do alcance e da utilidade da colaboração. Para a divulgação há que definir os meios adequados para que seja efetuada de modo eficaz, considerando os diversos meios (rádio, televisão, sites, SMS, etc.), os centros de informação, os principais destinatários (consumidores, agentes económicos, intermediários, investigadores e os decisores). O êxito da ação intersectorial em SAN deverá estar assente no conhecimento da situação, e na utilização das mais adequadas estratégias, contribuindo para a gestão eficaz dos programas e projetos de segurança alimentar e nutricional.

3.2 - Sobre o CNSAN

Do ponto de vista institucional, a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) responde à necessidade de concertação e de governança na implementação da ENSAN, e de seu instrumento, por excelência, o PANSAN. Como espaço regular para o exercício do diálogo intersectorial, o CNSAN pertence, por definição, à arquitetura institucional de SAN em Cabo Verde. A diversidade de sua composição -- reúne membros com variados saberes e expertises -- significa aporte técnico de qualidade e capacidade de enfrentar os temas transversais da SAN e ainda superar eventuais deficiências nos mecanismos de comunicação e visibilidade.

A possibilidade de o CNSAN participar desde o início de discussão da ENSAN deve contribuir para que haja maior apropriação do seu conteúdo pelos membros, num processo de aprendizagem coletiva, com reflexos na consistência do trabalho, efetividade e possibilidade de ser inovador. Devem ser criadas as condições para que a sociedade civil participe de forma qualificada desse processo, o que pode ser feito mediante a organização de algumas ações de esclarecimento ao nível local, preparatórias para uma reunião final de aprovação pelo CNSAN.

4 – Monitoria e Avaliação

O sistema de seguimento e avaliação do PANSAN tem de ter disponível a base de dados e informações estratégicas do Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a ser estruturado.

Com efeito, a estrutura do SISAN contempla atualmente dispositivos de seguimento do mercado, da situação nutricional, e da vulnerabilidade e insegurança alimentar que precisam ser aprimorados e complementados. Maior atenção pode ser direcionada ao seguimento das condições de acesso, normalmente obtidas mediante a realização de inquéritos periódicos, espaçados no tempo, que requerem tratamento e análise das informações coletadas. Com isto, poderão ser instituídos mecanismos regulares de alerta para os riscos de insegurança alimentar em todas as suas dimensões. O desenvolvimento deste módulo em particular, deverá possibilitar um maior acompanhamento dos aspectos nutricionais e de saúde que poderão ser causados por dificuldades de acesso aos alimentos, à água potável e às condições de saneamento.

A avaliação do PANSAN deverá ser feita anualmente, com base em informações das execuções físicas e financeiras dos projetos e relatórios contendo indicadores de resultados, previamente definidos de modo a abranger as diferentes dimensões da SAN. Uma apreciação devida dos indicadores sobre a disponibilidade de alimentos, número de pessoas com deficit nutricional e número de pessoas com limitações de renda para acesso aos alimentos constituem exemplos de enfoques de análise. O SIGOF, mecanismo instituído na administração pública para seguimento e avaliação, poderá ser utilizado pelo SNSAN para realizar esse acompanhamento periódico, valendo-se de funcionalidades que possibilitam a geração de dados e relatórios sobre os programas e projetos que compõem o PANSAN.

5 – Componentes do Plano de Ação

Para cada um dos objectivos estratégicos são apresentados a seguir os objetivos específicos, resultados esperados, as linhas de ação correspondentes e os orçamentos necessários.

5.1 - Reforço do quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA

Cabo Verde, ao longo dos anos tem avançado significativamente em relação a problemática da SAN, nomeadamente no seu quadro institucional. No entanto, ainda enfrenta alguns desafios para a consolidação da SAN e para a realização do DHAA.

A Constituição cabo-verdiana é recente e apresenta inúmeros artigos que tratam dos direitos sociais, mas que não conformam um único capítulo, dotado de unidade e articulação sobre o assunto. A revisão da Constituição (já na agenda nacional) é uma excelente oportunidade para a unificação dos direitos sociais, sob a lógica da proteção social (contributiva e não contributiva), conforme estabelece o artigo 70°.

Por outro lado a legitimidade do quadro institucional passa por estabelecer os pressupostos da SAN, o reconhecimento da importancia da agricultura familiar para a sua garantia, a reestruturação dos sistemas de informação e a instalação da Rede SAN, essenciais para a ação local, a coordenação, monitorização, seguimento e avaliação das questões relacionadas a SAN.

5.1.1 - *Objetivos específicos*

- Reforço do Direito Humano á Alimentação Adequada (DHAA);
- Boa governança da SAN com o CNSAN efetivo e funcional;
- Implementação da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SAN);
- Empoderamento do SNSAN;
- Estruturação do Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

5.1.2 - *Resultados esperados:*

- O DHAA contemplado na Constituição Cabo-verdiana e sua realização incorporada ao conjunto de políticas públicas;
- Lei de Base da SAN aprovada e em vigência;
- CNSAN capaz de promover a articulação intersectorial e a governança em SAN;
- Rede SAN implementada e funcional nos 3 níveis (nacional, regional e local/municipal), dotada de capacidade de execução das ações da SAN de modo descentralizado;
- Equipa capacitada e estrutura adequada para o desempenho das atribuições;
- Reconhecimento e legitimidade de atuação do SNSAN;
- Base de dados e informações de SAN (SISAN) criada e funcional e disponível para dar suporte a atuação da SNSAN;
- SISAN funcional e permanentemente atualizado, em todos os seus módulos;
- Relatórios de análise produzidos periodicamente para subsidiarem os trabalhos do CNSAN.

5.1.3 - *Linhas de Intervenção*

- Introdução do DHAA na Constituição de Cabo Verde;
- Elaboração de proposta de Lei de Base da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Construção de uma agenda do CNSAN;

- Mobilização e disseminação de informações entre os conselheiros;
- Criação de um grupo de trabalho no CNSAN para implementação da Rede SAN;
- Discussão e atualização do projeto da Rede SAN e buscar recursos para viabilizar a sua implementação;
- Criação de um grupo de trabalho no CNSAN para implementação da Rede SAN
- Estruturação da Rede SAN com alargamento a todos os municípios e colaboradores para que possa funcionar e capacitar os colaboradores;
- Implementação da Rede SAN nos níveis previstos;
- Reforço da capacidade técnica do SNSAN de acordo com suas novas atribuições e afectação de recursos financeiros adequados;
- Definição da sistemática de seguimento e avaliação do PANSAN;
- Divulgação e visibilidade ao SNSAN;
- Criação e disponibilização de base de dados e informações estratégicas de SAN (SISAN);
- Dotar de funcionalidade os 3 módulos revistos no SISAN: mercado agrícola e abastecimento (stocks, importação e preços); situação nutricional; e, acesso (físico e financeiro) e vulnerabilidade social;
- Articulação do SISAN com informações do sistema nacional de controlo de alimentos, nomeadamente o SIARA;
- Definição de responsabilidades dos intervenientes do SISAN nos processos de recolha, alimentação, tratamento e divulgação dos dados;
- Promoção da articulação dos módulos que integram o sistema.

5.1.4 - Orçamento indicativo

O orçamento indicativo de investimento previsto para o domínio do reforço do quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA eleva-se ao montante de 90.640.000 ECV, correspondendo a menor fatia para a implementação do PANSAN (0,2%).

5.2 - Melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares

Avanços importantes aconteceram ao longo dos últimos anos em relação ao bem-estar da população. No entanto, permanecem inquietudes pertinentes as condições proporcionadas aos setores mais pobres da população em serviços essenciais como o acesso à água, o saneamento básico, a energia elétrica e a fonte de energia para o preparo dos alimentos.

Ao longo da década ocorreu uma expressiva melhoria no abastecimento pela rede pública de água. A disponi-

bilidade para o setor urbano cresceu em uma velocidade muito superior a do setor rural, embora este último tenha saído de um patamar bem inferior em 2000 (7,1%), para em 2010 atingir 43% de residências no meio rural. No entanto, importantes desigualdades entre os concelhos persistem.

Dados do Censo (INE, 2010) apontam que 56% dos alojamentos no meio rural não contam com sanita ou latrina. Em 2000, 38,7% dos domicílios não tinham sanita, mas em 2010, a cobertura passou para 63,6%. Mesmo assim, ainda permanece o problema de bem-estar e de saúde pública com reflexos significativos nas taxas de mortalidade. Em 2004, a taxa de mortalidade infantil (menores de 5 anos) era de 28,6 (por 1000 nascidos vivos) e em 2011 caiu para 26,2. Em 2011, as causas da mortalidade infantil revelam a forte presença de doenças infecciosas e parasitárias e das respiratórias: 10,9% e 6,3%, respectivamente.

A redução de enfermidades e da taxa de mortalidade infantil passa obrigatoriamente por medidas de combate as doenças infecto-parasitárias. Essas enfermidades pertencem ao quadro das chamadas “doenças negligenciadas da pobreza” que são aquelas que prevalecem em condições de pobreza e representam um obstáculo ao desenvolvimento. Nesse sentido, o acesso à água potável, casas de banho e destino adequado do lixo, combinada com acesso à rede de saúde, cumprem papel da maior relevância. Assim, ações no sentido de melhorar as condições de vida e de bem-estar da população são fundamentais para melhorar esses indicadores e, conseqüentemente, diminuir a vulnerabilidades nesses segmentos.

5.2.1 - Objetivos específicos

- Melhorar o acesso à água;
- Massificar e melhorar as infraestruturas de saneamento (casas de banho, tratamento de resíduos, recolha de lixo);
- Ações básicas de saúde (preventiva e de acompanhamento) executadas em caráter permanente junto às famílias;
- Melhorar o acesso a energia elétrica;
- Reduzir o uso de lenha no preparo dos alimentos.

5.2.2 - Resultados esperados

- A percentagem de famílias com acesso à água é aumentada em todas as ilhas, tanto no meio rural como no urbano;
- A gestão do uso dos recursos hídricos é aprimorada, ampliando a racionalidade e o controlo da qualidade no uso;
- Água potável de melhor qualidade disponível para a população;
- A percentagem de famílias com casas de banho em casa é aumentada;
- Infraestruturas de saneamento instaladas, sobretudo no meio rural;

- Melhoria dos indicadores das doenças negligenciadas da pobreza;
- População conscientizada quanto as questões sanitárias e ambientais;
- Sistema de atenção básica á saúde e saneamento básico instituído;
- O acesso á energia elétrica é ampliado e distribuído de forma mais equilibrada entre as ilhas;
- Ligações clandestinas de energia minimizadas;
- Uso da lenha para preparo dos alimentos diminuído;
- Desmatamento reduzido.

5.2.3 - Linhas de Intervenção

- Ampliação do acesso a água;
- Assegurar a implementação das normas de outorga e cobrança pelo uso de água;
- Estabelecimento de mecanismos locais de gestão de recursos hídricos (por bacias);
- Aprimoramento dos processos de controlo de qualidade da água;
- Instituição das tarifas sociais pelo uso da água;
- Coordenação e sinergias nas ações dos intervenientes a nível nacional e local no domínio da gestão eficiente da água;
- Educação para o uso sustentável, racional e o reaproveitamento da água;
- Construção de casas de banho, principalmente na zona rural;
- Instalação de infraestruturas de saneamento básico;
- Ligação domiciliária à rede de esgotos;
- Estruturação de sistemática de atenção básica as questões sanitárias e de saúde junto às famílias;
- Instituição de serviço de acompanhamento de boas práticas de higiene e saúde nas habitações (preferencialmente pelos jovens);
- Estabelecimento de sistemática de seguimento e avaliação dos indicadores de saneamento e saúde;
- Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas para a sensibilização e educação sanitária da população;
- Ampliação da rede de distribuição da energia;
- Regulamentação da tarifa social de energia;
- Apoio a pesquisas que possibilitem disseminar o uso de fogões mais eficientes;
- Apoio a iniciativas de produção de biogás e reaproveitamento de matérias primas para energia;
- Desenvolvimento de políticas de florestação, reflorestação e uso sustentável dos recursos florestais.

5.2.4 - Orçamento indicativo

O orçamento indicativo de investimento para o objetivo estratégico “Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares” do PANSAN eleva-se no montante de 10.454.413.029 ECV, correspondendo a 17,8% do orçamento global do Programa, sendo o maior montante destinado ao ano de 2014.

5.3 - Aumento da produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens

O aumento da produção em Cabo Verde passa pela ampliação do acesso aos mercados, o que requer maior articulação com as demandas dos seus diferentes tipos: nacional; turístico; e, da diáspora. O mercado nacional deve incluir as compras públicas e o estímulo aos chamados “circuitos curtos de abastecimento”, nos quais o planeamento reduz intermediações e movimentações desnecessárias dos alimentos, o que se coaduna com as características geográficas do país, representando possibilidades inovadoras de abastecimento alimentar.

Por outro lado, a inserção de pequenos produtores é importante para que a produção agropecuária seja intensificada e sustentável. Assim, há que se dar uma especial atenção as questões fundiárias, ao parcelamento mínimo dos imóveis rurais, evitando a inviabilidade de suas explorações econômicas.

Pelos dados do RGA 2004, a agricultura de sequeiro ocupava uma área de 40.295 ha com explorações médias de 1,19 ha. A superfície irrigada ocupava uma área de 2.732 ha com 7.593 explorações em regime de regadio (em média empreendimentos de 3,5 mil m²). O sistema de rega gota-a-gota cobria uma área de 350 ha em 2004. A adoção de técnicas inovadoras contempla a ampliação do uso da irrigação, nomeadamente a gota-a-gota, bem como a expansão da produção em ambientes controlados (estufas) e da hidroponia. A capacitação dos agricultores no domínio da gestão da água com eficiência, técnicas de reutilização e de adaptação às vulnerabilidades ambientais é também uma componente importante para o objectivo estratégico pretendido. A ampliação, tecnificação e diversificação da produção agropecuária e das pescas, deverá se dar de modo sustentável, estimulando o protagonismo dos jovens, importantes nos processos de inovação, e a agregação de valor à produção.

Aliado ao tratamento das questões fundiárias deve ser dedicada atenção ao acesso dos agricultores aos demais recursos produtivos, notadamente a água, bem como ao crédito, a extensão rural, ações que também poderão estar articuladas com políticas voltadas para a manutenção dos jovens no meio rural.

Os avanços da investigação agropecuária e pesqueira são elementos fundamentais para uma política de SAN exitosa.

5.3.1 - Objetivos específicos

- Promover uma agropecuária e as pescas sustentáveis, produtivas e diversificadas;
- Promover uma população rural jovem e ativa;

- Agregar valor a produção agropecuária e das pescas;
- Promover os circuitos curtos de abastecimento;
- Promover a abertura de mercados institucionais;
- Incentivo ao desenvolvimento da investigação;
- Reforçar a capacidade de adaptação aos riscos e oportunidades climáticas.

5.3.2 - Resultados esperados

- A agricultura familiar e a pesca artesanal são reconhecidas, valorizada e incentivadas;
- A produção agrícola e das pescas são aumentadas e diversificadas;
- Cooperativas e associações de produtores e pescadores são criados ou reativadas;
- Acesso ao crédito adequado para agricultores familiares e pescadores artesanais ampliado;
- Disponibilização de assistência técnica de qualidade e de resultados de investigações agrícolas aplicadas ampliada;
- Aquisições locais de alimentos dos agricultores familiares e pescadores artesanais ampliada;
- O êxodo rural é diminuído ou estagnado;
- O número de jovens no ensino superior (principalmente para áreas da agricultura, pecuária, etc.) é aumentado;
- A taxa de desemprego no meio rural é diminuída;
- A escolaridade dos jovens no meio rural é ampliada;
- Novos empreendimentos de jovens no meio rural são criados;
- Produção agropecuária inovadora, tecnicada e produtiva;
- Centros pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal estruturados e bem geridos;
- Os produtos locais e as pescas são certificados e levados ao mercado com maior qualidade;
- A importação de alimentos é diminuída;
- Mercados municipais ampliados e estruturados;
- Ingresso de informais no sistema de proteção social crescente;
- Capacitação dos trabalhadores informais ampliada;
- Perdas no transporte de produtos reduzida;
- Participação da produção local nos mercados institucionais aumentada;
- Organização económica de agricultores familiares e pescadores artesanais ampliada;
- As importações de alimentos são diminuídas;
- Regularidade na divulgação das informações aos agricultores e consumidores sobre as disponibilidades e o comportamento do mercado dos produtos agrícolas;

- Legislação das aquisições públicas adequada às condições da produção local;
- Tecnologias apropriadas para os pequenos agricultores e pescadoras desenvolvidas e disseminadas;
- Produtividade das atividades agropecuárias e das pescas melhoradas.
- Produção agro-pecuária adaptada às condições ambientais
- Maior protecção do ambiente
- Nº de fundos de risco criados e funcionais

5.3.3 - Linhas de Intervenção

- Reconhecimento da agricultura e da pecuária familiar e definição de políticas de incentivo aos agricultores familiares e pescadores artesanais tais como:
 - de acesso a terra: regulamentação da legislação fundiária e de parcelamento mínimo;
 - de acesso a água: ampliação do sistema de rega gota-a-gota e regularização da outorga da água;
 - de assistência técnica: reformulação e ampliação da prestação desse serviço;
 - acesso a outros factores de produção nomeadamente sementes, pesticidas, raças melhoradas
 - de inovação: disponibilização dos resultados das investigações aplicadas aos agricultores familiares e pescadores;
 - de crédito: ampliação do acesso;
 - na organização: apoio e incentivo a criação de cooperativas e associações de produtores e pescadores;
 - nas compras locais: ampliação de mercado;
- Melhoria das condições e recursos para as pescas, nomeadamente embarcações;
- Criação de bolsas para jovens em apoio à extensão rural (para atuarem como agentes de inovação e desenvolvimento rural);
- Criação de incentivos para jovens empreendedores rurais;
- Incentivo a permanência do jovem no meio rural, ao aumento do nível de sua escolaridade e habilitação académica e profissional, privilegiando o ingresso nas áreas da agricultura, pecuária, pescas e afins;
- Incentivo à permanência do jovem no meio académico, privilegiando as áreas de agricultura, pecuária, pescas e afins;
- Ampliação das oportunidades de ocupação e renda no meio rural;
- Melhoria das condições de crédito destinado a jovens para investimentos no meio rural;

- Reforço dos incentivos às tecnologias inovadoras de rega e de produção (hidroponia, estufa, rega gota-a-gota, agroecologia, recuperação de solos, compostagem e fertilizantes);
- Incentivo às tecnologias de integração agropecuária e outros sistemas de produção sustentáveis;
- Ampliação do processamento, embalagem e beneficiação da produção;
- Estruturação adequada das redes de conservação, inclusive de frio;
- Estruturação e funcionalidade dos centros de pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal e da produção animal;
- Certificação de qualidade de produtos locais, incluindo os de nicho e pescados;
- Promoção do consumo de alimentos locais para diferentes mercados;
- Reforço da legislação alimentar;
- Fomento a aquicultura, maricultura e aquaponia;
- Ampliação da participação da produção dos agricultores familiares e pescadores no mercado local, do turismo e institucional;
- Promoção do consumo de alimentos locais;
- Melhoria dos infraestruturas dos mercados municipais, condições de armazenamento e transporte de frios e incentivo à criação de formas inovadoras de comercialização;
- Aumento da proteção social dos comerciantes informais de alimentos;
- Desenvolvimento de ações de comunicação social pública voltadas a sensibilização e capacitação dos comerciantes informais de alimentos;
- Promoção do consumo de alimentos locais nas instituições estatais (escolas, presídios, hospitais, etc.);
- Apoio à criação de cooperativas e associações de produtores;
- Adequação da legislação das aquisições públicas ao setor alimentar;
- Desenvolvimento de investigação aplicada para agricultores familiares e pescadores artesanais;
- Equacionamento da questão do financiamento das investigações possibilitando desenvolver tecnologias apropriadas aos pequenos agricultores e pescadores;
- Ampliação da rede de cooperação com instituições congêneres na investigação agropecuária e das pescas.
- Medidas de mitigação do assoreamento das ribeiras e barragens através de dispositivos biológicos e obras de conservação de solos e água por forma a:
 - facilitar a infiltração das águas pluviosas e evitar erodibilidade dos solos;

- reduzir a velocidade da água das chuvas nas encostas.
- Promoção de técnicas e variedades de culturas adequadas às condições climáticas;
- Aumento do período de defeso das espécies marinhas em extinção;
- Criação de fundos de risco para mitigação dos efeitos das calamidades climáticas.

5.3.4 - Orçamento indicativo

O orçamento indicativo para a implementação das ações previstas no domínio do aumento da produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens eleva-se ao montante de 11.361.786.056 ECV, correspondente a 19,4% do montante global do PANSAN.

5.4 - Melhoria do rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos

Permitir que os segmentos vulneráveis tenham acesso aos alimentos e aos bens constitui uma das ações cruciais para a SAN da população e a realização do DHAA. Isso passa, necessariamente, pela criação de empregos, ampliação da concessão de microcrédito e maior formação profissional. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego foi crescente ao longo da década e mantém a tendência à elevação, atingindo cerca de 17% da população em idade ativa no final de 2013. Assim, iniciativas enérgicas e inovadoras devem ser tomadas para contrariar essa tendência.

Por outro lado, a universalização das pensões sociais destinadas aos idosos, aos portadores de deficiência física impossibilitados de trabalhar e outros públicos vulneráveis, bem como o aumento do grau de formalização dos vínculos de trabalho e a ampliação dos mecanismos de proteção social, tornam-se necessários para que se possa atingir o objetivo estratégico de fazer com que os segmentos vulneráveis tenham acesso financeiro aos alimentos.

5.4.1 - Objetivos específicos

- Melhorar o acesso financeiro aos alimentos para os mais vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, famílias pobres - principalmente as chefiadas pelas mulheres);
- Dar uma cobertura mais abrangente da proteção social (incluir trabalhadores não formalizados) e jovens desempregados;
- Bolsa com condicionalidades para os jovens.

5.4.2 - Resultados esperados

- Universalização das pensões sociais para idosos ;
- Disponibilização de Pensão social para portadores de necessidades especiais e doentes crónicos impossibilitados de trabalhar;
- A percentagem de famílias em risco ou insegurança alimentar é diminuída;
- A percentagem de famílias monoparentais em insegurança alimentar é reduzida;

- Mais trabalhadores informais ingressados no sistema de proteção social;
- Percentagem de postos de trabalho criados através de linhas de crédito, aumentada;
- Serviços de “Acompanhamento Básico das Condições de Saúde” e de “Agentes de Desenvolvimento Rural e Inovação” com o aproveitamento de jovens na estruturação do seu funcionamento;
- Programa de concessão de bolsas condicionadas ao trabalho dos jovens implantado;
- Escolaridade dos jovens ampliada.

5.4.3 - Linhas de Intervenção

- Universalização da Pensão Social para os idosos;
- Disponibilização da Pensão Social para os portadores de necessidades especiais impossibilitados de trabalhar e de serem mantidos por suas famílias;
- Incentivo as atividades geradoras de rendimento destinadas a famílias pobres, principalmente as chefiadas pelas mulheres;
- Ampliação da disponibilidade de microcréditos para AGR;
- Criação de mecanismos de incentivo á formalização do emprego e dos empreendedores individuais (trabalhadores por conta própria);
- Criação de mecanismos de incentivo (bolsas) associados a prestação de serviço e ao trabalho voluntário nas áreas de atenção básica a saúde, inovação e desenvolvimento rural sustentável, condicionadas ao aumento da escolaridade dos jovens.

5.4.4 - Orçamento indicativo

O orçamento de investimento para o objetivo específico “Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos” está estimado em 6.355.396.897 ECV, o que corresponde a 10,8% do montante global previsto para a implantação do PANSAN.

5.5 - Ações que garantem a qualidade e a segurança sanitária de alimentos, bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis

Cabo Verde passa por uma transição nutricional caracterizada pela diminuição da desnutrição e aumento do sobrepeso, obesidade e doenças associadas. A fome deixou de ser um fenómeno de massa pelo que falar de insegurança alimentar (IA) é mais apropriado às circunstâncias. Cerca de 20% dos agregados familiares rurais vivem em situação de insegurança alimentar e 11% estão sob ameaça de insegurança alimentar (ISVAF 2005).

De acordo com os dados preliminares do IPAC, a taxa de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos é de 9,7% e de 2,6% para a desnutrição aguda. Tal como em 2006, o meio rural continua sendo ligeiramente mais afectado que o meio urbano, com 11,1% de malnutrição crónica e 3,1% de aguda. A anemia ainda representa um importante problema a ser superado.

A alimentação escolar passou a ser um desafio de Cabo Verde com a retirada gradual do PAM, iniciada em 2007. No entanto, o Governo passou a assegurar a totalidade do custo do seu funcionamento e 35% das despesas de aquisição de géneros. Com a cobertura de cerca 90.000 crianças do ensino pré-escolar e básico, houve melhoria do estado nutricional, da frequência escolar e do processo de ensino/aprendizagem

O envolvimento das escolas, das comissões concelhia e nacional na criação do horto-escolar, constituiu uma das apostas para a garantia da sustentabilidade do Programa. Outras ações importantes estão sendo desenvolvidas, como a compra local, o que significa abertura deste mercado para a participação dos produtores locais.

Embora vários avanços tem sido conseguidos relativamente aos indicadores nutricionais, o país enfrenta outros desafios como o aumento de DCNT e medidas atempadas, como a educação alimentar e nutricional, são necessárias para travar essa tendência.

5.5.1 - Objetivos específicos

- Qualidade e segurança sanitária de alimentos para melhor defesa do consumidor;
- Prevenir a ocorrência das DCNT melhorar a qualidade de vida da população;
- Diminuir as deficiências de micronutrientes na população, em especial nas grávidas e crianças;
- Incluir a educação alimentar e nutricional como matéria transversal nos currículos.

5.5.2 - Resultados esperados

- Legislação implementada com órgãos de acompanhamento preparados;
- Articulação efetiva e permanente entre as instituições que intervem no domínio da segurança alimentar e nutricional;
- Regulamentos sobre os aspectos sanitários de todas as operações da cadeia alimentar, preparados e adoptados;
- Operadores económicos e consumidores mais sensibilizados e capacitados sobre a segurança sanitária;
- A percentagem da população com DCNT não é aumentada e o número de mortes causadas por complicações das DCNT é diminuído;
- O acesso dos doentes crónicos ao sistema nacional de saúde e a medicamentos é aumentado;
- A comercialização de alimentos considerados nocivos á saúde (não seguros) é controlada;
- Ações de promoção de hábitos saudáveis participativas são realizadas nas comunidades;
- A fortificação da farinha de trigo com ferro e ácido fólico é universalizada;
- A comercialização do sal iodado é fiscalizada;
- A suplementação de vitamina A é universal a todas as puérperas e recém-nascidos vulneráveis e é seguida e avaliada;

- A suplementação de ferro nas escolas é universal, seguida e avaliada;
- Outras formas de suplementação são efetivadas;
- Campanhas de desparasitação são realizadas periodicamente;
- A educação alimentar e nutricional é incluída como matéria transversal dos currículos escolares;
- São realizadas formações de capacitação sobre alimentação e nutrição aos professores;
- A população académica é sensibilizada a respeito de alimentação e nutrição;
- A segurança alimentar nas crianças em idade escolar é garantida;
- As deficiências de micronutrientes em crianças que frequentam a escola são reduzidas;
- A participação dos produtos locais na alimentação escolar é ampliada;
- O estado nutricional das crianças é melhorado;
- Taxa do aleitamento materno exclusivo aumentada;
- Taxa do aleitamento materno complementar até os 2 anos aumentada;
- Rede de hospitais com a IHAC ampliada;
- Funcionários mais capacitados sobre o aleitamento materno;
- Lei do aleitamento materno assegurada a todas as mulheres;
- Comercialização dos substitutos do leite materno controlada.

5.5.3 - Linhas de Intervenção

- Regulamentação com vista à implementação dos dispositivos legais existentes sobre o controlo da qualidade e a segurança sanitária dos alimentos;
- Adequação da capacidade das instituições (formação e recursos técnicos e financeiros) para o exercício da fiscalização adequada;
- Promoção de mecanismos de articulação entre os diferentes atores na temática da qualidade e segurança sanitária dos alimentos;
- Estimulo ao plantio de espécies de elevado valor nutricional, adaptadas às condições locais;
- Desenvolvimento de ações de comunicação social pública e realização de campanhas de sensibilização, orientação e informação permanentes destinadas a população e principalmente aos doentes crónicos;
- Legislação e fiscalização quanto a comercialização de produtos considerados nocivos a saúde;
- Promoção de atendimento especializado e contínuo a doentes crónicos;
- Desenvolvimento de ações de comunicação social pública voltadas a adoção de hábitos

saudáveis (orientação de atividades físicas gratuitas, promoção de atividades física nas escolas, spots televisivos, etc.);

- Melhoria do sistema de suplementação de ferro nas escolas e nos centros de saúde, abrangendo as crianças menores de 5 anos;
- Realização de ações de investigação para aumentar o teor de ferro nos alimentos;
- Ações de identificação e acompanhamento domiciliário dos grupos vulneráveis (“Jovens Agentes Comunitárias de Saúde”);
- Atualização periódica dos estudos sobre deficiências nutricionais;
- Legislação e fiscalização quanto a fortificação da farinha de trigo (ferro e ácido fólico);
- Aprimoramento da fiscalização quanto a composição do sal (iodo);
- Melhoramento do sistema de suplementação da vitamina A nas puérperas e crianças vulneráveis;
- Continuação das campanhas periódicas de desparasitação;
- Implementação do guia para educação alimentar e nutricional nas escolas do EBI e nos jardins de infância;
- Realização de sessões periódicas de reciclagem aos professores na área de alimentação e nutrição;
- Criação e divulgação de materiais didáticos na área de alimentação e nutrição (cartazes, panfletos, spots televisivos, etc);
- Utilização de horto escolares, para fins educativos, como ferramentas de promoção da educação alimentar e nutricional;
- Melhoramento nos hortos escolares (inserção de produtos ricos em micronutrientes - vitamina A e ferro);
- Capacitação das cozinheiras que atuam na alimentação escolar;
- Melhoramento nas condições higiénico-sanitárias das escolas (cozinhas, casa de banho, acesso à água, etc.);
- Diversificação do menu e adaptação aos hábitos alimentares locais;
- Ampliação da promoção do consumo de alimentos locais na alimentação escolar;
- Aumento do aporte de micronutrientes na alimentação fornecida aos escolares;
- Realização de campanhas de sensibilização, educação e informação permanentes sobre aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e complementar até os 2 anos (jovens agentes comunitárias de saúde);
- Desenvolvimento de ações de comunicação social pública voltadas a promoção do aleitamento materno;

- Ampliação e melhoria dos hospitais amigos da criança;
- Capacitação dos funcionários dos hospitais com a IHAC e do Banco de Leite, bem como dos outros centros de saúde;
- Estabelecimento de mecanismos voltados ao maior cumprimento da Lei do Aleitamento Materno;
- Estabelecimento de mecanismos de fiscalização quanto a comercialização dos substitutos do leite materno.

5.5.4 - Orçamento indicativo

O montante estimado para a execução do objetivo estratégico “Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis” corresponde a 51,8% do total dos recursos previstos para o PANSAN (equivalente a 30.359.275.390 ECV).

6 – Considerações Finais

O detalhamento do Plano de Ação Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN - período 2014 a 2016) como apresentado neste documento, visa dar efetividade ao mesmo, como instrumento orientador da

execução da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN - horizonte 2020). Os anexos estabelecem o quadro lógico, o orçamento indicativo, programas, projetos e atores envolvidos na implementação do PANSAN.

Há importante convergência entre os objetivos estratégicos definidos no PANSAN e os eixos do Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza – DECRP III (2012 – 2016). Deste modo, os quadros que discriminam indicadores, metas, meios de verificação, hipóteses de risco, programas e projetos com os respectivos orçamentos anuais, responsáveis e participantes reproduzem o planeamento elaborado para o referido Documento Estratégico.

Com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN), que é o instrumento que orienta a implementação da ENSAN, e ainda com o alinhamento convergente em relação ao DECRP III, estão dadas as condições para que Cabo Verde caminhe mais velozmente no sentido de assegurar, progressivamente, segurança alimentar e nutricional aos cidadãos e cidadãs de Cabo Verde.

Anexos

Quadro 1. Indicadores, metas, meios de verificação e hipóteses de risco para os objetivos geral e estratégicos definidos no PANSAN.

DESCRIÇÃO	INDICADORES DE IMPACTO DO PANSAN	METAS 2016	MEIO DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES DE RISCO
INDICADOR DE IMPACTO DA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL				
	Taxa de crescimento anual do PIB real (%)	5.4 (DECRP III)	- Relatórios do Governo, do BCV, do INE, do BM e do FMI;	- Fraca vontade política;
	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)	5.0 (DECRPIII)	- Estudos macroeconómicos;	- Instabilidade macroeconómica;
	Taxa de Desemprego (em %)	10,0 (DECRP III)	- Inquéritos, relatórios e publicações (INE, SNSAN, MDR,MS, MJEDRH)	- Fraco engajamento de parceiros;
	Índice de incidência da pobreza (%)	20,2 (DCRPIII)	- Relatórios anuais de Progresso do DECRP III	- Crise económica internacional;
	Índice de incidência da pobreza extrema (%)	10,2 (DECRP III)		- Insuficiente mobilização de recursos;
	PIB agrícola (em milhões de ECV)	16,959 (DECRP III)		- Vulnerabilidade ambiental e mudanças climáticas
INDICADORES DE IMPACTO DO PANSAN				
Objetivo Geral:	Famílias em risco de IA (em %)		Relatórios anuais de Avaliação do ano agrícola (MDR/FAO/CILSS)	- Recursos técnicos, humanos e financeiros insuficientes;
Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas	Famílias em IA (em %)		- Inquéritos, relatórios e publicações (INE, SNSAN, MDR,MS, MJEDRH)	- Vulnerabilidade ambiental e mudanças climáticas;
	Taxa da desnutrição crónica nas crianças menores de 5 anos (em %)	8,1 (DCRPIII)	ISVAP e IDRF	- Níveis de preços no consumidor

DESCRIÇÃO	INDICADORES DE IMPACTO DO PANSAN	METAS 2016	MEIO DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES DE RISCO
Objetivo estratégico 1: Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA	Leis criadas e publicadas sobre SAN e DHAA		- Quadro legal / institucional (B.O.)	- Fraca vontade política
	Sistemas de informação componentes do SAN regulamentados e implementados		- Publicações	- Fraco engajamento de parceiros
	Reuniões do CNSAN por ano)			- Limitação de recursos financeiros
Objetivo estratégico 2: Contribuir para a melhoria das condições de acesso a água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares	Domicílios ligados a rede pública de distribuição de água (em %)	72,8 (DECRP III)	- Relatórios ANAS	- Instabilidade macroeconómica
	População que utiliza uma fonte melhorada de abastecimento de água (em %)	87,7 (DCRPIII)	- Inquéritos do INE	- Fraca dinâmica de funcionamento da rede de parceiros
	Alojamentos com ligação a rede pública de distribuição de energia elétrica (em %)	100 (DECRP III)	- Relatórios do MJEDR	- Fraca capacidade institucional, técnica e logística
	População que utiliza o gás como principal fonte de preparação dos alimentos (em %)	73,5 (DECRPIII)	- Relatórios de progresso DECRP III anuais	- Insuficiente mobilização de recursos
	Alojamento ligados a fossa séptica (em %)	49,4 (DECRP III)	- Reuniões, encontros de coordenação entre os intervenientes	
	População que utiliza instalações sanitárias melhoradas (em %)	82,9 (DECRPIII)		
	Agregados familiares que usam o sistema de recolha de lixo de forma adequada (em %)	77,68 (DECRPIII)		
Objetivo estratégico 3: Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	PIB agrícola (em milhões de ECV)	16.959 (DECRPIII)	- Relatórios anuais do MDR (fonte: INE);	- Instabilidade macroeconómica;
	Área irrigada (em hectares)	5000 (DECRPIII)	- Recenciamento geral da agricultura;	- Fragilidade do sistema de planeamento;
	Aumento área com irrigação gota a gota	3.000 (DECRP III)	- Relatórios anuais DECRP III	- Fraca dinâmica de funcionamento da rede de parceiros;
	Quantidade de água mobilizada pelas infraestruturas de captação		- Relatórios Anuais D.G.pescas	- Fraca capacidade institucional, técnica e logística;
	Área de sequeiro plantada com milho e feijão (em hectares)	58.760 (DECRPIII)	- Relatórios anuais INDP	- Implementação da ENSAN incompleta;
	Área plantada com hortícolas, raízes e tubérculos		- Relatórios anuais da ARFA sobre o abastecimento	- Operacionalização inadequada do observatório de mercado;
	Volume da produção agrícola nacional (ton)			- Questões climáticas
	Taxa de cobertura do consumo pela produção nacional nos produtos de primeira necessidade			

DESCRIÇÃO	INDICADORES DE IMPACTO DO PANSAN	METAS 2016	MEIO DE VERIFICAÇÃO	HIPÓTESES DE RISCO
	Volume das exportações agrícolas (em milhões de ECV)	81.7 (DECRPIII)		- Insuficiente mobilização de recursos;
	Fileiras agropecuárias organizadas	10 (DECRPIII)		- Fraca vontade política.
	PIB pesca (em milhões de ECV)	2,582 (DECRPIII)		- Não implementação de estatísticas agrícolas
	Volume de capturas nacionais de pescado			
	Volume das exportações da pesca (em milhões de ECV)	195 (DECRPIII)		
	Operadores de pesca formados em novas técnicas de pesca (em %)	20 (DECRPIII)		
Objetivo estratégico 4:	Beneficiários de pensão social (em número)	21.141 (DECRPIII)	- Inquéritos do INE	- Instabilidade macroeconómica;
Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos	Nº de empregos criados pelas actividades AGR		- Relatórios do MJEDR	- Fragilidade do sistema de planeamento;
				- Fraca vontade política;
				- Insuficiente mobilização de recursos.
Objetivo estratégico 5:	Taxa de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos (em %)	8,1 (DECRPIII)	- Relatórios do Programa Nacional de Nutrição (PNN);	- Fraca vontade política;
Desenvolver ações que garantam a qualidade e a segurança sanitária dos alimentos, bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis	Crianças em idade escolar com desnutrição (em %)		- Relatórios do MED e da FICASE	- Instabilidade macroeconómica;
	Crianças em idade escolar com sobrepeso e obesidade (em %)		- Relatórios Estatístico do Ministério da Saúde;	- Fraco engajamento de parceiros;
	Taxa de anemia em crianças menores de 5 anos (em %)	Reduzida em 20% (PNDS)	- Relatórios de estudos, inquéritos e publicações	- Insuficiente mobilização de recursos;
	Taxa de anemia nas crianças em idade escolar (em %)	Reduzida em 20% (PNDS)		
	Prevalência hipovitaminose A	Eliminada (PNDS)		
	Prevalência dos DDCI	Eliminada (PNDS)		
	Taxa de desnutrição na população adulta (em %)			
	Taxa de obesidade na população adulta (em %)			
	População com fatores de risco para DCNT (em %)			
	População adulta com diabetes (em %)			
	População adulta com hipertensão (em %)			

Quadro 2. Orçamento indicativo, montante financiado e GAP financeiro para os objetivos estratégicos estabelecidos no PANSAN

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ORÇAMENTO (MIL ECV)	%	MONTANTE FINANCIADO	%	GAP FINANCEIRO
Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA	90.640.000	0,2			
Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares	10.454.413.029	17,8			
Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	11.361.786.056	19,4			
Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos	6.355.396.897	10,8			
Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis	30.359.275.390	51,8			
PANSAN 2014 – 2016	58.621.511.372	100,0			

Quadro 3. Programas e projetos que integram os objetivos estratégicos do PANSAN, com respectivos orçamentos anuais, responsáveis e parceiros

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PANSAN	PROGRAMA/PROJETO	MONTANTE (em mil ECV)					Período do projeto	Total Financiado (em mil ECV)	Gap financeiro (em mil ECV)	Responsável	Parceiros
		2014	2015	2016	Período PANSAN	Montante Global (em mil ECV)	Ano - Ano				
1. Quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA	Melhoria da proteção da defesa do consumidor	12.000.000	10.000.000	8.640.000	22.000.000	30.640.000	2012-2016			MAPM	
	Promoção do direito a alimentação e acesso aos serviços sociais	10.000.000	10.000.000	10.000.000	30.000.000	48.000.000	2012-2016			MDR	
	Reforço e Consolidação do Sistema de Informação para Segurança Alimentar (SI-SAN) (a)	8.000.000	8.000.000	8.000.000	24.000.000	40.000.000	2012-14				
	Fundo de Estudos Locais (FEL) para estudos e outras ações de segurança alimentar (a)	2.000.000	2.000.000	2.000.000	6.000.000	8.000.000	2012-14				
2. Condições de acesso a água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar	Promoção e reabilitação da habitação de interesse social	209.030.503	214.600.853	220.728.239	644.359.595	1.038.010.053	2012-2016			MAHOT	
	Melhoria da qualidade do saneamento básico	287.000.000	27.000.000	27.000.000	341.000.000	860.166.000	2012-2016			MAHOT	
	Melhoria da gestão dos recursos hídricos	108.606.982	110.606.982	110.606.982	329.820.946	538.903.202	2012-2016			MAHOT	
	Infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água dessalinizada	65.418.064	36.000.000	10.000.000	111.418.064	286.228.169	2012-2016			MAHOT	
	Mobilização da água e reforço de capacidade de abastecimento público	1.421.876.067	1.173.845.610	901.842.246	3.497.563.923	5311.780.731	2012-2016			MAHOT	
	Melhoria de infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia	24.500.000	23.551.995	8.692.039	56.744.034	86.022.166	2012-2016			MTIE	
	Apoio a projetos de reciclagem e reutilização de águas residuais										
	Infraestruturas de produção, abastecimento e distribuição de energia	2.423.237.644	1.116.052.383	1.884.216.440	5.423.506.467	1.884.216.440	2012-2016			MTIE	
	Promoção do uso de energia alternativa e eficiência energética	15.000.000	20.000.000	15.000.000	50.000.000	1.237.527.892	2012-2016			MTIE	

3. Aumento da produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	Mobilização da água e ordenamento de bacias hidrográficas	2.034.845.319	278.414.140	210.000.000	2.523.259.459	6.574.559.316	2012-2016			MDR	
	Melhoria do sistema de transporte e segurança marítima	122.800.858	122.800.858	122.800.858	368.402.574		2012-2016			MTIE	
	Gestão dos recursos haliéuticos para uma pesca sustentável	207.690.893	46.652.361	46.652.361	300.995.615	830.004.078	2012-2016			MIEM	
	Gestão integrada da pesca artesanal e indústria	61.522.435	61.522.435	61.522.435	184.567.305	371.325.226	2012-2016			MIEM	
	Gestão integrada da qualidade e agregação de valores dos produtos da pesca	28.749.557	28.749.557	28.749.557	86.248.671	178.835.762	2012-2016			MIEM	
	Melhoria do agronegócio e das fileiras agropecuárias	382.500.00	379.000.000	460.000.000	839.000.000	2.533.244.834	2012-2016			MDR	
	Investigação agrícola e transferência de conhecimentos e tecnologia	46.500.00	53.000.000	54.000.000	107.000.000	229.000.000	2012-2016			MDR	
	Desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias	996.521.997	695.399.501	683.366.586	2.375.288.084	2.844.319.156	2012-2016			MIEM	
	Desenvolvimento das infraestruturas portuárias	538.592.750	373.974.015	165.032.124	1.077.598.889	13.655.160.123	2012-2016			MIEM	
	Desenvolvimento do sistema e transporte e segurança marítima	15.000.000	10.000.000	10.000.000	35.000.000	298.518.596	2012-2016			MIEM	
	Melhoria do sistema de aquisições pública	32.798.165	35.011.831	35.044.937	102.854.933	165.557.647	2012-2016			MFP	
	Melhoria dos serviços de meteorologia e geofísica	166.450.144	166.450.144	166.450.144	499.350.432	832.843.223	2012-2016			MAHOT	
	Desenvolvimento da investigação aplicada a pesca	72.448.463	72.448.463	72.448.463	217.345.389	363.942.355	2012-2016			MIEM	
	Consolidação e requalificação ambiental	678.764.760	704.621.440	739.045.373	2.122.431.573	3.255.515.788	2012-2016			MAHOT	
	Reforço da qualidade ambiental	8.500.000	8.500.000	8.500.000	25.500.000	42.500.000	2012-2016			MAHOT	
	Melhoria da qualidade do ensino superior	91.744.982	91.048.024	85.850.126	268.643.132	398.072.021	2012-2016			MESCI	
	Consolidação do ensino superior	34.480.00	32.200.000	25.700.000	57.900.000	144.171.152	2012-2016			MESCI	
Melhoria do planeamento e gestão do território e dos solos	56.800.000	56.800.000	56.800.000	170.400.000	284.900.000	2012-2016			MAHOT		
4. Rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos	Garantia do acesso a todos os grupos sociais e profissionais a proteção social	334.364.585	365.044.587	399.999.046	1.099.408.218	1.767.537.389	2012-2016			MJEDRH	
	Acesso aos pobres aos serviços sociais de base e ao rendimento	57.154.298	62.869.729	69.156.700	189.180.727	569.389.648	2012-2016			MJEDRH	
	Projeto integrado SISA-financiamento actividades AGR e promoção da produção para auto consumo das famílias (a)	7.000.000	7.000.000	7.000.000	21.000.000	45.000.000				MDR	
	Melhoria do ambiente de negócio	110.295.585	18.787.000	20.287.000	149.369.585	534.668.528	2012-2016			MTIE	
	Ambiente económico favorável a criação de empregos	51.500.000	56.150.000	61.265.000	168.915.000	351.915.000	2012-2016			MJEDRH	
	Promoção do emprego e formação profissional	144.190.442	144.190.442	144.190.442	432.571.326	721.092.979	2012-2016			MJEDRH	
	Reforço da educação especial	9.000.000	7.000.000	7.000.000	23.000.000	24.000.000	2012-2016			MED	
	Participação e representação dos jovens	108.374.108	115.000.023	122.288.529	345.662.660	561.910.876	2012-2016			MJEDRH	
	Formação profissional direcionada para o emprego e inclusão social	80.951.000	82.751.000	84.731.000	248.433.000	1.715.954.384	2012-2016			MJEDRH	
	Reforço da igualdade e equidade de género	4.500.000	4.500.000	4.500.000	13.500.000	21.735.000	2012-2016			MAPM	
Desenvolvimento do ensino técnico e profissional	376.109.886	376.109.886	376.109.886	1.128.329.658	1.871.010.275	2012-2016			MED		
Formação e capacitação	827.411.009	842.997.624	863.618.090	2.534.026.723	4.000.416.178	2012-2016			MESCI		

5. Ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos saudáveis	Melhoria da função fiscalizadora e reguladora do estado	87.154.086	95.231.042	91.510.223	273.895.351	365.648.674	2012-2016			MTIE	
	Ação social e escolar	1.024.329.937	1.045.114.153	1.007.091.320	3.076.535.410	5.058.987.695	2012-2016			MED	
	Melhoria da qualidade do ensino básico	3.061.141.268	3.395.590.248	3.184.242.291	9.640.973.807	15.356.287.443	2012-2016			MED	
	Melhoria da qualidade do ensino secundário	2.681.293.412	2.759.926.375	2.793.131.166	8.234.350.953	13.265.518.693	2012-2016			MED	
	Reforço da educação pré-escolar	90.711.677	9.071.677	9.071.677	108.855.031	41.286.708	2012-2016			MED	
	Construção e reabilitação de infraestruturas desportivas	64.000.000	64.000.000	64.000.000	192.000.000	486.000.000	2012-2016			MED	
	Promoção da prática do desporto	136.187.024	136.187.028	145.187.028	417.561.080	663.721.108	2012-2016			MED	
	Reforço da qualidade do sistema educativo e desporto	168.500.000	159.520.000	77.870.000	405.890.000	540.751.974	2012-2016			MED	
	Desenvolvimento institucional	15.500.000	25.500.000	30.500.000	71.500.000	100.500.000	2012-2016			MS	
	Prestação dos cuidados da saúde na rede de atenção primária	822.276.168	818.096.627	809.330.086	2.449.702.881	4.023.314.531	2012-2016			MS	
	Prestação dos cuidados da saúde na rede hospitalar	1.716.110.436	1.718.266.170	1.718.266.170	5.152.642.776	8.349.055.561	2012-2016			MS	
	Promoção de saúde e investigação	34.996.047	35.526.612	36.070.442	106.593.101	17.044.945	2012-2016			MS	
	Desenvolvimento dos recursos humanos de saúde	25.385.000	36.220.000	36.220.000	97.825.000	133.727.211	2012-2016			MS	
	Sistema integrado de informação para saúde	30.000.000	30.000.000	5.000.000	65.000.000	110.000.000	2012-2016			MS	
Melhoria da comunicação social	24.750.000	21.450.000	19.750.000	65.950.000	99.903.934	2012-2016			MAPM		
TOTAL		21.975.085.551	18.400.350.815	18.426.075.006	58.621.511.372	141.172.342.664					

(a) Projetos adicionais aos incluídos na versão DECRP III de dezembro de 2012

Quadro 4. Atores envolvidos na implantação dos objetivos estratégicos do PANSAN, no âmbito nacional e local

OBJETIVO ESTRATÉGICO	1. Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA	2. Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares	3. Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	4. Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos	5. Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis
Nível Nacional	SNSAN CNSAN MDR MS MJEDRH ARFA ONGs	SNSAN CNSAN MSMTIE MJEDRH MAHOT ANAS	SNSAN CNSAN MDR INIDA INMG MED ANAS FICASE ARAP Novo Banco ONGs nacionais Instituições de micro-crédito	SNSAN CNSAN MJEDRH MS MFP ADEI IGQ INDP ARAP Novo Banco	SNSAN, CNSAN MS FICASE CNDS RTC Setor privado ONGs
Nível local	Câmaras municipais Associações comunitárias, pescadores, criadores de gado	Câmaras municipais Operadores de água (ELECTRA, Água Brava, Água de Ponta Preta e Água de Porto Novo)	Câmaras municipais quarteis, hospitais Associações de pescadores, criadores de gado, agricultores, ONGs locais, Serviços desconcentrados Instituições locais de micro-finanças	Associações comunitárias	Câmaras municipais ONGs Rádios comunitárias

Quadro 5. Alguns projetos de cooperação com organismos internacionais com impacto nos objetivos e ações prioritárias do PANSAN, em execução no seu período de vigência¹

Objetivos estratégicos	Programa/Projeto	Orçamento 2014 (USD)	Orçamento 2015 (USD)	Orçamento 2016 (USD)	Total Período PANSAN (USD)	Montante Global (USD)	Total Financiado (USD)	GAP Financeiro (USD)	Responsável	Parceiros	Período
1. Reforço do quadro legislativo e institucional para consolidar SAN e assegurar a realização do DHAA:	Política de reforço das capacidades técnicas e institucionais (âmbito CONSAN CPLP)						500.000			FAO/CPLP	2014-15
3. Aumento produção agro-pecuária e das pescas de forma sustentável aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens	Energias renováveis associado à eletrificação do mundo rural								MDR		
	Melhoria de transportes de mercadorias e instituição da prática de seguro de mercadoria									FAO	
	Plano Diretor de Investigação Agrária	67.319			67.319				INIDA	FAO	2014
	Reabilitação da cultura do cafezeiro	43.533			43.533				MDR	FAO	2014
	Valorização e reabilitação da cultura do coqueiro	100.000	300.000		400.000				MDR	FAO	2014-2015
	Florestas urbanas e agricultura peri urbana	100.000	300.000		400.000				MDR	FAO	2014-2015
	Pilotamento do Plano de aquacultura em Cabo Verde								INDP	FAO	
	Investigação pecuária, conhecimento e transferência de tecnologias								INIDA	FAO	
Plano Estratégico da Extensão Rural (aconselhamento, assistência técnica e formação rural)	59.827				59.827				MDR	FAO	
5. Desenvolver ações que garantem a qualidade e a segurança sanitária dos alimentos bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos saudáveis	Programa de Apoio à Segurança Alimentar e à Nutrição nas escolas	126.625	126.626	-	253.250	270.750			FICASEMSMED	Programa Conjunto SNU, financiado pela Cooperação Luxemburguesa	2012-15

¹Relação dos projetos obtida em abril de 2014 na Representação da FAO em Cabo Verde.

Resolução nº 69/2015

de 27 de Julho

Tendo em conta os objetivos alcançados com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no período compreendido entre 2002 a 2015, urge a necessidade de se proceder a uma atualização da referida estratégia.

A atualização visa incorporação do Direito Humano à Alimentação Adequada DHAA como elemento orientador

das políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), destacar o papel da agricultura familiar, dinamizar os mecanismos de governança participativos nesta temática como preconizam as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), subscritas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dar uma maior relevância para a questão nutricional.

Tendo como horizonte o ano de 2020, pretende a atualização da Estratégia proceder à manutenção do objetivo geral e incorporar elementos como o bem-estar, alimentação segura e nutricional, avaliar a implementação da

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar - ENSA 2002 a 2015, alinhar a ENSAN com as estratégias de crescimento e redução da pobreza, fortalecer o quadro institucional para ser mais capaz de atuar de forma intersectorial.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovada a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2020 (ENSAN- 2020), constante do anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Objetivos

1. A ENSAN - 2020 adotou como seu principal objetivo assegurar o acesso permanente e estável da população à uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada.

2. Como objetivos estratégicos o ENSAN – 2020 visa:

- a) Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e assegurar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
- b) Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares;
- c) Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens;
- d) Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos; e
- e) Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 2 de julho de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*

Anexo

ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ATUALIZAÇÃO HORIZONTE 2020

Resumo executivo

Esta atualização do documento de Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional visa tratar da incorporação do DHAA como elemento orientador das políticas públicas voltadas para a SAN, destacar o papel da agricultura familiar e propor mecanismos de governança participativos nesta temática, como preconizam as diretrizes da FAO subscritas pela CPLP. A inserção da questão nutricional justifica a denominação de ENSAN, atribuída ao documento.

Tendo por base a ENSA, documento solidamente elaborado e a avaliação do último PNSA, feita com a participação daqueles que estiveram ou estão ligados a questão, esta atualização sintetiza a evolução do conceito de SAN e o DHAA, incluindo as abordagens dos organismos multilaterais dos quais Cabo Verde faz parte; faz uma breve caracterização do seu território e população, delimitando conceitos e condições para a construção da ENSAN.

A análise das condições de saúde, pobreza e vulnerabilidade da população está no cerne deste relatório, que aponta as questões de saneamento básico como propulsoras da elevada incidência das chamadas “doenças negligenciadas da pobreza”, provavelmente os mais sérios problemas a serem enfrentados em Cabo Verde para assegurar a SAN da população, ao lado do combate a anemia, principalmente nas crianças. As linhas prioritárias de ação apontam para a necessidade de ampliar a infraestrutura de saneamento e acesso à água e enfrentar as importantes desigualdades existentes entre as ilhas, para reduzir a incidência dessas doenças e assegurar o DHAA, com a implementação de estratégias de melhoria das condições de acesso aos alimentos, bens e equipamentos sociais.

A estratégia de melhoria das condições de renda e de proteção social emerge da análise de indicadores sociais relevantes, que evidenciam a necessidade de dar suporte a determinados segmentos que apresentam maior risco, bem como, destacam a oportunidade de adotar medidas de políticas abrangentes voltadas aos mais jovens, ampliando sua escolaridade e protagonismo nos processos de desenvolvimento.

O documento evidencia o papel da agricultura familiar e as perspectivas que se apresentam com a modernização em curso. As propostas indicam a importância do seu reconhecimento e da adoção de políticas discriminatórias positivas, que devem ser implantadas para mitigar os efeitos indesejáveis do êxodo rural, contribuindo para melhorar a produção agrícola sustentável, o acesso aos alimentos e a outros bens. A intervenção estratégica nesse domínio, procura destacar o protagonismo a ser dado aos jovens, importante nos processos de inovação que Cabo Verde necessita empreender, fortalecendo suas marcas como país sustentável e de modos de produção socialmente justos e saudáveis.

A proposição de uma arquitetura institucional para a governação do SAN que trabalha preserva e resgata os mecanismos já desenvolvidos pelos últimos governos de Cabo Verde, busca tornar concretas e viáveis ações de descentralização e participação da cidadania que facilitem a trajetória do país na realização do DHAA.

1 – Introdução

Este documento trata da atualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) elaborada para o período 2002 - 2015, para o horizonte 2020 e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2014 - 2016). A atualização da Estratégia está voltada principalmente para a inclusão do direito humano à alimentação adequada (DHAA), que já consta da estratégia da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outros aspectos, de modo a torná-la mais consentânea com as preocupações atuais em relação ao tema. A apresentação, ainda que preliminar, do Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN), visa concretizar e possibilitar a discussão dos objetivos e linhas de intervenção que devem integrar a ENSAN.

No ponto 2 do documento é desenvolvida a evolução do conceito de SAN, para enfatizar que a sua “juventude” requer aprendizado na formulação, implementação e coordenação de políticas e programas que favoreçam à SAN e ainda, identificar as suas múltiplas dimensões. A inclusão de artigos da Constituição de Cabo Verde visa a destacar o amparo legal (direitos estabelecidos) à realização da SAN.

O ponto 3 é voltado para a caracterização socioeconómica e geográfica de Cabo Verde, com o objetivo de destacar seus reais constrangimentos e facilidades para realizar a segurança alimentar e nutricional. Na sequência é apresentada uma síntese histórica do tratamento dirigido à SAN pelos governos e as estratégias e linhas de intervenção adotadas.

No pontos 4 apresenta-se o estado da SAN na República de Cabo Verde, caracterizando as condições de saúde, pobreza e vulnerabilidade social dando destaque aos indicadores de pobreza, vulnerabilidade e insegurança alimentar, sobretudo, com base nas estatísticas produzidas pelo Ministério da Saúde, pelo Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento de 2010, Inquérito Multiobjectivo Contínuo) e indicadores do perfil nutricional a partir de diversas fontes. As informações sobre o mercado de trabalho (emprego e rendimentos) estão presentes pois, o trabalho e os rendimentos, cumprem o papel central no acesso aos alimentos. Também coloca acento na proteção social de base não contributiva.

O ponto 5 desenvolve alguns aspectos da agricultura familiar, que cumpre papel importante na garantia da segurança alimentar e nutricional da população. São tratadas as formas e os meios de inclusão dos agregados familiares cujos meios de subsistência provêm da agricultura no processo de modernização da produção, considerando as tecnologias de cultivo e irrigação, processamento e comercialização dos produtos.

Feita a descrição de políticas SAN, no ponto 7 são traçadas a partir da detalhada leitura da ENSA (de 2004), as linhas gerais de uma proposta de ENSAN 2020, incluindo objetivos gerais e estratégicos, as prioridades e linhas de ação. Especial atenção foi conferida à governança de SAN no ponto 8, sua arquitetura institucional e os mecanismos (existentes ou previstos) para sua operacionalização. As considerações finais destacam o DHAA, preconizado desde a Cimeira de 1996, assinado pelos Chefes de Estado e de Governo, da qual Cabo Verde é um dos países signatários.

A metodologia de elaboração desta versão do documento contou com a participação de quadros de diversos setores de governação, mediante entrevistas e discussões em ateliers de socialização e apreciação de uma versão preliminar do mesmo. Foram realizadas mais de duas dezenas de entrevistas e 3 ateliers sendo um em São Vicente (Mindelo), outro em Santo Antão (Porto Novo) e Santiago (Praia). A preparação do documento se deu em duas fases, sendo a primeira de outubro a meados de dezembro de 2013, na qual se concluiu uma versão preliminar e a segunda fase em março e abril de 2014, para realização dos ateliers de socialização que antecedem a elaboração da versão final. Nos ateliers de socialização participaram responsáveis e quadros de serviços governamentais e municipais, ongs ligados à área de segurança alimentar. O objetivo de desenvolvimento dessa metodologia participativa foi propiciar que os distintos atores se reconheçam na ENSAN, pois sua adesão por convencimento é crucial ao êxito das ações propostas.

As estratégicas e linhas de ação prioritárias para o horizonte 2020, para além de contemplarem o DHAA e agricultura familiar, foram selecionadas com base na avaliação da implementação da ENSA e do PANSAN de 2007 a 2011 e orientaram a elaboração do Plano de Ação da SAN – PANSAN para o período 2014 a 2016.

2 – Segurança alimentar e nutricional

O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) é recente e originalmente foi utilizado, sobretudo nos países europeus, como meio de reduzir a dependência de alimentos na relação entre países. Nesta perspectiva, segurança alimentar aparece vinculada à segurança nacional.

No início dos anos 90, porém, com a Conferência Internacional de Nutrição (FAO/OMS), realizada em Roma em 1992, surgiu o conceito de segurança alimentar e nutricional. Nesta conferência, os governos comprometeram-se a envidar todos os esforços para eliminar ou reduzir substancialmente a fome, a fome crónica generalizada, a desnutrição, especialmente entre as crianças, mulheres e idosos; as deficiências de micronutrientes, particularmente o ferro, o iodo e a vitamina A, as doenças transmissíveis e não transmissíveis relacionadas com a dieta alimentar; o saneamento inadequado e a escassez de água potável.

De modo coerente, o Plano de Ação para a Nutrição contemplava nove temas prioritários: 1) melhorar a segurança alimentar das famílias; 2) proteger os consumidores através da melhoria da qualidade e segurança dos alimentos; 3) prevenção e gestão de doenças infecciosas;

4) prevenção e controle da deficiência de micronutrientes estratégicos; 5) promover uma alimentação adequada e estilos de vida saudáveis; 6) promover o aleitamento materno; 7) especial atenção aos grupos sociais economicamente desfavorecidos e nutricionalmente vulneráveis; 8) aliar aos objetivos nutricionais políticas e programas de desenvolvimento; 9) análise e monitoramento das situações de nutrição.

Observa-se assim, que a Segurança Alimentar e Nutricional envolve diversas áreas -- saúde, saneamento, produção e desenvolvimento agrícola, alimentação em quantidade e qualidade adequadas de modo a aumentar o consumo de alimentos e proporcionar renda.

Nesta Conferência, a FAO assumiu o compromisso de convocar a Cimeira Mundial da Alimentação, em 1996, na qual os chefes de Estado deliberariam sobre as medidas concretas necessárias para alcançar nos planos nacionais, regionais e global, os objetivos estabelecidos.

Na Cimeira de 1996 merecem especial destaque:

- (a) para melhorar o acesso aos alimentos é imprescindível erradicar a pobreza: a grande maioria das pessoas subalimentadas não pode produzir alimentos, ou mesmo comprá-los, em quantidade suficiente. Eles têm um acesso difícil aos meios de produção como a terra, água, insumos, sementes e plantas melhoradas, à tecnologia adequada e ao crédito agrícola. Apesar da assistência alimentar proporcionar um melhoramento desta situação, esta intervenção não resolve, a longo prazo, as causas principais da insegurança alimentar;
- (b) promover o acesso de todos, especialmente dos pobres e membros dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, a uma educação básica e aos cuidados de saúde primários, de modo a fortalecer as suas capacidades de autonomia;
- (c) promover o acesso de todas as pessoas, especialmente dos pobres e dos membros dos grupos vulneráveis e em situação desvantajosa, aos cuidados primário de saúde;
- (d) promover o acesso à água potável e ao saneamento para todos, especialmente em comunidades pobres e zonas rurais;
- (e) promover o acesso e o apoio ao ensino primário completo, incluindo, onde apropriado, programas de alimentação escolar;
- (f) as ações devem contribuir para que todos os seres humanos desfrutem plenamente dos direitos incluindo a segurança alimentar.

O objetivo da Cimeira Mundial de Alimentação em relação ao direito à alimentação adequada foi incorporado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aprovados na Cimeira do Milênio, realizada pelas Nações Unidas em 2000.

Em 2004, o Conselho da FAO aprovou as Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito

à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, também visando à implementação dos compromissos da Cimeira 1996.

O exame das Cimeiras de 1992 e 1996 revela a multidimensionalidade da Segurança Alimentar e Nutricional e a imperiosa centralidade da transversalidade a requerer uma ação coordenada de governo, pois a garantia do direito a Segurança Alimentar e Nutricional impõe a implementação de políticas públicas em diferentes setores - saúde, educação, trabalho, agricultura, rendimentos, meio ambiente, saneamento, etc. - e envolve ações no âmbito da produção, do processamento, da comercialização (incluindo a importação, quando necessária), do abastecimento, do controle da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos, assim como do estímulo à práticas alimentares saudáveis e o respeito à cultura da população (soberania alimentar).

De modo similar, a Declaração Final sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da CPLP (Angola, 2010) destaca a transversalidade no domínio da política nacional de Segurança Alimentar, e liga aspectos de segurança alimentar e nutricional com o desenvolvimento sustentável e interfaces com a saúde e a educação. A mencionada Declaração também reconhece o direito humano à alimentação saudável como princípio básico das políticas de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Sustentável, com carácter transversal e com clara interface com várias outras áreas governativas.

Em síntese, as grandes decisões e recomendações seja no plano mundial, seja no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) apontam para a política de segurança alimentar e nutricional como uma política de direitos, cujo desafio consiste na ação coordenada de governo para a realização da transversalidade e para evitar a superposição de programas e políticas e a pulverização dos recursos.

Finalmente, em 2000, no âmbito do Comitê Inter-Estados de Luta contra a Seca na região do Sahel (CILSS) foi aprovado o Quadro Estratégico para a Segurança Alimentar (CSSA) como documento de referência do CILSS. Afirma-se que o documento foi amplamente discutido em todos os países do Sahel, validado no II Fórum das sociedades civis sahelianas e na Conferência dos Chefes de Estado (Bamako, 2000).

Foram identificados cinco objetivos estratégicos para garantir segurança alimentar na região do Sahel em 2015. Os objetivos estratégicos estabelecidos foram: i) a promoção de uma agricultura produtiva, diversificada e regionalmente integrada; ii) o desenvolvimento, a fluidificação e integração regional dos mercados nacionais; iii) melhoria sustentável das condições de acesso dos grupos e zonas vulneráveis à alimentação e serviços sociais básicos; iv) melhores dispositivos para a prevenção e gestão de crises conjunturais em sintonia com a construção estrutural da segurança alimentar; v) reforço das capacidades dos atores para a promoção de uma boa governança da segurança alimentar; e, v) reforço das capacidades dos atores para a promoção de uma boa governança da segurança alimentar.

Este documento do CILSS foi apresentado como um quadro de referência para todos os programas das instituições, a lhes conferir uma melhor coerência por se conectar a uma estratégia operacional e em programas de segurança alimentar em cada um dos nove países e em escala regional. Além disso, afirma-se que sua implementação requer a mobilização concertada das organizações intergovernamentais (OIG), bem como dos atores do setor privado e da sociedade civil.

Vale mencionar que desde 1976, Cabo Verde é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma organização de integração regional que tem por objetivo promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento da região e reúne quinze países da África Ocidental.

Após a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e como parte dos compromissos assumidos, Cabo Verde lançou em 1997, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

Como resultado da Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2004, Cabo Verde elaborou o Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE). A partir dessa Conferência, a comunidade internacional se engajou na ajuda aos países do Sul para a elaboração de seus Planos Nacionais de Gestão dos Recursos Hídricos, considerado condição necessária à implementação de ações conducentes à consecução dos Objetivos do Milênio. Vale dizer que em 1994, Cabo Verde já tinha elaborado seu Plano Diretor dos Recursos Hídricos para o período 1994-20052.

Em resumo, nos últimos 20 anos foi intensa a participação do país nos fóruns regionais e mundiais, muitos foram os compromissos assumidos, com ênfase na segurança alimentar e nutricional. Não menos importante são de destacar os compromissos com os oito objetivos do Milênio que tal como formulados a nível nacional são de: reduzir a pobreza extrema e a fome; assegurar a educação primária universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil – menores de 5 anos; melhorar a saúde materna; combater o HIV / SIDA, a malária e outras doenças; assegurar um ambiente sustentável: biodiversidade, abastecimento de água e habitação para os pobres; e, desenvolver uma parceria para o desenvolvimento.

2.1 - A Constituição da República de Cabo Verde

A proteção social no que diz respeito aos direitos de cidadania e aos deveres do Estado são elementos centrais, do ponto de vista do amparo legal, para a viabilização do direito à segurança alimentar e nutricional.

A Constituição estabelece entre as tarefas fundamentais do Estado (Artigo 7º) promover o bem estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano, designadamente dos mais carenciados, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os factores de discriminação da mulher na família e na sociedade.

No que concerne a proteção social, cabe ao Estado criar as condições para o acesso universal dos cidadãos à segurança social, pois todos têm direito à segurança social para sua proteção no desemprego, doença, invalidez, velhice, orfandade, viuvez e em todas as situações de falta (ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. (Artigo 70)

Os direitos sociais são tratados em inúmeros artigos da Constituição (à saúde, ao ambiente, direito das crianças, jovens, portadores de deficiência, idosos, à educação, à cultura, à cultura física e ao desporto, direito da família, dos consumidores etc.) e não conformam um capítulo sobre direitos sociais.

Quanto ao trabalho (Artigos 61 e 62), a Constituição de Cabo Verde determina que todos os cidadãos tem direito ao trabalho e cabe aos poderes públicos promover as condições para o seu exercício efetivos, e ainda que o Estado cria as condições para o estabelecimento de um salário mínimo nacional.

Finalmente, quanto ao direito à saúde (Artigo 71º), tão crucial à segurança alimentar e nutricional, a Constituição estabeleça que todos tem direito à saúde e o dever de a defender e promover, independentemente da sua condição económica. Para garantir o direito à saúde, incumbe ao Estado criar as condições para o acesso universal dos cidadãos aos cuidados de saúde.

A revisão da Constituição (já na agenda nacional) é uma excelente oportunidade para a unificação dos direitos sociais, sob a lógica da proteção social (contributiva e não contributiva), conforme estabelece o artigo 70º.

3 – Caracterização Geográfica e Socioeconómica

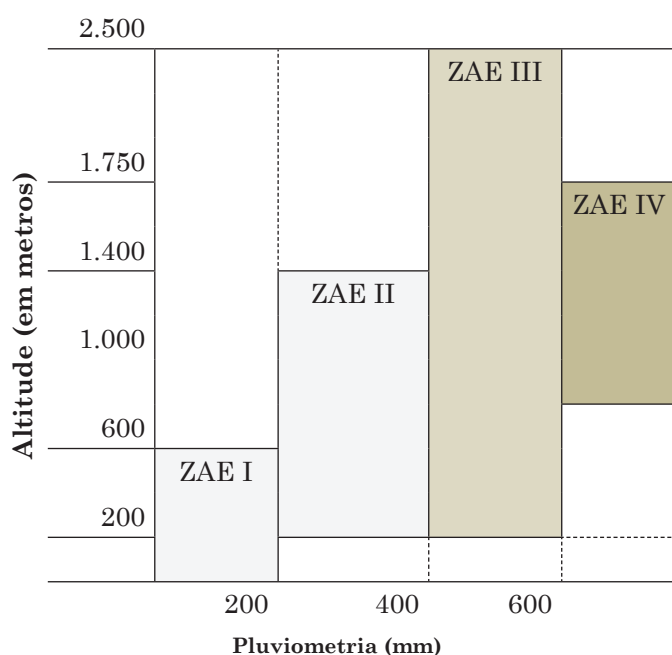
3.1 – Localização e clima

Cabo Verde é um país arquipelágico e insular constituído de 10 ilhas e 13 ilhotas, situado a oeste da costa ocidental africana, latitude e longitude entre os paralelos 14º48' e 17º12', de latitude norte, e os meridianos 22º44' e 25º22' de longitude oeste.

O país possui pequena extensão territorial, fracas condições agro-climáticas nomeadamente, escassez de água, curta estação pluviosa (julho a outubro) e reduzida extensão do solo arável. As ilhas são montanhosas de origem vulcânica, a superfície emersa é de 4.033 km² e a ZEE de 734.265 km². O relevo é bastante acidentado nas ilhas do Fogo onde se regista a altitude máxima de 2.829 metros, seguida de Santo Antão, Santiago e São Nicolau com altitude máxima de 1.979m, 1.394m e 1.312 metros respectivamente. Com altitude máxima inferior a 1000 metros temos a ilha da Brava (976 metros), São Vicente (750 m) e as ilhas de Maio, Sal e Boavista, consideradas ilhas rasas com respectivamente 437, 406 e 387 m de altitude máxima. O relevo é um fator determinante do elevado potencial erosivo (eólico e hídrico) dos terrenos.

A figura 1 mostra a distribuição das zonas agroecológicas segundo a pluviometria e altitude médias, determinante para os sistemas de produção e suas potencialidades.

²Ver: Conselhos de Ministros. Resolução no. 66/2010, de 24 de Novembro.

Figura 1. Zonas agroecológicas segundo a pluviosidade e altitude médias

O clima do país é árido, tropical seco, com uma estação pluviosa curta que em regra vai de julho a outubro. O regime de precipitação é aleatório, chuvas irregulares e espacial e temporalmente mal distribuídas, podendo variar de 60 mm nas ilhas planas e entre 240 a 550 mm nas ilhas montanhosas.

3.2 – Demografia

Cabo Verde é habitado em 9 ilhas e conta com população total de 491.575 habitantes (INE: V RGPH 2010). A densidade populacional é de 121,8 habitantes por km² (em 2010) tem aumentado, pois em 2000 situava-se em 107,8 hab/km² (mais 14 hab/km² em uma década). O crescimento populacional se abrandou no período 2000 a 2010 em comparação com o período anterior, como mostra a tabela 1.

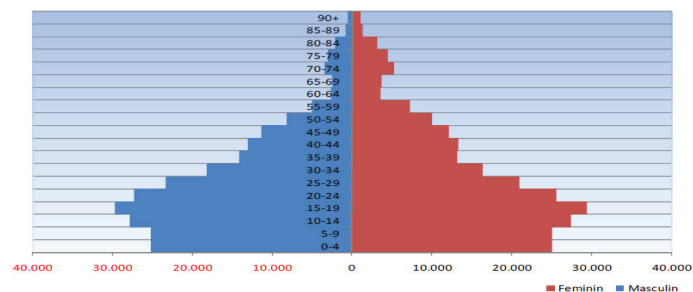
Tabela 1. Evolução da população de Cabo Verde no período 1990 – 2010

PERÍODOS	1990	2000	2010
Número de habitantes residentes	341.491	434.625	491.575
Taxa de crescimento médio anual (%)	1,25	2,73	1,24
População rural (%)	55,9	46,3	39,4

Fonte. Dados do RGPH dos anos respectivos

A urbanização tem sido crescente nas últimas décadas, como demonstra a redução da população rural. A distribuição da população cabo-verdiana é muito desequilibrada. A ilha mais populosa é Santiago (55,7%) e o concelho da Praia, onde se encontra a capital do país, alberga 26,8% da população total, seguida de São Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%), Fogo (7,5%), Sal (5,2%), São Nicolau (2,6%), Boavista (1,9%), Maio (1,4%) e Brava (1,2%). Em Santiago também se verifica importante dinâmica de crescimento populacional, assim como nas ilhas do Sal e Boavista, devido ao forte crescimento do turismo (com base no RGPH de 2010).

A estrutura da população é marcada pela predominância do sexo feminino (50,5%) e principalmente pela juventude (a idade média é de 26,8 anos e 54,4% da população tem menos de 25 anos, e a idade mediana é 22 anos). Quase três quartos da população (73%) tem idade inferior 35 anos, conforme elucida o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1. Pirâmide etária, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE

A população idosa (com 65 e mais anos) em 2000 era de 6,3% e em 2012 segundo IMC do INE foi de 6,1%. A esperança média de vida em 2000 era de 71 anos sendo 67 anos para homens e 75 anos para mulheres, contra 55 anos para os dois sexos em 1970.

Nos agregados familiares, a idade média é de 48,1 anos, a mediana é igual a 46 anos e estes são constituídos por 4,2 membros, em média, sendo que 14 dos 22 municípios do país estão acima da média nacional. Estima-se que em 2020 a população de Cabo Verde será de 570 mil habitantes, com 67,2% residindo nos centros urbanos.

3.3 – Caracterização económica e social

A população de cerca de meio milhão de pessoas dispersas por um conjunto de ilhas confere limitações de economia de escala na rentabilização de sistemas infraestruturais e sociais. As principais vantagens são a localização geográfica do país, (seu posicionamento no cruzamento entre os continentes norte e sul americanos, europeu e africano), que proporcionam prestação de serviços portuários e aeroportuários e a Zona Económica Exclusiva (ZEE) para exploração das riquezas marinhas e património paisagístico. Estes diferenciais contribuem grandemente para a viabilização económica do país.

Os recursos naturais são escassos, o que confere muitas dificuldades para um desenvolvimento endógeno sustentado, dado a sua dependência do exterior. A economia nacional tem o setor de serviços como dominante e em crescimento forte nas últimas décadas, sobretudo, devido à atividade turística e impulsionado ainda pelos vultosos investimentos em infraestruturas económicas e sociais. A atividade turística vem se afirmando como fonte de receita importante e que contribuiu substancialmente para o bom desempenho económico nos últimos 10 anos.

Assim, a estrutura do PIB apresenta a predominância do setor terciário, que considerando os dados estatísticos disponíveis para os últimos anos, situa-se ao redor de 60%, tendo como maiores contribuintes os setores do transporte, armazenagem e comunicações e os serviços não mercantis. O setor secundário ainda incipiente, uma vez que quase tudo o que é consumido no país tem origem

nas importações, é pouco superior a 24%. O primário, baseado na agricultura principalmente, mas que inclui também as pescas e o extrativismo, situa-se historicamente em 8,5%. A parte correspondente a taxas e direitos de importações monta 6,4%.

3.4 – Setor agro-pecuário, haliêutico e alimentar

A produção agropecuária em Cabo Verde enfrenta dificuldades em relação aos recursos naturais. Com uma área arável estimada em cerca de 41 mil hectares, correspondente aproximadamente a 10% da superfície total e clima do tipo subtropical seco, com humidade abaixo dos 10%, conta com precipitações médias de 225 mm ao ano, mal distribuídas no espaço e no tempo, com chuvas por vezes torrenciais.

O sistema produtivo está assente em pequenas unidades familiares, que utilizam geralmente, técnicas essencialmente tradicionais, de produção para a sua subsistência. Pelos dados do último Recenseamento Geral da Agricultura (RGA 2004, realizado pelo MDR), eram 44.450 explorações agrícolas, das quais 17% praticavam a irrigação (Tabela 2).

Tabela 2. Número e peso das explorações familiares e de regadio por ilha

Ilhas	Nº de explorações agrícolas familiares	Peso no total (%)	Nº de explorações de regadio	Peso no total (%)
Santo Antão	6.789	15	2.622	35
São Vicente	2.060	5	171	2
São Nicolau	2.009	5	349	5
Sal	410	1	6	0
Boavista	489	1	40	1
Maio	1.098	2	124	2
Santiago	24.625	55	4.069	54
Fogo	5.726	13	87	1
Brava	1.244	3	125	2
Total	44.450	100	7.593	100

Fonte: RGA 2004/MAAP - GEP

A distribuição dessas unidades entre as ilhas revela que Santiago é a mais importante, congregando 55% das explorações (e 54% das unidades com irrigação). Esta é secundada por Santo Antão que apesar de contar com apenas 15% das unidades de exploração, detém 35% das unidades de regadio. A ilha do Fogo, ao contrário, regista 13% das unidades e apenas 1% dentre as explorações de regadio (a distribuição das explorações pelas ilhas é apresentada na tabela 2).

As principais culturas de sequeiro são o milho e os feijões que ocupam a maior parte da área cultivada, havendo também as culturas consideradas de renda, sendo as principais a cana de açúcar e o café. As hortícolas, frutícolas, raízes e tubérculos apresentam aumentos significativos de cultivo nos últimos 5 anos, com efeitos no abastecimento e na redução dos preços médios no mercado.

A agricultura encontra na deficiente infraestrutura para a irrigação e acesso aos mercados, no reduzido acesso ao crédito, na legislação fundiária e na baixa escolaridade da população rural os principais constrangimentos para o aumento da produtividade e da diversificação, necessários à melhoria do rendimento dos agricultores.

O efetivo pecuário, conforme informações recolhidas têm evoluído e assegurando quase que 100% do abastecimento do mercado em carne e ovos. A maior concentração da atividade é na ilha de Santiago, seguida da ilha do Fogo com 12%, São Vicente com 10% e Santo Antão com 9%. O peso relativo das demais ilhas (São Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) é marginal, totalizando 9% (Plano Diretor da Pecuária, 1997). O setor pecuário satisfaz cerca de 95% da procura interna de carne. No caso do leite, no entanto, a taxa de cobertura é de apenas 25% (SEPA, 2000).

Na avicultura há as formas de produção tradicional e a intensiva, que concorre com a importação massiva de frangos congelados. A criação de porco se expandiu nos últimos anos devido à introdução de novas raças. As doenças que afetam a saúde animal no país são a peste suína africana, doença de Newcastle, parasitas e ainda doenças bacteriológicas como a tuberculose e a brucelose.

Em matéria de alimentação animal, nos anos em que há escassez de chuva e penúria de pastagem, verifica-se insuficiência nutricional nos animais. Algumas iniciativas de armazenamento de excedente de pasto para o período de sequeiro e a existência de várias empresas de produção e importação de ração têm contribuído para o fomento pecuário. A importância da pecuária apesar de ter fraco contributo no PIB, está na satisfação das necessidades da população em proteína e gordura animal que proporciona, além da atividade representar fonte de rendimento complementar para muitas famílias.

O setor florestal dá igualmente contribuição significativa para a segurança alimentar, de forma indireta, na luta contra a desertificação, geração do emprego, conservação dos recursos naturais solo e água, cobertura vegetal e ainda no fornecimento de lenha, carvão e material forrageiro.

O volume de produção pesqueira em Cabo Verde é de 25 mil toneladas anuais, situando-se abaixo do potencial de 40 mil toneladas por ano. Deste volume, cerca de 80% é exportado e predomina o atum, cuja captura situa-se ao redor de 15 mil toneladas anuais. Estes números indicam um importante volume não realizado a cada ano, o que permite vislumbrar potencial de crescimento das pescas, passando a cumprir mais destacado papel econômico, para além daquele de prover o sustento das famílias que nela atuam. Ademais há potencial para atividades de aquicultura e maricultura, ainda inexplorados.

O controle da qualidade dos produtos de origem animal, do pescado e alimentares agrícolas, bem como a regulação dos processos de conservação e transformação constituem desafios a ter em conta para a proteção da saúde da população.

4 – Condições de Saúde, Pobreza e Vulnerabilidade

Nesse item será construído um diagnóstico das condições de vida e das manifestações de pobreza com o objetivo de propor um plano de ação a ser implementado progressivamente, visando a segurança alimentar e nutricional e o correlato direito humano à alimentação adequada. Trata-se, a partir do diagnóstico, de construir um roteiro de prioridades.

4.1 - Saúde

As condições de saúde serão examinadas com base em três indicadores: mortalidade infantil, afecções e doenças prioritárias sob vigilância epidemiológica e por último os relativos aos aspectos nutricionais. Mais adiante e com base no Recenseamento de 2010, será dada especial atenção aos vetores que jogam importante papel por potencializarem as enfermidades, particularmente saneamento e água potável.

A mortalidade infantil tem apresentado uma tendência decrescente, mas é provável que Cabo Verde consiga atingir, até 2015, ao objetivo ODM 4 de reduzir em 2/3 a mortalidade infantil, segundo o relatório ODM 1010, 2011 e 2012 de Julho 2013 que dá conta que a meta é realizável, acoplada a ganhos no domínio da água e do saneamento.

Em 2004, a taxa de mortalidade peri-natal era de 28,6 (por 1000 nados vivos) passando para 26,3% em 2011, segundo o PNDS do Ministério da Saúde. Os óbitos estão concentrados no primeiro ano de vida, mas, sobretudo, na primeira semana de vida (mortalidade neonatal precoce). Em 2011, as causas da mortalidade infantil, conforme o Ministério da Saúde de Cabo Verde, segundo percentagens relativas, revelam a forte presença de doenças infecciosas e parasitárias e das respiratórias: 10,9% e 6,3%, respectivamente. É importante registrar, no entanto, um decréscimo na participação nas causas dos óbitos quando se compara com 2007: os óbitos eram de 14,2% (infecciosas e parasitárias) e 7,8% (respiratórias).

A redução da taxa de mortalidade infantil passa obrigatoriamente por medidas de combate as doenças infecto-parasitárias. Essas enfermidades pertencem ao quadro das chamadas “doenças negligenciadas da pobreza” que são aquelas que prevalecem em condições de pobreza e representam um obstáculo ao desenvolvimento. O termo é utilizado para designar a um conjunto de doenças causadas por agentes infecciosos e parasitários (vírus, bactérias, protozoários e helmintos), que são endêmicas em populações de baixa renda e escasso bem-estar. Nesse sentido, o acesso à água potável, casas de banho e destino adequado do lixo, combinada com acesso à rede de saúde, cumprem papel da maior relevância.

No que se refere ao número de óbitos por afecções do período perinatal (Gráfico 2) e que atingem essencialmente aos nascidos vivos e com baixo peso ao nascer, eles estão a indicar deficiências na assistência pré-natal, ao parto e ao recém nascido.

Gráfico 2. Causas da mortalidade infantil em 2011³

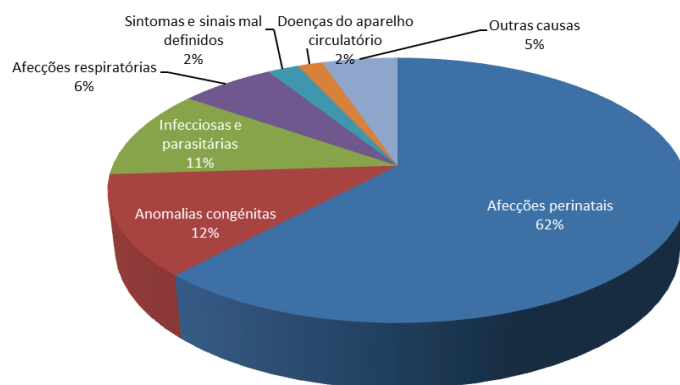


Tabela 3. Doenças Prioritárias sob Vigilância Epidemiológica

DOENÇAS	2007	2008	2009	2010	2011
Diarreicas < 5 anos	12.028	11.831	11.770	13.660	12.970
Diarreicas 5 e + anos	9.609	9.736	10.7367	9.995	9.853
Disenteria/Diarreia com sangue	2.018	1.801	1.817	1.681	1.274
Tuberculose Pulmonar.	223	278	266	284	312
IRA < 5 anos	ND	ND	16.518	27.352	29.399
IRA 5 e + anos	ND	ND	10.956	13.093	18.327

Fonte: Ministério da Saúde da República de Cabo Verde. Relatório Estatístico, 2011

Em relação às afecções e doenças prioritárias sob vigilância epidemiológica, os mais expressivos casos notificados encontram-se na Tabela 3.

Quanto ao estado nutricional, segundo o inquérito sobre a prevalência da anemia e fatores associados em crianças menores de 10 anos (IPAC, 2009), cerca de 10% (9,7%) das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica, 2,6% delas têm desnutrição aguda e quase um quarto (24,9%) dos maiores de cinco e menores de dez anos apresentam baixo peso. No entanto, 63,8% das crianças maiores de cinco anos e menores de dez estão em bom estado nutricional (eutrofia⁴). Isto indica uma melhora da situação da desnutrição infantil, dada a diminuição significativa das taxas de desnutrição nos últimos 10 anos em detrimento da emergência do sobrepeso e da obesidade, que já atingem 5,3% e 6,2% e respectivamente. Isto leva a dois caminhos paralelos: um no intuito de diminuir mais as taxas de desnutrição e outro no sentido de prevenir doenças associadas ao sobrepeso e á obesidade.

No que diz respeito a deficiências de micronutrientes, a mesma fonte (IPAC, 2009) indica que a anemia é um problema de saúde pública de magnitude grave (Tabela 4).

Tabela 4. Anemia em crianças menores de 10 anos

INCIDÊNCIA DE ANEMIA EM CRIANÇAS	%
menores de 5 anos	52,4
maiores de 5 e menores de 10 anos	37,5

Fonte: IPAC, 2009

³Ministério da Saúde de Cabo Verde. Relatório Estatístico 2011, p. 19

⁴Eutrofia significa boa nutrição e peso adequado em relação a altura.

A prevalência é maior em Maio (66,1%), Santiago Norte e São Nicolau, todas acima de 50%. Nas zonas rurais regista-se também maiores taxas de anemia, 53,3% das crianças menores de 5 anos e 38,3% das maiores de 5 e menores de 10 anos.

Em relação aos distúrbios resultantes da carência em iodo (IDDCI, 2010), é importante registrar a disponibilidade (acesso) de sal iodado nas famílias (91,9%) e nas cantinas escolares (95,7%) e em termos de saúde pública a carência de iodo é classificada como uma endemia ligeira (prevalência de 7,6% em 2010 contra 25,5% em 1996).

Relativamente ao aleitamento materno, 32% das crianças com menos de 6 meses se beneficiam do aleitamento materno exclusivo e 12,5% continua a amamentação até aos 2 anos (IPAC, 2009).

Ainda, no que tange á situação nutricional, os dados de inquérito sobre doenças crónicas não transmissíveis (IDNT, 2007) apontam que 3,8% dos adultos de 25 a 64 anos são desnutridos, 26,4% apresentam sobrepeso e 10,6% são obesos. O mesmo estudo aponta que as taxas de hipertensão arterial e hiperglicemia são 34,9% e 12,7% respectivamente. De salientar que 90% da população entre 45 e 64 anos apresentam um risco médio de doenças cardíacas e 85% da população entre 25 e 44 anos apresentam risco médio de doenças cardíacas.

Considerando os indicadores anteriormente mencionados e que tratam de mortalidade infantil, doenças infecto-parasitárias, desnutrição, anemia e baixo peso, entre outras, observa-se situações de insegurança alimentar que impactam negativamente no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a insegurança alimentar expressa a negação de direitos elementares dos cidadãos: o de estar vivo e sem doença, estar bem nutrido e em condições de desenvolver suas potencialidades.

Em relação á vulnerabilidade, o Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais (ISVAF5, 2005) reporta que 20% dos agregados familiares rurais viviam em situação de insegurança alimentar e que 11% estavam ameaçadas pela insegurança alimentar, isto é, correm risco de experimentar IA subsequente a uma crise. Mais, a IA é mais crítica nas ilhas denominadas “agrícolas” (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo) e nos municípios de São Domingos, Paul, Mosteiros, Porto Novo, Praia e Santa Catarina.

Segundo dados do Inquérito de Seguimento das Zonas e Populações Vulneráveis⁶ de Santiago, Santo Antão, São Nicolau, Brava e Fogo após a campanha agrícola de 2009/2010, 4,1% da população rural das zonas de risco alimentar encontravam-se em situação de insegurança alimentar e 53,7% estão sob risco de insegurança alimentar. As ilhas de Santiago e São Nicolau são as que apresentavam maior percentual de famílias em

situação de insegurança alimentar. Em S.Nicolau, a situação calamitosa deveu-se a inundações por chuvas que atingiram níveis recordes, destruindo terras agrícolas, principalmente as destinadas a culturas irrigadas, cortes de estradas e deslizamentos de terrenos. O total da população em situação de insegurança e em risco de insegurança alimentar é de 80.690 pessoas, número inferior ao estimado em outubro de 2009, ou seja, menos 22.660 pessoas afetadas.

Considerando que há segurança alimentar quando as pessoas tem acesso permanente a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável e que o acesso diário aos alimentos depende fortemente do poder aquisitivo, ou seja de rendimentos para comprar os alimentos, encontra-se no horizonte da República de Cabo Verde dois grandes desafios o da implantação do salário mínimo⁷, e, ainda ampliar a rede de proteção de base não contributiva.

Adicionalmente, porém não menos importante, as informações contidas no Censo de 2010 fornecem elementos para um plano de ação que, de modo progressivo e simultâneo, aumente o bem-estar ao atuar positivamente sobre os vetores (agente infectante) das enfermidades, amplie a segurança alimentar e nutricional na perspectiva do direito humano a uma alimentação adequada, designadamente: o direito de não passar fome; o direito ao acesso a água potável; o direito a fonte de energia para cozinhar, etc.

O censo contém um conjunto de indicadores que permitem um acurado exame das condições de vida e bem estar da população cabo-verdiana. São eles: o acesso à água potável, as condições de habitação, de higiene e saneamento básico, as fontes de energia para iluminação e preparação dos alimentos e, ainda a posse de alguns bens que contribuem para o bem estar.

No entanto, examinar as informações do Censo de 2010 em perspectiva, ou seja, as mudanças ao longo da década (2000-2010), incluindo os resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (2012), ou sua dinâmica temporal, permitirá olhar ao passado recente e estimar o quê ainda necessita ser realizado. Será dada especial atenção aos indicadores que incidem diretamente na segurança alimentar e nutricional: água, saneamento (instalações sanitárias, evacuação das águas residuais e dos resíduos sólidos) e acesso à energia.

4.2 - Acesso à Água

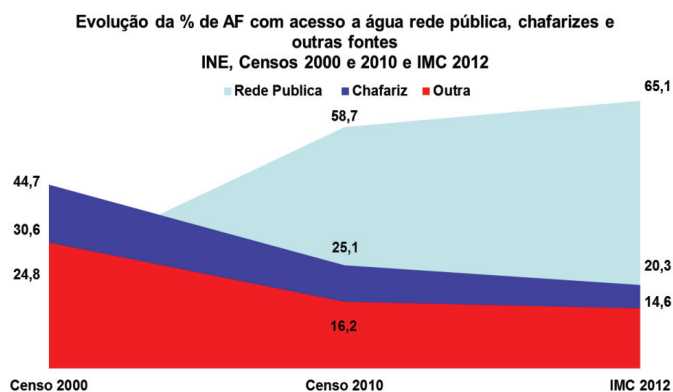
Em 2000, a principal fonte de abastecimento dos agregados familiares era o chafariz (44,7%), tanto no meio urbano como no rural, com essa fonte representando 37,9% e 53,8% respectivamente. A rede pública que em 2000 abastecia apenas 24,8% das residências passou para 58,7% em 2010 e 65,1% em 2012. (ver Gráfico 3).

⁵Inquérito realizado em períodos de 5 ou mais anos abrangendo todo o território nacional.

⁶Inquéritos do ano realizados anualmente no período de outubro a dezembro do ano anterior.

⁷O salário mínimo é previsto na Constituição de Cabo Verde e está em vigor pela primeira vez desde 01/01/2014, com valor de 11.000 escudos caboverdeanos (100 euros), inferior ao salário base na administração pública de 15.000 escudos (136,03 euros) e deverá beneficiar principalmente os empregados do comércio, guardas privados e empregadas domésticas, dentre outras categorias.

Gráfico 3. Agregados familiares segundo a principal forma de abastecimento de água (em %)



Fonte: INE, 2013

Observa-se assim que ao longo da década ocorreu uma expressiva melhoria no abastecimento pela rede pública. O setor urbano cresceu a uma velocidade muito superior ao setor rural (Tabela 5), embora este último tenha saído de um patamar bem inferior em 2000 (7,1%), em 2010 tenha atingido 43%, para em 2012 alcançar 52% das residências no meio rural.

Tabela 5. Agregados familiares segundo a principal forma de abastecimento

	IMC 2012			Censo 2010			Censo 2000		
	Rede Pública	Chafariz	Outra	Rede Pública	Chafariz	Outra	Rede Pública	Chafariz	Outra
Cabo Verde	65,1	20,3	14,6	58,7	25,1	16,2	24,8	44,7	30,6
Urbano	71,7	20,1	8,1	66,7	23,9	9,3	38	37,9	24,2
Rural	52	20,6	27,3	43,3	27,3	29,5	7,1	53,8	39,1

Fonte: INE Inquérito Multiobjetivo Contínuo, 2012

O exame por Concelhos dos dados de 2012, é revelador das desigualdades entre-concelhos com Ribeira Grande e Paúl com índice acima de 80% de cobertura pela rede pública e São Salvador do Mundo com 7,1%. Ao mesmo tempo alguns concelhos evoluem em ritmo muito lento, como é o caso de Boa Vista, que em 10 anos passa de 25% para 29,7% em 2010.

Ainda segundo o IMC 2012 a distribuição dos agregados segundo o hábito de tratamento de água utilizada para beber vindo da mesma fonte através da rede pública indica 49,1% ligação direta à rede pública, 5,9% através de vizinhos, seguida pelo chafariz com 20,3% autotanque 4,8%, nascente 3,3%, poço 1,8%, água engarrafada 12,1% e outros 0,8%. Enquanto no meio urbano de residência, 17,4% utilizam a água engarrafada, no meio rural este percentual é de 1,7%. Na área rural, a água do chafariz responde por 20,8%, a água de nascente por 9,9% e o poço por 5,2% (ver tabela 6). Assim, uma parte significativa da população não tem acesso à água potável, sobretudo, no meio rural e são escassas as informações sobre a qualidade da água.

A disponibilidade de água subterrânea e a distância dos povoados em relação aos pontos de abastecimento, são constrangimentos a serem ultrapassados para melhoria do acesso à água potável em algumas localidades.

O consumo médio, estimado em 2007 no QUIBB, de 50 litros por pessoa por dia nas ligações à rede pública e 15 litros por dia nos chafarizes é condicionado não só pelas disponibilidades mas também pelos preços da água nos chafarizes e nas ligações à rede pública.

Tabela 6. Acesso à água potável

Distribuição dos agregados familiares segundo o hábito de tratamento (uso) da água utilizada para beber vindo da mesma fonte (%)			
Forma de Abastecimento	Cabo Verde	Urbano	Rural
Rede Pública	49,1	50,2	47
Vizinho	5,9	6,7	4,2
Chafariz	20,1	19,8	20,8
Autotanque	4,8	5,3	3,9
Nascente	3,3	0	9,9
Cisterna	2	0,2	5,6
Poço	1,8	0,1	5,2
Água engarrafada	12,1	17,4	1,7
Outros	0,9	0,3	1,7
Total	100	100	100

Fonte: IMC 2012

Em termos gerais, quanto menor a presença da rede pública, maior a participação do chafariz como são os casos dos Concelhos de Boa Vista e São Domingos (mais de 50% utilizam a água do chafariz). No entanto, em São Salvador do Mundo mais de 30% bebem água das nascentes. Vale dizer que nos Concelhos de São Vicente, Sal e Boa Vista, a água engarrafada responde por mais de 20% do total destinado ao consumo humano.

A partir dessas informações é possível afirmar que a água como alimento (não para a produção) ainda é um problema a configurar um certo grau de insegurança alimentar.

A Norma de Qualidade da Água é de fevereiro de 2004 e há estudos de revisão em curso no âmbito do projecto Water and Sanitary Hygienic (WASH), financiado pelo compacto Millenium Challenge Account (MCA). O Laboratório Central do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH)⁸ está devidamente equipado mas não tem meios suficientes (recursos humanos e equipamentos) para a realização dos testes de qualidade. Segundo entrevista realizada em 28/11/2013, os testes estão concentrados em Santiago (70%) e nas demais ilhas está restrito a uma vez por ano e mesmo essa agenda é difícil de ser cumprida, em virtude das distâncias, ou do tempo despendido no traslado do material e seu bom acondicionamento, e a ausência de laboratórios e técnicos nas localidades.

Nas análises realizadas é frequente detectar a presença de coliformes fecais (E. Coli), como indicam os estudo de Gracy Santos Heijblon para a elaboração Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, nitratos e nitritos, a indicar a deterioração da qualidade da água pela presença de matéria orgânica, e, na água dessalinizada é marcante o boro. Em resumo, a água como alimento é um grave problema e certamente responsável por enfermidades relacionadas com os recursos hídricos.

⁸O INGRH foi legalmente extinto e encontrava-se em transição para ANAS aquando dos contactos para a elaboração deste documento.

4.3 - Saneamento

No que se refere ao saneamento, ele será examinado a partir de três indicadores: alojamentos com instalações sanitárias, sistema de evacuação de águas residuais e de resíduos sólidos. A escolha desses três indicadores explica-se pelo impacto que provocam na saúde⁹, no meio ambiente e na segurança alimentar e nutricional. São muitas as enfermidades vinculadas a água e à evacuação das águas residuais, como as parasitoses e doenças infecciosas já comentadas.

A tabela 7 construída com base no Censo de 2010 mostra que cerca de 56% dos alojamentos no meio rural não tinham sanita nem latrina em 2010. Em 2000, 38,7% dos alojamentos, não tinham sanita, mas em 2010, a cobertura passou para 63,6%. Mesmo assim, há um grave problema de bem estar e de saúde pública.

Tabela 7. Alojamentos com instalações sanitárias (em 2010)

ALOJAMENTOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			
	Com sanita	Latrina	Sem sanita nem latrina
Cabo Verde	63,6	0,3	35,2
Urbano	74,7	0,4	24,6
Rural	42,2	1,7	55,9

Fonte: INE. Censo de 2010

Observe-se, na comparação entre os Concelhos, que em Santa Cruz, São Domingo, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande de Santiago mais de 60% dos alojamentos não contam com sanita nem com latrina. Em 2012, conforme o IMC de 2012, ocorreu nova melhora neste aspecto do saneamento com 73,4% dos alojamentos com sanita, embora em 28,3% sem autoclismo.

Em relação às instalações de casa de banho, o défice (Tabela 8) no país é superior a 50% (55,9%), impulsionado pelos alojamentos no meio rural com 75% sem casas de banho.

No entanto, conforme entrevista realizada no Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, em 20/11/2013, estão em curso ações de construção de casas de banho, como o apoio das câmaras municipais e a previsão é zerar o défice em 2030, ou seja nos próximos 16 ou 17 anos. É um tempo muito longo quando se considera o ritmo da melhoria da cobertura na última década - 38,7% em 2000 para 43,8 em 2010 – e 45,3% em 2012 (IMC, 2012).

Tabela 8. Instalações de banho

INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (BANHEIRA COM CHUVEIRO)			
	Sim	Não	ND
Cabo Verde	43,8	55,9	0,3
Urbano	53,6	46,1	0,3
Rural	24,8	75	0,2

Fonte: INE. Censo de 2010

⁹Ver: Lei no. 46/VIII/2013, de 17 de setembro.

Em relação ao sistema de evacuação de águas residuais (Tabela 9), os Concelhos de Santa Cruz, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeirão Grande de Santiago são aqueles em que mais de 60% dos alojamentos não dispõem da rede pública de esgoto, nem de fossa séptica. Considerando a soma de esgoto e fossa séptica, o percentual de cobertura se eleva para 66,8% e pelo IMC esse percentual passou para 73% em 2012.

Tabela 9. Evacuação de águas residuais

SISTEMA DE EVACUAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS			
	Rede pública de esgoto	Fossa séptica	Não tem
Cabo Verde	19,4	47,4	32,9
Urbano	28,8	49,2	21,6
Rural	1,1	44	54,6

Fonte: INE. Censo de 2010

No entanto, a principal forma de evacuar águas sujas da lavagem da roupa, da limpeza e do banho é jogar ao redor da casa (50,6%). A fossa séptica e rede de esgoto respondem por 37,3% e o terceiro principal destino é a natureza. (INE - IMC, 2010)

Em relação ao destino dado ao lixo caseiro (Tabela 10) merecem destaque os alojamentos no meio rural onde mais de ¼ do lixo é jogado na natureza. É possível que hábitos culturais fortemente arraigados e combinados com o precário acesso ou a escassa disponibilidade dos serviços públicos expliquem o fenómeno

Tabela 10. Evacuação de resíduos sólidos

MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO CASEIRO)					
	Colocado em contentores	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrados-queimados	Jogado ao redor da casa	Jogado na natureza
Cabo Verde	56,5	15,6	10,5	5,8	11,11
Urbano	71,7	20,5	4,1	0,9	2,9
Rural	28,2	6,1	23,1	15,4	26,8

Fonte: INE. Censo 2010.

Essas informações colocam na agenda pública, desde qualquer ponto de vista (saúde, segurança alimentar, bem estar social), o tema das infraestruturas de saneamento básico - recolha e tratamento dos resíduos sólidos, e quiçá a sua reciclagem, recolha de águas residuais, ampliação das ligações de rede de água e esgoto e um esforço adicional de redução das desigualdades entre ilhas, entre concelhos e as zonas rurais e urbanas.

4.4 - Energia

Segundo o Censo, em oito Concelhos a principal fonte de energia para cozinhar, acima de 50% , era a lenha, com destaque para Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos, todos acima de 70% e em 2012, os dois últimos permaneceram acima de 70%. Entre 2010 e 2012 (tabela 11) se regista uma pequena melhora na redução do uso da lenha (1%) e uma ampliação no uso do gás.

Tabela 11. Fontes de energia para cozinhar

PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA COZINHAR						
	Censo 2010			IMC 2012		
	Gás Eletricidade	Lenha Carvão	Não Prepara	Gás Eletricidade	Lenha Carvão	Não Prepara
Cabo Verde	70,2	25,6	3,8	73,1	24,7	2,1
Urbano	88,1	7,2	2,6	91,3	6,7	2,1
Rural	35,5	61,5	27,3	37,6	60,3	2,1

Fonte: INE. Censo 2010 e IMC, 2012

A energia para cozinhar não significa a existência de cozinha no interior do alojamento. Segundo o IMC, em 2012, 17,4% dos alojamentos não tinham cozinha nem kitchenette e em 13,3% elas estavam no exterior do alojamento.

Em relação às fontes de energia para iluminação (tabela 12) observa-se que a eletricidade supera as demais fontes tanto no meio urbano quanto no rural. Em alguns Concelhos (Tarrafal, Santa Catarina, Calheta de São Miguel, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos) o uso da vela representa mais de 1/3.

Em 2012, o acesso à eletricidade cresceu 7,5 pontos, o uso da vela caiu cerca de 5 pontos (IMC, 2012) e Tarrafal tornou-se o único Concelho cujo uso da vela permaneceu acima de 30%.

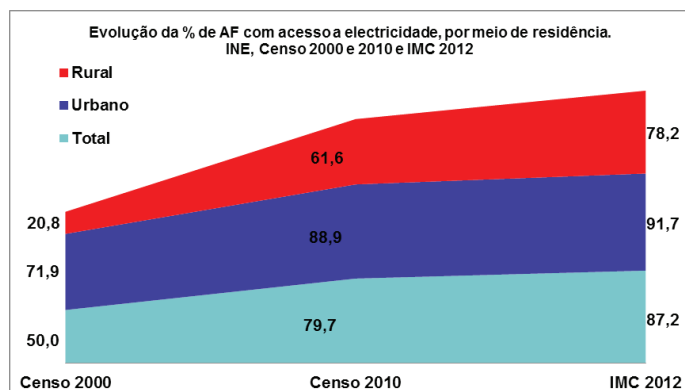
Tabela 12. Principais fontes de energia para iluminação

PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO					
	Eletricidade	Vela	Petróleo	Gás	Outro
Cabo Verde	79,7	15,3	4,4	0,2	0,1
Urbano	88,9	9,1	1,4	0,1	0
Rural	61,7	27,4	10,1	0,3	0,1

Fonte: INE. Censo 2010

A evolução do acesso à eletricidade em percentagem de agregados familiares cresceu de modo expressivo: pelo Censo de 2000, esse percentual representava 50% dos agregados familiares; em 2010 (também Censo) 79,7% e em 2012 (IMC) 87,2%.

Gráfico 4. Evolução do número de agregados familiares com acesso a eletricidade, considerando os Censos 2000 e 2010 e o IMC 2012, em percentagem



Fonte: INE 2013

O exame das condições de vida por meio dos indicadores característicos da situação dos grupos familiares cabo-

verdianos, (habitação, acesso à água de qualidade, saneamento básico, as fontes de energia para a iluminação e preparação dos alimentos, entre outros), assim como os principais indicadores de saúde (mortalidade, morbidade) oferecem elementos para a formulação de um plano de prioridades, ou melhor, ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E, além disso, caminhar de modo progressivo no sentido de garantir o DHAA

4.5 - Bens duráveis

O acesso a alguns bens que contribuem para o bem estar (Tabela 13), para além do conforto e economia de tempo nos serviços domésticos, visa destacar os meios para a conservação (frigorífico, arca congeladora) e processamento dos alimentos (fogão, por exemplo), mas também ao conforto (máquina de lavar roupa) e ao lazer domésticos (TV, CD, DVD).

Tabela 13. Posse de bens e equipamentos dos agregados familiares

POSSE DE BENS E EQUIPAMENTOS DOS AGREGADOS FAMILIARES									
	Frigorífico	Fogão a gás Campigas	Micro-ondas	Arca congeladora	Máquina lavar roupa	TV	Rádio	Leitor CD, DVD, vídeo	Carro
Cabo Verde	58,3	86,5	20,4	10,4	16	73,9	62,3	51,8	12,7
Urbano	69,9	91,5	26,7	12,3	22,4	82,8	66,4	59,6	16,4
Rural	35,7	76,9	8	6,5	3,7	56,6	54,4	36,6	5,7

Fonte: INE, Censo 2010

4.6 - Mercado de Trabalho

A inclusão de indicadores sobre o mercado de trabalho e os rendimentos no item relativo à pobreza e vulnerabilidade esbarrou na ausência de informação sobre rendimentos para compará-los com recursos monetários necessários à aquisição de uma cesta básica de alimentos. O método utilizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Cabo Verde é da melhor qualidade, pois incorpora variáveis relacionadas as múltiplas dimensões da pobreza.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego (último trimestre de 2012) atingiu cerca de 17% da população em idade ativa (Tabela 14). O desemprego foi crescente ao longo da década e mantém a tendência à elevação.

Tabela 14. Taxa de Desemprego: 2000 - 2012

	IMC 2012	Censo 2010	Censo 2000
	%	%	%
Cabo Verde	16,8	10,7	8,6
Urbano	19,1	11,8	11,1
Rural	12,1	8,4	5,4

Fonte: INE. Censos e IMC – Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

Os mais jovens (entre 15 e 24 anos de idade) são os mais atingidos e na média, o desemprego é maior entre as pessoas do sexo feminino, 12,1% contra 9,6% do sexo masculino. Em 2010, São Vicente era líder em taxa de desemprego (14,8%), seguido por Praia (com 11,3%). Em São Vicente, a taxa de desemprego dos jovens é de 29,6% e em Praia é de 25%. Em resumo, conforme o Censo de 2010, o desemprego afeta sobretudo aos jovens, especialmente os do sexo feminino.

Para enfrentar a questão do desemprego juvenil algumas opções podem ser consideradas pelo governo de

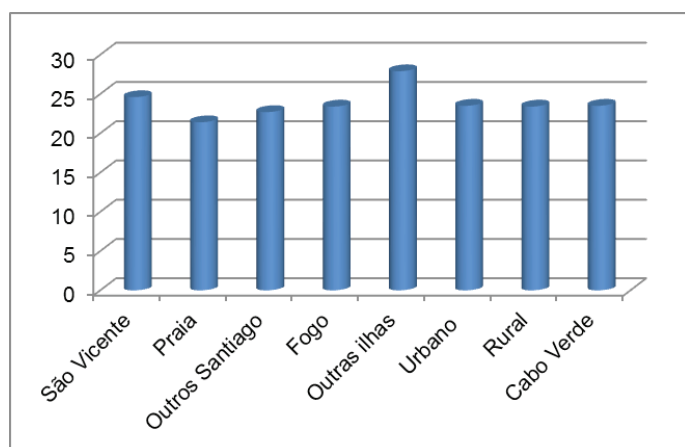
Cabo Verde: a) estimular o retorno dos jovens às escolas, em virtude do elevado percentual daqueles que não estudam nem trabalham, por meio de incentivo monetário condicionado à frequência escolar; b) garantir o depósito de um valor em conta como uma poupança por cada ano de aprovação escolar a ser sacada quando da conclusão de um ciclo escolar (primário e secundário); c) oferecer curso técnico de desenvolvimento rural, também com incentivo monetário com o objetivo de evitar o êxodo ao meio urbano e meios para tornar o trabalho mais rentável e produtivo. Além dessas, podem ser exploradas outras hipóteses que impliquem na concessão de uma bolsa aos jovens, condicionada a elevação da sua escolaridade e que podem também estar atreladas ao desenvolvimento de alguma atividade social (como o acompanhamento nos domicílios das condições de saneamento básico e saúde das famílias, ou de difusores de inovações no meio rural, ou outras), desde que recebam o adequado preparo para o desempenho das tarefas que sejam delegadas.

Em relação ao vínculo na relação de trabalho, conforme o INE, a grande maioria dos empregados em Cabo Verde trabalha sem qualquer vínculo laboral: 73,8 % dos empregados não possuem contrato com o empregador. Os restantes, ou tem algum tipo de contrato (23%), repartidos em contratos a tempo indeterminado (6,2%); em contrato a termo (8,6%); em quadros efetivos (8,5%) e em comissão ordinária de serviços (0,1%), ou o informante não soube responder (2,8%).¹⁰

As elevadas taxas de desemprego aliada à precariedade do emprego e à informalidade no mercado de trabalho (ausência de contrato laboral) tem implicações na proteção social de base contributiva: no cômputo geral somente 35,3% dos trabalhadores são inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – 45,3% dos trabalhadores do meio urbano contra 16,7% no meio rural.

A remuneração mensal no sector informal em Cabo Verde é de 23,5 mil escudos com grande variação entre as ilhas: São Vicente é 24,6 mil escudos, Praia, 21,4 mil escudos, Santiago, 22,7 mil escudos, Fogo, 23,4 mil escudos e outras ilhas 27,9 mil escudos (Gráfico 3)¹¹.

Gráfico 5. Remuneração média do setor informal por localidade (em mil escudos): 2009



Fonte: INE. Relatório. Inquérito ao Emprego e ao Sector Informal (IESI), 2009. Cabo Verde, outubro de 2010. Elaboração própria.

¹⁰INE. IMC - Estatística do Emprego e do Mercado de Trabalho. 2012, p.27

¹¹Na Administração Pública, conforme o novo Plano de Cargas, Carreiras e Salários (PCCS), o piso salarial é de 15 mil escudos (Decreto-Lei No. 9/2013, de 26 de fevereiro).

4.7 - Proteção Social não contributiva

A elevada informalidade presente no mercado laboral significa que expressiva parcela dos trabalhadores e trabalhadoras não estão ao abrigo da proteção social garantida pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). É certo que as remessas dos/as cabo-verdianos (ao redor de 10% do PIB) cumprem um papel importante na proteção social dos familiares aqui residentes e na movimentação econômica nacional. No entanto, considerando que a solidariedade é o princípio fundante da proteção social, importa saber em que consiste a proteção social de base não contributiva garantida pelo Estado.

A proteção social de base não contributiva, a cargo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), é constituída por três pensões - Pensão Básica, Pensão Social de Invalidez e Pensão Social de Sobrevivência – e pelo Fundo Mutualista dos Pensionistas da Assistência Social.

A Pensão Social Básica opera com três critérios para o acesso: (a) idade igual ou superior a 60 anos; (b) rendimento anual de qualquer espécie ou origem inferior ao limiar de pobreza estabelecido pelo INE; (c) não ser abrangido por qualquer regime de segurança social, nacional ou estrangeiro.

A Pensão Social por Invalidez difere da primeira em dois pontos: idade (18 e 60) anos; comprovante de incapacidade permanente para qualquer atividade geradora de rendimento.

A Pensão de Sobrevivência opera com os mesmos critérios da pensão básica, exceto quanto à idade (entre 18 e 60 anos) e acrescenta o que segue: ser cônjuge sobrevivente/companheiro (a), ter vivido em união de facto ou ser herdeiro legal do titular de Pensão Básica ou de Pensão Social de Invalidez. ¹²

O Fundo Mutualista (Decreto-Lei No. 6/2006, de Janeiro de 2006) tem sido dirigido para cobrir total ou parcialmente o custo dos medicamentos - limitados à lista dos medicamentos essenciais, prescritos nas estruturas públicas de saúde - e a conceder o subsídio de funeral no valor de 7 mil escudos.¹³

No que diz respeito aos beneficiários, mais de 80% são pessoas com 60 ou mais anos de idade, os portadores de invalidez incapacitante ao exercício do trabalho respondem por cerca de 15% e a pensão de sobrevivência por 1%.

Tudo indica que a pensão social aos idosos esteja a caminho da universalização uma vez que a participação desse grupo etário na população de Cabo Verde é reduzida (7% do total), quando comparada com a população com idade igual ou inferior a 19 anos (cerca de 50%, conforme o Censo de 2010), e a ainda pela velocidade da implementação dessa modalidade de pensão.

¹²Tem também direito à Pensão Social, o herdeiro legal do pensionista falecido com menos de 18 anos, e as crianças de família pobre, portadoras de deficiência ou de doença crônica incapacitante e que dependem de terceiros para satisfazer as suas necessidades básicas.

¹³Consultar: OIT. A Proteção Social em Cabo Verde: situação e Desafios. Versão Draft, setembro de 2012;. Pacheco, J.F; Valverde, F. D e Lucas, J. Diagnóstico do Centro Nacional de Pensões Sociais de Cabo Verde, maio de 2012.

Em 2007, o número total de pensionistas era 20.471 e em 2010 subiu para 23.014. Em termos do valor do benefício, a pensão não contributiva passou de 3.150 escudos em 2006 para 5.000 escudos em 2010 em termos nominais.

A precária inserção no mercado de trabalho, a predominância do trabalho informal, a elevada taxa de desemprego, sobretudo entre os jovens, e as pensões não contributivas destinadas principalmente aos idosos, o acesso a água potável, ao saneamento básico, a energia, as causas da mortalidade infantil e as enfermidades vinculadas ao que se convencionou denominar doenças negligenciadas da pobreza, colocam na agenda pública a necessidade de políticas e programas destinados ao enfrentamento de tais desafios sob a ótica da ampliação da proteção social, incluindo o direito humano à alimentação adequada.

5 – O Papel da Agricultura Familiar na SAN

A importância da agricultura em Cabo Verde pode ser referenciada não apenas na participação do setor primário em média de 8,5% do PIB nos últimos anos (2007 a 2011), mas, sobretudo pelos 40% das famílias que dela vivem e da geração de mais de 50% das ocupações rurais. Não só a produção agropecuária, como a pesqueira, cumprem o importante papel social de assegurar a segurança alimentar e nutricional para as famílias que se ocupam nestas atividades.

Das 44.506 explorações agrícolas recenseadas em 2004, 99,87% eram do tipo familiar e apenas 56 são caracterizadas como não familiares, incluindo 8 empresas agrícolas, 6 associações de produtores e 1 cooperativa de consumo. O Recenseamento Geral da Agricultura (RGA 2004) aponta que 70% da área total cultivável (44.359 ha) estão distribuídas por pequenas explorações, cujas áreas situam-se entre 0,1 a 1 ha. Apenas 11% do total da área cultivável está associada a explorações com mais de 2 hectares.

Pelos dados do RGA 2004 a agricultura de sequeiro ocupava uma área de 40.295 ha com explorações médias de 1,19 ha. A superfície irrigada ocupava uma área de 2.732 ha com 7.593 explorações em regime de regadio (em média empreendimentos de 3,5 mil m²). O sistema de rega gota-a-gota cobria uma área de 350 ha em 2004.

Esses dados evidenciam que a agricultura em Cabo Verde opera com escalas bastante reduzidas de áreas e explorações, com práticas bastante tradicionais, o que se constata a verificar que a consorciação entre milho e feijão ocupa 95% das terras cultiváveis. Tal modelo não é capaz de gerar os resultados económicos que possibilitem obter a prestação de serviços necessários para possibilitar a ampliação da eficiência, da participação da produção local no abastecimento alimentar e da sua capacidade de gerar dinamismo económico nos territórios onde se localizam. Diante dessas dificuldades estruturais a tendência é de exclusão gradativa dos agricultores do processo de desenvolvimento, aumentando o êxodo e a escalada da urbanização, com todas as consequências indesejáveis que acarreta.

Assim, é preciso empreender políticas que promovam o melhoramento das explorações familiares, com a ges-

tão sustentável dos recursos naturais, a intensificação, diversificação e valorização da produção, com enfoque no fortalecimento da investigação agrária, estímulo às atividades rurais inovadoras, competitivas e rentáveis, de modo que amplie sua contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a redução da pobreza.

Uma das linhas fundamentais para o alcance destes objetivos é o estímulo a adoção de sistemas de produção agro-silvo-pastoris, que adequados às condições específicas das ZAE, tornam a produção mais resistente às dificuldades do clima e do relevo. As características singulares do território cabo-verdiano criam condições para o fomento ao desenvolvimento do turismo rural, como opção de ocupação e renda para os agricultores.

A substituição gradual de milho por outras culturas com maior potencial produtivo e valor, como os tubérculos, raízes e a fruticultura, pode representar uma opção para a melhoria da renda. Há algumas fileiras como o café, a uva e o leite que pelo seu potencial de rendimento e especificidades ligadas a fatores locais e naturais, podem se tornar importantes oportunidades. Alguns são inclusive considerados como sendo de grande tradição nacional e qualidade reconhecida a nível mundial, podendo ser produzido de forma orgânica e biológica. Estas podem ser objeto de intervenções com vista à organização da cadeia de valor, de modo a consolidar atributos importantes visando à valorização dessa produção.

Em linhas gerais as possibilidades de intensificação, diversificação e valorização da produção indicam que as políticas a serem empreendidas devem, não obstante os avanços já verificados, reforçar intervenções em vários domínios, nomeadamente a investigação agrária, que façam da agricultura familiar em Cabo Verde uma atividade de alto grau de especialização e tecnificação, direcionada para fileiras nas quais possua vantagens comparativas mais notáveis. Em alguma medida este é um caminho que já vem sendo trilhado.

As políticas adotadas pelo governo recentemente levaram a maior adoção de tecnologias de produção com a expansão da irrigação, dos cultivos protegidos e da produção hidropônica. Um indicador dessa tendência é que as áreas com irrigação cresceram em mais de 33% entre 2004 e 2010. As alterações na forma de exploração agrícola são significativas, como a expansão da irrigação e a substituição de sistemas tradicionais pelo gota-a-gota, que em 2010 atingiu cerca de 800 ha, o que significa um aumento de 128% em 6 anos. A rega gota-a-gota promove o uso mais racional da água. A preservação e o uso adequado dos recursos hídricos devem ser um dos principais valores a serem cultuados pela agricultura em Cabo Verde.

O documento “Diagnóstico da implementação dos instrumentos estratégicos PEDA – PNIA (2005 - 2012)” de outubro de 2013, é uma referência importante para compreender o processo de evolução da agricultura no país, ao disponibilizar informações sobre a agricultura irrigada e a instalação de estufas e produção hidropônica, as quais são reproduzidas na Tabela 15, a seguir. O documento

ênfatisa, de igual modo os ganhos da investigação agrária nos últimos 10 anos e que consistiram na seleção e criação de variedades de raízes e tubérculos e hortícolas mais ricas em proteínas e mais resistentes a pragas e doenças e mais adaptadas às condições agroecológicas de Cabo Verde. O INIDA tem actualmente uma lista de variedades recomendadas para cultivo no país, que inclui 38 espécies e 125 variedades hortofrutícolas e raízes e tubérculos, sendo 121 variedades testadas nos 2 últimos anos (2012 e 2013). A lista de variedades inclui 13 variedades de hortícolas, com melhor desempenho, criadas no País e que têm contribuído para o aumento e diversificação da produção agrícola durante o ano, contrariamente ao que antes se verificava em que a produção de hortícolas se restringia a alguns meses mais frescos do ano.

Tabela 15. Áreas e unidades de irrigação, estufas e hidropónia, por ilhas produtoras

Tipo de exploração	Unidade	Santiago	Santo Antão	Fogo	São Vicente	Maio	Brava	Boa vista	São Nicolau	TOTAL
Áreas irrigadas	ha	1.869	1.418	52	74	60	41	23	107	3.643
Áreas irrigadas (regime temporário)	ha	328	18	0	0	40	20	0	13	419
Áreas irrigadas (regime permanente)	ha	1.538	1.400	52	74	30	20	0	93	3.207
Áreas irrigadas (rega gota-a-gota)	ha	1.136	91	52	54	27	14	20	75	1.469
Estufas	Nº	18	4	11	13	1	3	58	7	115
Área cultivada (com estufas)	M²	6.450	1.600	2.700	10.000	500	1.270	560	7.670	30.750
Hidropónica	Nº	53	0	0	2	0	1	1	0	57
Área ocupada (hidropónia)	M²	6.700	0	0	600	0	500	1.500	0	9.300

Fonte: Relatório PEDA PNIA 2013

Maiores graus de tecnologia que se verificam principalmente no Sal, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Santiago, visam proporcionar não só maior resistência a choques climáticos como o aumento da rentabilidade e a produção de qualidade, com maior disponibilidade de produtos ao longo do ano.

Essa evolução tecnológica tem suscitado o estímulo ao agronegócio, envolvendo a produção, processamento e a comercialização. Importante que as ações de estímulo à intensificação não impliquem no uso mais intensivo (não racional) dos recursos naturais e no uso indiscriminado de agrotóxicos. O baixo uso desses produtos em Cabo Verde é um dos diferenciais de sua agricultura, o qual deve ser preservado e valorizado.

Sob a égide de uma agricultura diferenciada, de qualidade, em harmonia com os recursos ambientais, deve-se buscar a superação das ineficiências ligadas à produção mediante novas espécies e variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e melhor adaptadas às condições climáticas e ao ambiente.

A massificação de técnicas de microirrigação, ainda que ocorra em empreendimentos de pequena escala e de forma artesanal deve estimular sistemas de produção sustentáveis, diversificados, capazes de proporcionar

maiores rendas, se adequar a nichos de mercado e privilegiar o enfoque qualitativo. A introdução de novas tecnologias de produção não pode implicar na exclusão de agricultores familiares tradicionais, devendo privilegiar a apropriação das inovações principalmente pelos mais jovens, mais receptivos às mudanças.

Ainda que se possa vislumbrar o surgimento de um setor empresarial ligado às culturas hortícolas e que seja estimulado o empreendedorismo rural é importante que haja a valorização e o reconhecimento formal dos produtores familiares¹⁴, de modo a não só realçar sua importância para a segurança alimentar e nutricional da população como também destacar sistemas e modos de produção sustentáveis. Esse reconhecimento deve contribuir para que sejam fortalecidos e estimulados, podendo ser destinatários de políticas discriminatórias positivas, criando capacidade para influenciar na elaboração e na tomada de decisões em políticas públicas. Outro objetivo deve ser ampliar a participação das mulheres nos espaços de formulação das políticas, dado seu papel relevante nos sistemas de produção agropecuária.

A atualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional pode ter papel importante ao contemplar ações capazes de reduzir o êxodo rural e fortalecer o protagonismo dos jovens, estimulando sua permanência no meio rural e evitando que sigam para as áreas urbanas pressionando o mercado de trabalho. Essas ações podem envolver iniciativas de transferência direta ou indireta de renda, com a concessão de bolsas, com condicionalidades voltadas para o estímulo a ampliação da escolaridade. As contrapartidas dos jovens poderiam estar relacionadas ao desempenho de atribuições voltadas para a melhoria das condições de saúde nas áreas rurais (verificação da adoção de medidas de atenção básica a saúde) e promotoras de inovações tecnológicas e nos sistemas de manejo agropecuário no meio rural. O exercício dessas atribuições seria necessariamente precedido por processos de capacitação.

Dentre os desafios de inserção dos pequenos produtores no centro dos processos de desenvolvimento local e da ENSAN está o equacionamento da questão fundiária, que em Cabo Verde, dadas a baixa disponibilidade de terras agricultáveis e as pequenas dimensões das explorações agropecuárias, há que se dar especial atenção ao tema do parcelamento mínimo dos imóveis rurais, evitando a inviabilidade de suas explorações econômicas.

Aliado ao tratamento das questões fundiárias deve ser dedicada atenção ao acesso dos agricultores aos demais recursos produtivos, notadamente a água, bem como ao crédito, aos avanços da investigação agropecuária, a extensão rural (preferencialmente articulada com políticas voltadas para a manutenção dos jovens no meio rural).

A intensificação da produção agrícola deve estar integrada com a ampliação do acesso aos mercados, o que requer maior articulação com as demandas dos seus diferentes tipos: nacional; turístico; e, da diáspora. O mercado nacional deve incluir as compras públicas e o estímulo aos

¹⁴O reconhecimento formal dos produtores familiares pode incluir também os cerca de 3.900 pescadores artesanais atuantes em Cabo Verde, extrativistas e outras populações tradicionais do meio rural.

chamados “circuitos curtos de abastecimento”, nos quais o planeamento reduz intermediações e movimentações desnecessárias dos alimentos, o que se coaduna com as características geográficas do país. Estes elementos são básicos para uma política de abastecimento alimentar inovadora.

A consolidação de um modelo agro ecológico de produção, com mecanismos locais de distribuição dos alimentos e a existência de mercados agrícolas mais justos é uma construção a ser iniciada a partir do PANSAN. Sua formulação requer a identificação dos produtos, da produção e sua localização assim como os potenciais consumos institucionais, atuais e previstos ao nível nacional e local. Também devem ser identificadas ações iniciais e discutidas as possibilidades de programa e orçamento inter-setorial, voltados para as compras locais.

Uma alternativa concreta é a coordenação entre ações de aumento da produção familiar e de melhoria nutricional da alimentação fornecida pelas cantinas escolares que prevê, entre outras ações, uma refeição quente (por dia) para os alunos. No entanto, é bom destacar que a agricultura familiar não terá o protagonismo que se espera, sem que seja ampliado o seu planeamento de produção e que sejam definidos padrões de qualidade e mecanismos que o assegurem, como o controle fitossanitário e a conveniência da adoção de mecanismos de certificação.

O planeamento da produção é fundamental para o atendimento das demandas do mercado. Devem ser consideradas prioritárias iniciativas para melhoria quantitativa e qualitativa de dados relativos a agricultura e aos produtores familiares, que se constituem em ferramentas importantes para apoiar o processo de planeamento.

Aprofundar a identificação e a avaliação (com base no DHAA) das políticas, instrumentos, orçamentos e quadro legal relacionados com essas estratégias anteriormente sugeridas, em particular, as relacionadas com o acesso a terra e outros recursos naturais, crédito, assistência técnica, comercialização e programas sociais, deve ser uma das proposições fundamentais da ENSAN.

Uma agricultura moderna, sustentável e competitiva capaz de satisfazer e responder aos desafios da segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza só será exequível, através do reforço dos mecanismos de coordenação e participação existentes. Neste sentido devem ser estimuladas novas iniciativas que integrem uma agenda visando o reforço da governança para a SAN com participação das múltiplas partes interessadas. Neste contexto deve ser reforçada a participação dos produtores familiares, em particular, das mulheres rurais e suas organizações.

6 - Políticas de SAN em Cabo Verde

A Segurança Alimentar é considerada uma questão prioritária em Cabo Verde, sendo componente importante dos sucessivos planos de Governo, desde a independência. Dadas as peculiaridades geográficas o país convive com um défice produtivo alimentar estrutural que colocou este tema na ordem do dia.

Após a independência o Estado passou a intervir diretamente no mercado mediante a criação de uma

empresa pública (a EMPA) para garantir a segurança alimentar, realizando as importações e a distribuição regular e preços uniformes em todo o território nacional. Esta empresa fazia a gestão da ajuda alimentar da cooperação internacional em cereais e outros produtos alimentares de grande consumo no mercado e as receitas da comercialização revertiam ao Estado para financiamento de projetos de desenvolvimento ligados à área rural fundamentalmente. Complementarmente, as ajudas da cooperação internacional destinadas a grupos de maior risco de insuficiência alimentar por falta de meios de subsistência, idosos, portadores de deficiência impossibilitados de trabalhar, crianças em idade escolar eram doados e gerida pela agência internacional PAM então existente. Às populações do mundo rural que têm a produção agrícola como único meio de subsistência, em períodos de seca eram beneficiadas com a intervenção governamental através de programas de emergência, com trabalhos nas frentes de alta intensidade de mão de obra (FAIMO).

Com o desenvolvimento económico e social do país, nos anos 90 do século passado registraram-se profundas reformas no setor económico e financeiro, com o desengajamento do Estado do setor do comércio de alimentos.

O primeiro estudo sobre a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar de Cabo Verde foi realizado em 1981/82 e visava apresentar um plano que pudesse indicar a via para tornar o país mais autosuficiente em termos de alimentos e melhorar o acesso aos grupos de rendimentos mais baixos. Nos sucessivos planos quinquenais do país até 1995 estiveram presentes como vertentes da segurança alimentar, abastecimento, acesso aos alimentos e emprego no mundo rural.

No Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1997 – 2000) havia um Programa de Alimentação e Segurança Alimentar que apresentava as linhas de atuação governamental (subprogramas) voltados para a informação e gestão da segurança alimentar, a sua garantia e melhoria, a garantia da qualidade e inocuidade dos alimentos, a educação alimentar e nutricional e a assistência alimentar aos grupos vulneráveis.

Posteriormente foi elaborado o documento da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (com vigência de 2002 a 2015) tendo sido objeto de 3 ciclos de planificação. O 1º ciclo correspondeu ao Programa Quinquenal de Segurança Alimentar e abrangeu o período 2003 – 2007. Neste 1º PNSA os principais desafios que se apresentavam estavam relacionados ao: i) equilíbrio entre o crescimento demográfico e económico; ii) transformação da agricultura e desenvolvimento rural; iii) melhoria do funcionamento do mercado e o papel do privado; iv) os desafios da segurança alimentar e a pobreza e vulnerabilidade; e, v) a gestão da segurança alimentar. O 2º Ciclo da planificação se deu com o PNSA 2007 - 2011 que buscou estabelecer a interconexão entre o global e o local e incorporar a visão de sustentabilidade, tratada como a resistência a crises e impactos externos, além da preservação de recursos naturais. Essa abordagem possibilitaria centrar as ações nas estratégias de vida duráveis das populações,

promover a convergência dos setores em torno de temas comuns, aproximar os parceiros e, gerar capacidade para uma reação rápida em situações de mudança.

Apesar de não haver um plano nacional de SAN para vigorar a partir de 2011, isto não significou que o governo deixou de atuar em SAN. Pelo contrário, muitas ações desenvolvidas a partir do PNSA 2007 - 2011 tiveram continuidade, sendo complementadas pelo PNIA, que desenvolve uma série de ações de importância para a SAN, como as voltadas para o aumento da produção agropecuária, o incremento das pescas e a gestão dos recursos hídricos, com a mobilização de águas que está promovendo significativas alterações na produção agroalimentar de Cabo Verde. Por outro lado, o subprograma do PNIA sobre a Prevenção e Gestão de Crises Alimentares e Outros Desastres Naturais foi transposto para o DECRP III.

A evolução da concepção de SAN (abordada no item 2 deste documento) representou avanços significativos para o tratamento do tema, ao incorporar uma visão holística e uma abordagem crescentemente inter-setorial, com o desenvolvimento de políticas públicas que contribuíram para a SAN da população de Cabo Verde¹⁵. No entanto, ainda verificam-se alguns constrangimentos como a reduzida prioridade dada à coordenação das ações, a existência de poucas ações capazes de integrar as principais dimensões da SAN e a limitada integração de políticas, como de resto se verifica também nos demais países que integram a CPLP¹⁶.

As diretrizes para esta atualização da ENSA ao horizonte 2020 referem-se a problemática da agricultura familiar, seu reconhecimento e importância para a SAN, a maior relevância para a questão nutricional, e as condições necessárias para a realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA). Com esta atualização o documento passa a ser denominado como Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – ENSAN 2020.

7 – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

7.1 – Princípios

A ENSA 2002 – 2015 foi elaborada de forma bastante consistente, com base num processo participativo, que resultou no documento sólido, que se mantém atual e cujas linhas de atuação devem ser preservadas. Na sua formulação foram estabelecidos 3 princípios norteadores. O primeiro tratou da responsabilidade pública da segurança alimentar, considerando que numa economia de mercado, cabe ao Estado exercer o papel de catalisador, facilitador e regulador do desenvolvimento e manter a função social de garantir a segurança alimentar para a população, dedicando uma especial atenção aos grupos vulneráveis.

¹⁵Para maiores detalhes quanto as ações de san executadas recentemente em cabo verde pode-se consultar o “Relatório de Avaliação PNSA 2007 – 2011”.

¹⁶Para maiores detalhes consultar o documento “Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP” de dezembro de 2012.

O segundo princípio, voltado para a integração da gestão da segurança alimentar nos processos de descentralização e de reforma do Estado tratava da descentralização e da partilha das responsabilidades com estruturas e órgãos locais, de forma a criar um ambiente propício à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e uma melhor governação da SAN, mediante a mobilização dos atores e a criação de melhores condições de concertação e responsabilização na concepção, execução, seguimento e avaliação das estratégias de SAN.

O terceiro tratava da promoção da participação da população e das comunidades, assegurando a implicação efetiva de todos os atores e a responsabilização das coletividades locais, na busca sistemática por confiar a responsabilidade das ações e programas aos atores mais pertinentes e interessados nos resultados.

Estes princípios não perderam a sua validade ou atualidade, no entanto, ao mesmo tempo devem ser agregados outros, quais sejam:

- a) Participação: inclusão dos atores pertinentes e dos grupos vulneráveis para os espaços de discussão das políticas de SAN, inclusive aqueles marginalizados nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas de seu interesse;
- b) Transparência: é necessário que os processos políticos por parte do Estado sejam transparentes;
- c) Empoderamento: as pessoas devem ser dotadas de informação, conhecimento e instrumentos para que possam reivindicar os seus direitos;
- d) Prestação de contas: é obrigação do Estado e demais atores envolvidos, prestar contas da sua responsabilização pelas suas ações.

Estes princípios devem ser fortalecidos num ambiente em que não haja discriminação, com a garantia dos direitos humanos a todos, sem qualquer tipo de distinção, sendo tratados com respeito e dignidade. As pessoas não devem ser tratadas como meros objetos das políticas, mas sim titulares de direitos. Isto deve se dar num Estado de Direito, pilar fundamental da legalidade; no qual tanto os indivíduos como o Estado e os poderes públicos atuem de acordo com as normas jurídicas. Sob esses princípios as políticas de SAN podem ser desenvolvidas de forma transversal e intersetorial na direção da garantia do DHAA.

7.2 – Objetivo geral

A ENSA estabeleceu como objetivo geral “Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas”. A este objetivo geral é importante agregar outros componentes fundamentais, como o da estabilidade no acesso aos alimentos, de modo que as pessoas, estando livres da fome possam assegurar de forma progressiva os seus demais direitos. O acesso aos alimentos é um dos fatores fundamentais que concorrem para a paz e a estabilidade social.

A realização do DHAA também pressupõe a articulação intersetorial das políticas e programas que guardam

relação com a SAN, ou que são importantes para a sua realização, possibilitando melhores condições de saúde, mediante acesso ao saneamento básico, por exemplo. Um terceiro componente relevante diz respeito ao conceito de alimento seguro, que não ocasiona danos à saúde humana e a integridade do consumidor.

Desta forma a proposta é que o objetivo geral atualizado da ENSA seja:

“Assegurar o acesso permanente e estável da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, possibilitando que possa realizar seu direito humano à alimentação adequada”.

7.3 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos representam a base das linhas de intervenção (consubstanciadas em programas e projetos) que deverão possibilitar o alcance da segurança alimentar e nutricional. São os seguintes os objetivos estratégicos propostos:

1. Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA;

2. Contribuir para a melhoria das condições de acesso à água, ao saneamento básico e outros componentes de bem estar pelos agregados familiares;
3. Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens;
4. Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos;
5. Desenvolver ações de prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos alimentares saudáveis.

7.4 – Ações prioritárias e linhas de intervenção

É apresentado a seguir o quadro síntese da ENSAN que para cada um dos seus objetivos estratégicos apresenta as ações prioritárias, as linhas de intervenções, o responsável, os outros intervenientes eventuais parceiros e os resultados esperados.

Quadro 1. Ações prioritárias, linhas de intervenção, órgãos envolvidos e resultados esperados para os objetivos estratégicos definidos na ENSAN 2020				
Objetivo estratégico 1: Reforçar o quadro legislativo e institucional para consolidar a SAN e assegurar a realização do DHAA				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros Intervenientes/parceiros	Resultados esperados
1.1 Reconhecer na legislação o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)	1.1.1 Introdução do DHAA na Constituição de Cabo Verde	MDR CNDHC	SNSAN; MJEDRH; MS FAO, CNDHC, Parlamento	O DHAA contemplado na Constituição Cabo-verdiana e sua realização incorporada ao conjunto de políticas públicas.
	1.1.2 Elaboração de proposta de Lei de Base da Segurança Alimentar e Nutricional	SNSAN/MDR	MJEDRH; MS FAO	Lei de Base da SAN aprovada e em vigência.
1.2 Boa governança da SAN com o CNSAN efetivo e funcional	1.2.1 Construção de uma agenda do CNSAN; Mobilização e disseminação de informações entre os conselheiros	CNSAN	Todos os órgãos que integram o CNSAN	CNSAN capaz de promover a articulação intersetorial e a governança em SAN. Orçamento adequado ao funcionamento do CNSAN
1.3 Implementação da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SAN)	1.3.1 Discussão e atualização do projeto da Rede SAN e buscar recursos para viabilizar a sua implementação 1.3.2 Criação de um grupo de trabalho no CNSAN para implementação da Rede SAN 1.3.3 Estruturação da Rede com alargamento a todos os municípios e capacitar os colaboradores 1.3.4 Implementação da Rede SAN em todas as localidades previstas	CNSAN SNSAN	MDR e suas Delegações Demais Ministérios e suas Delegações Câmaras Municipais	Rede SAN implementada e funcional nos 3 níveis (nacional, regional e local/municipal), dotada de capacidade de execução das ações da SAN de modo descentralizado.
1.4 Empoderamento do SNSAN	1.4.1 Reforço da capacidade técnica e financeira do SNSAN de acordo com suas novas atribuições 1.4.2 Definição da sistemática de seguimento e avaliação do PANSAN 1.4.3 Divulgar e dar visibilidade do SNSAN 1.4.3 Criação e disponibilização de base de dados e informações estratégicas de SAN (SISAN)	MDR	CNSAN SNSAN FAO	Equipa capacitada e estrutura adequada para o desempenho das atribuições; Reconhecimento e legitimidade de atuação do SNSAN; Base de dados e informações de SAN (SISAN) funcional e disponível para dar suporte a atuação da SNSAN.

1.5 Estruturar o Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	<p>1.5.1 Tornar funcionais os 3 módulos revistos no SISAN: mercado agrícola e abastecimento (stocks, importação e preços); situação nutricional; e, acesso (físico e financeiro) e vulnerabilidade social</p> <p>1.5.2 Definição de responsabilidades dos intervenientes do SISAN nos processos de recolha, alimentação, tratamento e divulgação dos dados</p> <p>1.5.3 Promoção da articulação dos módulos que integram o sistema</p>	MDR ARFA MS MJEDRH	Câmaras Municipais Delegações Regionais Associações Comunitárias Organizações da sociedade civil e ONGs	SISAN funcional e permanentemente atualizado, em todos os seus módulos; Relatórios de análises produzidos periodicamente para subsidiar os trabalhos do CNSAN.
Objetivo estratégico 2: Contribuir para a melhoria das condições de acesso a água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros Intervenientes	Resultados esperados
2.1 Melhorar o acesso á água	<p>2.1.1 Ampliação do acesso a água</p> <p>2.1.2 Assegurar a implementação das normas de outorga e cobrança pelo uso de água</p> <p>2.1.3 Estabelecimento de mecanismos locais de gestão de recursos hídricos (por bacias)</p> <p>2.1.4 Aprimoramento dos processos de controlo de qualidade da água</p> <p>2.1.5 Instituição das tarifas sociais justas e equalizadas pelo uso da água em todas as ilhas</p> <p>2.1.6 Educação para o uso sustentável, racional e o reaproveitamento da água</p>	ANAS	MJEDRH; MS; MAHOT; MDR Câmaras Municipais ONGs	<p>A percentagem de famílias com acesso á água é aumentada em todas as ilhas, tanto no meio rural como no urbano¹;</p> <p>A gestão do uso dos recursos hídricos é aprimorada, ampliando a racionalidade e o controlo da qualidade no uso;</p> <p>Água potável de melhor qualidade disponível para a população</p>
2.2 Massificar e melhorar as infraestruturas de saneamento (casas de banho, tratamento de resíduos, recolha de lixo)	<p>2.2.1 Construção de casas de banho, principalmente na zona rural</p> <p>2.2.2 Instalação de infraestruturas de saneamento básico</p> <p>2.2.3 Ligação domiciliária à rede de esgoto</p>	Câmaras municipais	MJEDRH; MS; MAHOT ANAS Associações comunitárias	<p>A percentagem de famílias com casas de banho em casa é aumentada;</p> <p>Infraestruturas de saneamento instaladas, sobretudo no meio rural.</p>
2.3 Ação básicas de saúde (preventiva e de acompanhamento) executadas em caráter permanente junto às famílias	<p>2.3.1 Estruturação de sistemática de atenção básica as questões sanitárias e de saúde junto às famílias</p> <p>2.3.2 Instituição de serviço de acompanhamento de boas práticas de higiene e saúde nas habitações (preferencialmente pelos jovens)</p> <p>2.3.3 Estabelecimento de sistemática de seguimento e avaliação dos indicadores de saneamento e saúde</p> <p>2.3.4 Desenvolvimento de ações de comunicação social pública voltadas para a sensibilização e educação sanitária da população</p>	MS	MJEDRH; MAHOT; MDR Câmaras Municipais Associações comunitárias	<p>Melhoria dos indicadores das doenças negligenciadas da pobreza²;</p> <p>População conscientizada quanto as questões sanitárias e ambientais;</p> <p>Sistema de atenção básica á saúde e saneamento básico instituído.</p>
2.4 Melhorar o acesso a energia elétrica	<p>2.4.1 Ampliação da rede de distribuição da energia</p> <p>2.4.2 Regulamentação da tarifa social de energia</p>	Ministério do Turismo, Indústria e Energia	Câmaras Municipais Associações comunitárias MJEDRH	<p>O acesso á energia elétrica é ampliado e distribuído de forma mais equilibrada entre as ilhas;</p> <p>Ligações clandestinas de energia minimizadas.</p>
2.5 Reduzir o uso de lenha (onde não for sustentável) na preparação dos alimentos	<p>2.5.1 Apoiar pesquisas e disseminar o uso de fogões mais eficientes</p> <p>2.5.2 Apoiar iniciativas de produção de biogás e reaproveitamento de matérias primas para energia</p> <p>2.5.3 Desenvolvimento de políticas de florestação, reflorestação e manejo sustentável dos recursos florestais</p>	MJEDRH MTIE MDR	MAHOT	<p>Uso da lenha para preparo dos alimentos minimizada;</p> <p>Desmatamento reduzido.</p>

¹Dados do PAGIRE de 2010 apontam 100% de ligação à rede no meio urbano e no meio rural 90% das residências com ligação à rede pública e 10% em chafarizes²Doenças causadas por um conjunto de agentes infecciosos e parasitários (vírus, bactérias, protozoários e helmintos).

Objetivo estratégico 3: Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens

Ações prioritárias	Linhas de Intervenção	Responsável	Outros Intervenientes	Resultados esperados
3.1 Promover uma agropecuária e as pescas sustentáveis, produtivas e diversificadas	<p>3.1.1 Reconhecimento da agricultura e da pecuária familiar e definição de políticas de incentivo aos agricultores familiares e pescadores artesanais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acesso a terra: regulamentação da legislação fundiária e de parcelamento mínimo; - acesso a água: melhor aproveitamento das águas, infraestruturas de conservação, ampliação do sistema de rega gota-a-gota e regularização da outorga da água; - assistência técnica: reformulação e ampliação da prestação desse serviço; - acesso a outros fatores de produção nomeadamente sementes, pesticidas, raças melhoradas - inovação: disponibilização dos resultados das investigações aplicadas aos agricultores familiares e pescadores; - crédito: ampliação do acesso; - organização: apoio e incentivo a criação de cooperativas e associações de produtores e pescadores; - compras locais: ampliação de mercado; <p>3.1.2 Melhoria das condições e recursos para as pescas, nomeadamente embarcações</p>	MDR ANAS Novo Banco e microcrédito (ONG) MED FICASE INDP Direção Geral dos Recursos Marinhos	Associações comunitárias Cooperativas ARAP INIDA Quartéis Hospitais Universidades	<p>A agricultura familiar e a pesca artesanal é reconhecida, valorizada e incentivada;</p> <p>A produção agrícola e das pescas é aumentada e diversificada;</p> <p>Cooperativas e associações de produtores e pescadores são criadas ou reativadas;</p> <p>Acesso ao crédito adequado para agricultores familiares e pescadores artesanais ampliado;</p> <p>Disponibilização de assistência técnica de qualidade e de resultados de investigações agrícolas aplicadas ampliado;</p> <p>Aquisições locais de alimentos dos agricultores familiares e pescadores artesanais ampliado;</p>
3.2 Promover uma população rural jovem ativa	<p>3.2.1 Criação de bolsas para jovens em apoio a extensão rural (para atuarem como agentes de inovação e desenvolvimento rural)</p> <p>3.2.2 Criação de incentivos para jovens empreendedores rurais</p> <p>3.2.3 Incentivo a permanência do jovem no meio académico, privilegiando o ingresso nas áreas da agricultura, pecuária, pescas e afins</p> <p>3.2.4 Ampliação das oportunidades de ocupação e renda no meio rural</p> <p>3.2.5 Melhoria das condições do crédito destinado a jovens para investimentos no meio rural</p>	MDR e MJE-DRH	MED FICASE ADEI	<p>O êxodo rural é diminuído ou estagnado</p> <p>O número de jovens no ensino superior (principalmente para áreas da agricultura, pecuária, etc.) é aumentado;</p> <p>A taxa de desemprego no meio rural é diminuída;</p> <p>A escolaridade dos jovens no meio rural é ampliada;</p> <p>Novos empreendimentos de jovens no meio rural são criados.</p>
3.3 Agregar valor a produção agropecuária e das pescas	<p>3.3.1 Incentivos as tecnologias inovadoras de rega e de produção sustentável (estufa, rega gota-a-gota, agro-ecologia, recuperação de solos, compostagem, biofertilizantes, etc.)</p> <p>3.3.2 Incentivo as tecnologias de integração agropecuária e outros sistemas de produção sustentáveis</p> <p>3.3.3 Ampliação do processamento, embalagem e beneficiação da produção</p> <p>3.3.4 Estruturação adequada das redes de conservação, inclusive de frio</p> <p>3.3.5 Estruturação e funcionalidade dos centros de pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal e da produção animal</p> <p>3.3.6 Certificação de qualidade de produtos locais, incluindo os de nicho e pescados</p> <p>3.3.7 Promoção do consumo de alimentos locais para diferentes mercados</p> <p>3.3.8 Reforço da legislação alimentar para melhor defesa do consumidor e da saúde pública</p> <p>3.3.9 Fomento da aquicultura e maricultura e aquaponia³</p>	MDR DGP ARFA	ADEI IGQ INIDA INDP UNI-CV	<p>Produção agropecuária inovadora, tecnificada e produtiva;</p> <p>Centros pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal estruturados e bem geridos;</p> <p>Os produtos locais e as pescas são certificados e levados ao mercado com maior qualidade;</p> <p>Regulamentação de aspetos sanitários das operações da cadeia alimentar;</p> <p>A importação de alimentos é diminuída.</p>

³Aquaponia é a combinação integrada de hidroponia com aquacultura baseada no aproveitamento do ciclo de nitrogénio.

3.4 Promover os circuitos curtos de abastecimento	<p>3.4.1 Ampliação da participação da produção dos agricultores familiares e pescadores no mercado local, do turismo e institucional</p> <p>3.4.2 Promoção do consumo de alimentos locais</p> <p>3.4.3 Melhoria nos mercados municipais e incentivo a criação de formas inovadoras de comercialização</p> <p>3.4.4 Aumento da proteção social dos comerciantes informais de alimentos</p> <p>3.4.5 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a sensibilização e capacitação dos comerciantes informais de alimentos</p> <p>3.4.6 Melhoria das infraestruturas dos mercados municipais e das condições de armazenamento e transporte de frios</p>	MDR	<p>Camaras Municipais</p> <p>ADEI</p> <p>ARFA</p> <p>Delegações do MDR</p>	<p>Mercados municipais ampliados e estruturados;</p> <p>Ingresso de informais no sistema de proteção social ampliado;</p> <p>Capacitação dos trabalhadores informais ampliada.</p> <p>Perdas no transporte de produtos reduzida</p>
3.5 Abertura de mercados institucionais	<p>3.5.1 Promoção do consumo de alimentos locais nas instituições estatais (escolas, presídios, hospitais, etc)</p> <p>3.5.2 Apoio à criação de cooperativas e associações de produtores</p> <p>3.5.3 Adequação da legislação das aquisições públicas ao setor alimentar</p> <p>3.5.4 Estímulo a celebração de contratos de produção, possibilitando seu maior planeamento</p>	MDR DGP	<p>ARAP</p> <p>MED</p> <p>FICASE</p> <p>MS</p>	<p>Participação da produção local nos mercados institucionais ampliada;</p> <p>Organização económica de agricultores familiares e pescadores artesanais ampliada;</p> <p>As importações de alimentos são diminuídas;</p> <p>Legislação das aquisições públicas adequada às condições da produção local;</p>
3.6 Incentivo ao desenvolvimento da investigação	<p>3.6.1 Desenvolvimento de investigação aplicada para agricultores familiares e pescadores artesanais</p> <p>3.6.2 Equacionamento da questão do financiamento das investigações possibilitando desenvolver tecnologias apropriadas aos pequenos agricultores e pescadores</p> <p>3.6.3 Ampliação da rede de cooperação com instituições congêneres na investigação agropecuária e das pescas</p>	INIDA	M. Finanças	<p>Tecnologias apropriadas para os pequenos agricultores e pescadores desenvolvidas e disseminadas;</p> <p>Produtividade das atividades agropecuárias e das pescas melhoradas;</p>
3.7 Reforço da capacidade de adaptação aos riscos e oportunidades climáticas	<p>3.7.1 Medidas de mitigação do assoreamento das ribeiras, barragens através de dispositivos biológicos e obras de conservação de solos e água por forma a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - facilitar a infiltração das águas das chuvas e evitar erosividade dos solos - reduzir a velocidade das águas das chuvas nas encostas <p>3.7.2 Promoção de técnicas e variedades de culturas adequadas as condições climáticas.</p> <p>3.7.3 Aumento da época de defeso de espécies marinhas em extinção.</p> <p>3.7.4 Criação de fundos de risco para mitigação dos efeitos das calamidades climáticas</p>	MDR MAHOT	<p>INIDA</p> <p>INMG</p> <p>Seguradoras</p>	<p>Produção agropecuária adequada as questões ambientais</p> <p>Maior proteção do meio ambiente</p> <p>Nº de fundos de risco criados e funcionais</p>

Objetivo estratégico 4: Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos				
Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros intervenientes/parceiros	Resultados esperados
4.1 Melhorar o acesso financeiro aos alimentos para os mais vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, famílias pobres principalmente as chefiadas pelas mulheres)	4.1.1 Universalização da Pensão Social para os idosos 4.1.2 Disponibilização de Pensão Social para portadores de necessidades especiais e doentes crónicos impossibilitados de trabalhar 4.1.3 Incentivo as atividades geradoras de rendimento destinadas a famílias pobres, principalmente as chefiadas pela mulher 4.1.4 Ampliação da disponibilidade de microcréditos para AGR	MJEDRH	ONGs ADEI Novo Banco MDR Organizações de Micro Finanças e Câmaras Municipais	Universalidade das pensões sociais para idosos e portadores de necessidades especiais impossibilitados de trabalhar; A percentagem de famílias em risco ou insegurança alimentar é diminuída; A percentagem de famílias monoparentais em insegurança alimentar é diminuída;
4.2 Dar uma cobertura mais abrangente da proteção social (incluir trabalhadores não formalizados) e jovens desempregados	4.2.1 Criação de mecanismos de incentivo á formalização do emprego e dos empreendedores individuais (trabalhadores por conta própria)	MJEDRH	Associações comunitárias ADEI Novo Banco Câmaras Municipais MDR(extensão rural)	Mais trabalhadores informais ingressados no sistema de proteção social. Percentagem de postos de trabalho criados mediante linhas de crédito, aumentada
4.3 Bolsa condicionada para os jovens	4.3.1 Criação de mecanismos de incentivo (bolsas) associados a prestação de serviço e ao trabalho voluntário nas áreas de atenção básica a saúde, inovação e desenvolvimento rural sustentável, voltados ao aumento da escolaridade	MJEDRH MED	MS Associações comunitárias ADEI	Serviços de “Acompanhamento Básico das Condições de Saúde” e de “Agentes de Desenvolvimento Rural e Inovação” com o aproveitamento de jovens estruturados e funcionais; Programa de concessão de bolsas condicionadas ao trabalho dos jovens implantado; Escolaridade dos jovens ampliada.

Objetivo estratégico 5: Desenvolver ações que garantam a qualidade e a segurança sanitária de alimentos bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, suplementação, orientação e educação nutricional para adoção de hábitos saudáveis

Ações prioritárias	Linhas de intervenções	Responsável	Outros intervenientes/parceiros	Resultados esperados
5.1 Reforçar o sistema de Controlo e a segurança sanitária dos alimentos.	5.1.1 Regulamentação com vista à implementação dos dispositivos legais existentes sobre a segurança sanitária dos alimentos 5.1.2 Adequação da capacidade institucional para o exercício da fiscalização adequada 5.1.3 Promoção de mecanismos de articulação entre os diferentes actores na temática da qualidade e segurança sanitária de alimentos 5.1.4 Reforço da legislação da área alimentar tendo em vista uma melhor defesa do consumidor e da saúde pública 5.1.5 Ações de informação, educação e formação de operadores económicos e consumidores	ARFA	MS MDR	Legislação funcional com órgãos preparados para acompanhar a sua implementação Articulação efetiva e permanente entre as instituições que intervêm no domínio da segurança alimentar e nutricional Regulamentos dos aspetos sanitários das operações da cadeia alimentar adoptados Operadores económicos mais sensibilizados e capacitados no domínio da segurança sanitária dos alimentos

<p>5.2 Prevenir a ocorrência das DCNT⁴ melhorar a qualidade de vida da população</p>	<p>5.2.1 Estimular o plantio de espécies de elevado valor nutricional, adaptadas as condições locais</p> <p>5.2.2 Desenvolvimento de ações de comunicação social e realização de campanhas de sensibilização, orientação e informação permanentes destinadas a população e principalmente aos doentes crónicos</p> <p>5.2.3 Legislação e fiscalização quanto ao uso e a comercialização de produtos considerados nocivos a saúde (ou não seguros)</p> <p>5.2.4 Promoção de atendimento especializado e contínuo a doentes crónicos</p> <p>5.2.5 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a adoção de hábitos saudáveis (orientação de atividades físicas gratuitas, promoção de atividades física nas escolas, spots televisivo, etc.)</p> <p>5.2.6 Linha específica para prevenção de DTAs, incluindo higiene e manipulação e divulgação de princípios de alimentação segura</p>	<p>MS SNSAN</p>	<p>MDR FICASE/MED CNDS Rádio- televisão Pública de Cabo Verde Rádios comunitárias Associações comunitárias CARITAS IGAE Câmaras Municipais</p>	<p>A percentagem da população com DCNT não é aumentada;</p> <p>O número de mortes causadas por complicações das DCNT é diminuído;</p> <p>O acesso dos doentes crónicos ao sistema nacional de saúde e a medicamentos é aumentado;</p> <p>A comercialização de alimentos considerados nocivos á saúde (ou não seguros) é controlada;</p> <p>Ações de promoção de hábitos saudáveis participativas são realizadas nas comunidades.</p>
<p>5.3 Diminuir as deficiências de micronutrientes⁵ na população, em especial nas grávidas e crianças</p>	<p>5.3.1 Melhoria do sistema de suplementação de ferro nas escolas e nos centros de saúde, abrangendo as crianças menores de 5 anos</p> <p>5.3.2 Realização de ações de investigação para aumentar o teor de ferro nos alimentos</p> <p>5.3.3 Ações de identificação e acompanhamento domiciliar dos grupos vulneráveis (“Jovens Agentes Comunitárias de Saúde”)</p> <p>5.3.4 Atualização periódica dos estudos sobre deficiências nutricionais</p> <p>5.3.5 Legislação e fiscalização quanto a fortificação da farinha de trigo (ferro e ácido fólico)</p> <p>5.3.6 Aprimoramento da fiscalização quanto a composição do sal (iodo)</p> <p>5.3.7 Melhoramento do sistema de suplementação da vitamina A nas puérperas e crianças vulneráveis</p> <p>5.3.8 Continuação das campanhas periódicas de desparasitação</p> <p>5.3.9 Atividades práticas demonstrativas nos centros de saúde/escolas e viradas a grupos vulneráveis, da forma de preparação de refeições com aproveitamento integral dos alimentos</p>	<p>MS SNSAN</p>	<p>MS MED FICASE IGAE MOAVE UNICEF</p>	<p>A fortificação da farinha de trigo com ferro e ácido fólico é universalizada;</p> <p>A comercialização do sal iodado é fiscalizada;</p> <p>A suplementação de vitamina A é universal a todas as puérperas e recém-nascidos vulneráveis e é seguida e avaliada;</p> <p>A suplementação de ferro nas escolas é universal, seguida e avaliada;</p> <p>Outras formas de suplementação são efetivadas;</p> <p>Campanhas de desparasitação são realizadas periodicamente.</p>
<p>⁴Obesidade, hipertensão arterial, diabetes e câncer. ⁵Micronutrientes: vitaminas (ex. vitaminas do complexo B, vitamina A, vitamina C, etc.) e minerais (ex. ferro, zinco, iodo, magnésio, etc.)</p>				

5.4 Incluir a educação alimentar e nutricional como matéria transversal nos currículos	<p>5.4.1 Apoiar iniciativas voltadas ao combate do desperdício de alimentos (pós colheita e processados);</p> <p>5.4.2 Implementação do guia para educação alimentar e nutricional nas escolas do EBI e nos jardins de infância;</p> <p>5.4.3 Realização de sessões periódicas de reciclagem aos professores na área de alimentação e nutrição e incentivar a participação das mães e pais, quando possível;</p> <p>5.4.4 Criação e divulgação de materiais didáticos na área de alimentação e nutrição (cartazes, panfletos, spots televisivos, etc);</p> <p>5.4.5 Utilização de horto escolares, para fins educativos, como ferramentas de promoção da educação alimentar e nutricional</p>	MED	<p>FICASE</p> <p>MS</p> <p>Rádio e televisão Pública de Cabo Verde</p> <p>Rádio educativa</p> <p>CNDS</p> <p>MDR</p>	<p>A educação alimentar e nutricional é incluída como matéria transversal dos currículos escolares;</p> <p>São realizadas formações de capacitação sobre alimentação e nutrição aos professores;</p> <p>A população académica é sensibilizada a respeito de alimentação e nutrição.</p>
5.5 Universalizar e aprimorar a alimentação escolar	<p>5.5.1 Melhoramento nos hortos escolares (inserção de produtos ricos em micronutrientes- vitamina A e ferro);</p> <p>5.5.2 Capacitação das cozinheiras que atuam na alimentação escolar;</p> <p>5.5.3 Melhoramento nas condições higiénico-sanitárias das escolas (cozinhas, casa de banho, acesso a água, etc.);</p> <p>5.5.4 Diversificação do menu e adaptação aos hábitos alimentares locais;</p> <p>5.5.5 Ampliação da promoção do consumo de alimentos locais na alimentação escolar;</p> <p>5.5.6 Extensão da alimentação escolar para as cantinas dos liceus e escolas técnicas</p> <p>5.5.7 Aumento do aporte de micronutrientes na alimentação fornecida aos escolares.</p>	FICASE	<p>MED</p> <p>MS</p> <p>MDR</p> <p>INIDA</p> <p>ARFA</p>	<p>A segurança alimentar nas crianças em idade escolar é garantida;</p> <p>As deficiências de micronutrientes em crianças que frequentam a escola são reduzidas;</p> <p>A participação dos produtos locais na alimentação escolar é ampliada;</p> <p>O estado nutricional das crianças é melhorado.</p>
5.6 Promover o aleitamento materno	<p>5.6.1 Realização de campanhas de sensibilização, educação e informação permanentes sobre aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e complementar até os 2 anos (jovens agentes comunitárias de saúde);</p> <p>5.6.2 Desenvolvimento de ações de comunicação social voltadas a promoção do aleitamento materno;</p> <p>5.6.3 Ampliação e melhoria dos hospitais amigos da criança;</p> <p>5.6.4 Capacitação dos recursos humanos afetos aos hospitais com a IHAC e do Banco de Leite, dos centros de saúde;</p> <p>5.6.5 Estabelecimento de mecanismos voltados ao maior cumprimento da Lei do Aleitamento Materno;</p> <p>5.6.6 Estabelecimento de mecanismos de fiscalização da comercialização e publicidade dos substitutos do Leite Materno tendo em conta o Código de Comercialização de substitutos do Leite Materno)</p>	<p>MS</p> <p>SNSAN</p> <p>ARFA(CONFIRMAR)</p>	<p>MDR</p> <p>CNDS</p> <p>ONGs</p> <p>IGAE</p> <p>Rádio - Televisão Pública de Cabo Verde</p>	<p>Taxa do aleitamento materno exclusivo aumentada;</p> <p>Taxa do aleitamento materno complementar até os 2 anos aumentada;</p> <p>Rede de hospitais com a IHAC ampliada;</p> <p>Funcionários mais capacitados sobre o aleitamento materno;</p> <p>Lei do aleitamento materno assegurada a todas as mulheres;</p> <p>Comercialização dos substitutos do leite materno controlada.</p>

8 – Governança

A segurança alimentar e nutricional envolve vários setores (agricultura, pecuária, pescas, comércio, transportes, educação, saúde, proteção social, emprego, infraestrutura, gestão de recursos hídricos e outros). A garantia da SAN requer uma ampla base de concertação e de sinergias, articulando o Governo e as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o sector privado.

A arquitetura institucional para a implementação das estratégias de SAN deve contemplar necessariamente 5 aspectos fundamentais: i) o estabelecimento de mecanismo para coordenação política do tipo intersectorial; ii) a participação efetiva de diferentes atores sociais nesse mecanismo de coordenação política (conselho nacional); iii) a evolução da atual estrutura de coordenação técnica da SAN, para que esteja associada ao “conselho nacional”; iv) um instrumento descentralizado capaz de coordenar e contribuir para a existência de espaços de ação local; e, v) a existência de um sistema que possibilite o seguimento e a avaliação das ações de SAN.

8.1 – Governança nacional

O passo inicial foi dado com a recente instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)¹⁷ que deverá responder á necessidade de concertação e de governança na implementação da ENSAN, constituindo-se em espaço regular para o diálogo intersectorial. Este deverá representar o aporte técnico para coordenar posições e trabalhar temas transversais à SAN, direito à alimentação adequada e agricultura familiar e superar os deficientes mecanismos de comunicação e visibilidade. O CNSAN deverá se constituir na instância de coordenação e participação social para os programas sub-regionais de investimento na agricultura e na segurança alimentar (PNIA, AGIR Sahel, as questões de resiliência dos agregados e outros), de forma a evitar a duplicação de estruturas de coordenação nestas áreas.

Neste seu início de funcionamento o CNSAN operou na construção do segundo passo da arquitetura institucional de SAN, ao assegurar a participação da sociedade civil (ainda que não tenha sido estabelecida a paridade entre governo e sociedade como era a propensão inicial, mas foram destinadas 5 postos as organizações sociais), do setor privado (em Cabo Verde o setor dos transportes é estratégico) e criar mecanismos de relação com os parlamentos, de modo a facilitar as iniciativas que requeiram a elaboração de legislação de suporte. Suas próximas ações deverão tratar do acesso a recursos mínimos para coordenação dos trabalhos.

A possibilidade de o CNSAN participar desde o início de discussão da ENSAN deve contribuir para que haja maior apropriação do seu conteúdo pelos membros, num processo de aprendizagem coletiva, com reflexos na consistência

¹⁷O Decreto-Lei nº 36/2013 publicado em 24 de setembro estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), o qual vinculou o CNSAN na estrutura do Gabinete. A Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2013 publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 25 de outubro de 2013 definiu a missão, competências, composição e o modo de funcionamento do CNSAN, enquanto órgão consultivo em matéria de segurança alimentar e nutricional.

do trabalho, efetividade e possibilidade de ser inovador. Devem ser criadas as condições para que a sociedade civil participe de forma qualificada desse processo, o que pode ser feito mediante a organização de algumas ações de esclarecimento ao nível local, preparatórias para uma reunião final de aprovação pelo CNSAN.

Ainda que o CNSAN esteja vinculado diretamente ao MDR e não sob a tutela do Primeiro Ministro é de se esperar que haja melhoria na coordenação entre os diferentes setores de governo e demais atores no âmbito da implementação das políticas nacionais de SAN.

8.2 – Coordenação técnica

Outra componente relevante da institucionalidade foi a transformação da DSSA - Direção dos Serviços de Segurança Alimentar em Secretariado Executivo Permanente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹⁸, cujas principais atribuições estão relacionadas ao funcionamento do CNSAN e contribuem para que possa desempenhar adequadamente sua missão institucional.

8.3 – Descentralização

Com respeito a uma estrutura para que a SAN possa ser operacionalizada no âmbito local, será preciso construí-la. A proposta é que isto seja feito mediante a criação de uma Rede de Segurança Alimentar e Nutricional a três níveis (nacional regional e municipal/local), a fim de melhorar a governança e as sinergias entre os vários domínios de atuação, denominada Rede SAN.

Esta proposta já existe e foi elaborada em 2006, tendo por objetivo aumentar a participação e a responsabilização de todos os intervenientes, dando corpo à estratégia de descentralização das atividades de SAN através de intervenções integradas. Com uma abordagem integrada e horizontal, relativamente aos diferentes domínios da governação, a proposta é que a Rede SAN atue em estreita articulação com as várias políticas necessárias para assegurar a SAN.

A proposição de uma estrutura em rede, na qual a interação, cooperação e integração, estejam centradas, sobretudo, em ações ao nível das comunidades locais, visando os grupos em risco e/ou em insegurança alimentar, é uma forma adequada para que se possa ganhar eficiência e eficácia na ação. Neste quadro deve contribuir também para que haja maior eficiência e eficácia no processo de coordenação, articulação, seguimento e avaliação das ações previstas. A proposta de criação da Rede SAN, nos moldes em que foi elaborada, deve ser retomada e atualizada, de modo que possa ser implementada e venha a suprir as necessidades suscitadas com a atualização da ENSA.

8.4 – Seguimento e avaliação

O último pilar da arquitetura institucional trata da implantação de um Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional voltado para fortalecer os mecanismos de seguimento e da avaliação do PANSAN denominado SISAN.

Este sistema tem por base o SISA, previsto no PNSA anterior e inclui três dispositivos: i) provisionamento alimentar, para aferir a disponibilidade que inclui pro-

¹⁸Esta mudança também está contida no Decreto-Lei nº 36/2013.

dução, importação (abastecimento e preços) e mercado em suas diversas etapas; ii) a situação nutricional das populações; e, iii) o acesso aos bens alimentares, em termos físicos e financeiros, o que significa tratar da quantidade e qualidade dos produtos, bem como da distribuição de renda e condição socioeconômica de modo a apontar a vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

O SISA vem sendo implementado no país desde 2004 e possui um importante controle das importações de produtos e da disponibilidade interna. Suas fragilidades estão na fraca implementação do sistema de informação do mercado agrícola no seu todo (sobretudo, dados da produção), na limitada abrangência do dispositivo de seguimento das vulnerabilidades (circunscrito as regiões rurais das ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e São Nicolau, sem cobertura das periferias urbanas onde se concentram as pessoas pobres), além do fato do funcionamento do sistema de informação do mercado agrícola não ter tido caráter permanente no período 2007 a 2011.

Para além do SISA, desempenha um papel primordial no acompanhamento da execução das ações o Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) com funcionamento em rede e inter-institucional que permite o controlo orçamental e gestão das despesas e receitas do Estado, a execução das despesas de forma descentralizada, seguimento e avaliação de projectos de investimento com informação geográfica, financeira e dados históricos.

8.5 – Análise da arquitetura institucional em construção

A arquitetura institucional descrita neste capítulo está em plena fase de construção. Ela está sendo erigida com base numa coordenação política setorial, comandada pelo MDR (ao menos nessa fase inicial de funcionamento), que prevê a participação social efetiva dos diferentes atores sociais, que dispõem de lugares próprios no CNSAN, participando assim de forma efetiva no diálogo político.

A coordenação técnica na esfera do governo central será exercida pelo Secretariado Executivo (sendo, portanto, setorial), devendo seu papel coordenador ser exercido de modo concreto tanto nas reuniões do CNSAN, quanto nos seus preparativos e nos encaminhamentos a serem feitos em cumprimento as suas deliberações, mas, sobretudo, no seguimento e avaliação das ações de governo relacionadas a SAN, sendo este um manancial para a construção de uma agenda efetiva e de interesse para os participantes no âmbito do CNSAN.

Em adição a esta estrutura deve ser estimulada a descentralização da coordenação política e técnica da SAN, mediante a implementação da Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Rede SAN, que também criará espaços para proporcionar a participação, ao nível das ilhas do arquipélago. Com a Rede SAN a coordenação técnica será intersectorial, estando a responsabilidade da coordenação executiva/técnica sob a responsabilidade de uma rede que articula a participação conjunta dos vários ministérios e órgãos na implementação das ações. Além disto, esta se dará de forma descentralizada, com a coordenação ocorrendo também nas esferas de governo dos diferentes níveis territoriais (regional, municipal/local).

A vinculação institucional do CNSAN/SNSAN a um ministério em particular, que certamente criará limitações, deve ser superada com o funcionamento efetivo dessas estruturas. Assim, cabe ao SNSAN propor uma agenda positiva, construída a partir do PANSAN resultante desta atualização da ENSAN. Os documentos elaborados (ENSAN, PANSAN e a avaliação do PNSA) podem (e devem) ser utilizados como instrumentos para ampliar de forma coordenada a participação social, mediante a discussão do seu conteúdo, aproximando o governo da cidadania.

9 - Considerações Finais

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) diz respeito à disponibilidade de alimentos, acessibilidade e estabilidade do acesso como um direito de estar livre da fome. Na experiência concreta de Cabo Verde e de muitos outros países da África, América Latina e Caribe, trata-se de uma meta a ser assegurada progressivamente. As secas, a escassez de terra arável e de água, embora com importantes iniciativas, conhecidas como Mobilização das Águas (as barragens de Pilon em funcionamento, Saquinho, Faveta e Salineiro inauguradas recentemente e outras 14 em obras ou em fase de planejamento), o êxodo rural em direção às áreas urbanas, a precariedade dos vínculos laborais, a reduzida proteção social de base não contributiva colocam dificuldades adicionais ao país.

Na perspectiva do DHAA, o Estado deve assegurar alimentos diretamente aos indivíduos e aos grupos familiares incapazes de obtê-los por conta própria, até que já não necessitem. As transferências de rendimentos, como as pensões sociais, são uma maneira de aproximação à realização do DHAA, do mesmo modo que o são as cestas básicas de alimentos, embora na atualidade poucas cestas sejam distribuídas. A discussão em curso sobre o desenho e implementação de um programa de rendimento mínimo, conforme entrevista realizada no dia 20/11/2013 no Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, também é promissora para a garantia de acesso aos alimentos pela via do mercado e, assim, do Direito Humano à Alimentação Adequada. E, de modo similar, a perspectiva da entrada em vigência do salário mínimo em janeiro de 2014.

Rendimento para o acesso ao mercado é apenas uma parte do desafio. A alimentação adequada, requer além de rendimento, iniciativas no campo da educação alimentar e nutricional por parte dos sectores de educação e saúde, pelo menos.

Considerando os indicadores de acesso à água para beber e sua qualidade, a escassez de casas de banho, o destino do lixo, das águas residuais, a energia para cozinhar, entre outros indicadores que afetam à saúde e a segurança alimentar e nutricional, o desafio para assegurar a progressiva garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, requer a articulação intersectorial das políticas e programas que guardam relação com a segurança alimentar, envolvendo os vários Ministérios, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, recém instalado.

A partir dos pontos trabalhados neste documento de ENSAN, é possível estabelecer linhas estratégicas que orientem as políticas e ações com vista à melhoria das condições de SAN de todos os cidadãos, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Siglas e abreviaturas

ACD	Associações Comunitárias de Desenvolvimento	INE	Instituto Nacional de Estatísticas
AGR	Atividades Geradoras de Rendimento	INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
BO	Boletim Oficial de Cabo Verde	INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
CEDEAO	Comunidade dos Estados de Desenvolvimento Económico da África Ocidental	IPAC	Inquérito sobre a Prevalência da Anemia nas Crianças
CIPVI	Convenção Internacional da Proteção Vegetal	ISVAF	Inquérito Sobre a Vulnerabilidade Alimentar nas Famílias
CNA	Conselho Nacional de Água	MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
CNDS	Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário	MJEDRH	Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
CPLP	Comunidade dos Povos de Língua oficial Portuguesa	ODM	Objetivos do Milénio
CSA	Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas	ONG	Organização Não Governamental
CNAS	Conselho Nacional de Água e Saneamento	PAGIRE	Plano de Ação Nacional para Gestão dos Recursos em Água
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	PAM	Programa Alimentar Mundial
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil	PANA	Programa Nacional do Ambiente
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	PANSAN	Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional
CRP	Comissão Regional de Parceiros	PEDA	Programa Estratégico da Agricultura
DEA	Disponibilidade energética e alimentar	PIB	Produto Interno Bruto
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza	PIP	Programa de Investimento Público
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	PLATONG's	Plataforma das ONGs de Cabo Verde
DGPOG	Direção Geral Planeamento Orçamento e Gestão	PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada	PNN	Programa Nacional de Nutrição
DGRM	Direção Geral dos Recursos Marinhos	PNLPR	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza Rural
DSEGI	Direção dos Serviços de Estatísticas e Gestão de Informação	PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
EBI	Ensino Básico Integrado	PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ECV	Escudos Cabo verdianos	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ENSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (Cabo Verde)	QUIBB	Questionário Unificado sobre os indicadores de bem estar
ESAN-CPLP	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP	REDSAN	Rede de Segurança Alimentar e Nutricional
FAIMO	Frente da Alta Intensidade da Mão de Obra	REDSAN-CPLP	Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura	RIA	Risco de Insegurança Alimentar
FCS	Fundação Cabovedeana de Solidariedade	RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
ICIEG	Instituto Caboverdeano de Igualdade e Equidade de Géneros	SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
IDDCI	Inquérito sobre os Distúrbios Devido à Carência de Iodo	SIARA	Sistema Integrado de Alerta Rápido
IDNT	Inquérito sobre as Doenças não Transmissíveis	SIM	Sistema de Informação do Mercado
IDRF	Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias	SISA	Sistema de Informação de Segurança Alimentar
IHAC	Iniciativa do Hospital Amigo da Criança	SISAN	Sistema de Informação de Segurança Alimentar e Nutricional
IMC	Inquérito Multi Objetivo Continuo	SGCQ	Sistema de Gestão do Controle da Qualidade
		SNCA	Sistema Nacional de Controlo de Alimentos
		ZAE	Zonas Agro Ecológicas



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.